

Acervo do



Curso Precursor

www.cursoprecursor.com

www.precursor.1br.net

Distribuição gratuita.

*Colabore enviando provas e divulgando o
site para seus amigos.*

cursoprecursor@hotmail.com

História

I	A EXPANSÃO MARÍTIMA E COLONIAL EUROPÉIA.....	01
II	BRASIL PRÉ-COLONIAL.....	03
III	A COLONIZAÇÃO.....	04
IV	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL.....	06
V	FORMAÇÃO TERRITORIAL.....	07
VI	EXPANSÃO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL.....	09
VII	A MINERAÇÃO.....	13
VIII	A SOCIEDADE COLONIAL.....	15
IX	AS REBELIÕES NATIVISTAS.....	16
X	MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	17
XI	PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA.....	19
XII	PRIMEIRO REINADO (1822 – 1831).....	21
XIII	PERÍODO REGENCIAL (1831 – 1840).....	23
XIV	SEGUNDO REINADO (1840 – 1889).....	28
XV	AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DO SEGUNDO REINADO.....	32
XVI	O DECLÍNIO DO SEGUNDO REINADO.....	34
XVII	BRASIL REPÚBLICA.....	35
XVIII	A REPÚBLICA DO CAFÉ-COM-LEITE (1894 – 1930).....	38
XIX	REVOLTAS NA REPÚBLICA VELHA.....	42
XX	A REVOLUÇÃO POLÍTICA NA REPÚBLICA VELHA.....	43
XXI	O MOVIMENTO TENENTISTA.....	45
XXII	A ERA VARGAS.....	46
XXIII	O GOVERNO DO GENERAL DUTRA (1946 – 1950).....	50
XXIV	GETULIO VARGAS (1951 – 1954).....	51
XXV	JUSCELINO KUBITSCHEK (1956 – 1961).....	52
XXVI	JÂNIO QUADROS (1961).....	53
XXVII	JOÃO GOULART (1961 – 1964).....	54
XXVIII	OS MILITARES NO PODER (1964 – 1985).....	55
XXIX	BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	60
XXX	FATOS MARCANTES DE NOSSA HISTÓRIA (1439 – 2002).....	62

I – EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL EUROPEIA

1 - A Transição do Feudalismo para o Capitalismo

Antes do final da Idade Média, o feudalismo foi desaparecendo, dando lugar a novo período da História Ocidental, a Idade Moderna, graças a fatores decisivos, como:

1. No campo sócio-econômico, o surgimento da burguesia mercantil e a expansão comercial europeia através das Grandes Navegações;
2. No campo político, o fortalecimento do rei e a formação dos estados nacionais;
3. No campo religioso, a Reforma protestante, a partir da qual o catolicismo deixou de ser a única religião cristã da Europa ocidental;
4. No campo científico, o desenvolvimento da ciência moderna, não mais fundamentada na autoridade, mas em métodos de observação e experiência; Nicolau Copérnico e Galileu Galilei mostraram que a Terra gira em torno do Sol;
5. No campo da comunicação, a invenção da imprensa por Gutemberg permitiu a difusão mais rápida dos conhecimentos;
6. No campo tecnológico, houve grandes avanços com o uso da bússola, da pólvora e do papel.

O monopólio de Veneza e Gênova, os altos preços das mercadorias e, em 1453, a tomada de Constantinopla pelos turcos, que passaram a criar mais problemas ao comércio europeu, estimularam diversos países europeus a procurar caminhos que os levassem diretamente à fonte das especiarias e de outros produtos orientais.

2 – O pioneirismo português nas navegações

Alguns fatores contribuíram para o pioneirismo português no processo de expansão marítima:

1. Ao contrário de outros reinos europeus, já em 1143 Portugal foi unificado como reino independente e concentrou-se em expulsar os árabes e expandir-se pelos mares;
2. João I, rei em 1385, apoiado na burguesia mercantil enriquecida, impulsionou a expansão;
3. No início do século XV, Portugal tornou-se centro de estudos de navegação com estímulo de Henrique, o Navegador, que se estabeleceu em Sagres e se beneficiou com a localização de Lisboa, escala dos navios que, vindos do Mediterrâneo, iam para o norte europeu;
4. Avanços, como o uso da bússola, mapas e as caravelas, mais velozes que as embarcações anteriores, tudo conseqüência dos estudos realizados em Portugal.
5. Posição geográfica privilegiada.

Os navegadores portugueses tinham por objetivo alcançar as Índias contornando o sul africano.

Foram mais de oitenta anos de tentativas, da tomada de Ceuta no norte da África em 1415, até a chegada às Índias, em 1498, em viagem realizada por Vasco da Gama. Depois de tantos riscos e perigos, a burguesia mercantil exultou: os lucros da primeira viagem de Vasco da Gama chegaram a 6.000%.

AS CONQUISTAS PORTUGUESAS NO SÉCULO XV	
Datas	Fatos
1.415	Tomada de Ceuta.
1.454	Bula do Papa Nicolau V conferindo a Portugal o direito de conquistar territórios até às Índias, o que consolidou o monopólio português no Oriente.
1488	Bartolomeu Dias ultrapassa o cabo da Boa Esperança.
1494	Tratado de Tordesilhas, que dividiu o mundo entre Espanha e Portugal.
1498	Vasco da Gama chega a Calicute, nas Índias, Calicute era importante centro comercial da costa malabar, onde aportavam navios do golfo Pérsico, das ilhas da Oceania, de Cochim e Cananor (na Índia), dos portos ocidentais da África e da costa asiática do Pacífico.
1500	A esquerda comandada por Pedro Álvares Cabral, que viajava para as Índias, chega ao Brasil.

3 – Conseqüência da Expansão Marítima

- DECADÊNCIA DAS CIDADES ITALIANAS

Os italianos insistiam em realizar o comércio no Mediterrâneo. Com as navegações ultramarinas a oferta da produção oriental cresceu. Os preços despencaram e os italianos perderam os mercados de consumo para lusos, holandeses e espanhóis.

- ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL

Os impérios coloniais, em especial dos países iberos propiciaram um intenso comércio para a Europa. Fortaleceram o mercantilismo internacional, sobretudo com a “descoberta” em grande escala de metais preciosos. O eixo econômico do Mediterrâneo deslocou-se para o Atlântico como um empreendimento mundial.

- A DESTRUIÇÃO DAS CIVILIZAÇÕES

As civilizações locais na América são assacadas. Milhares de “índios” são mortos pelos “descobridores” (Cortez, Pizarro, Almagro). As riquezas naturais carreadas para a Europa. Os selvícolas sobreviventes, em grande parte, foram utilizados em setores produtivos como mão-de-obra escrava.

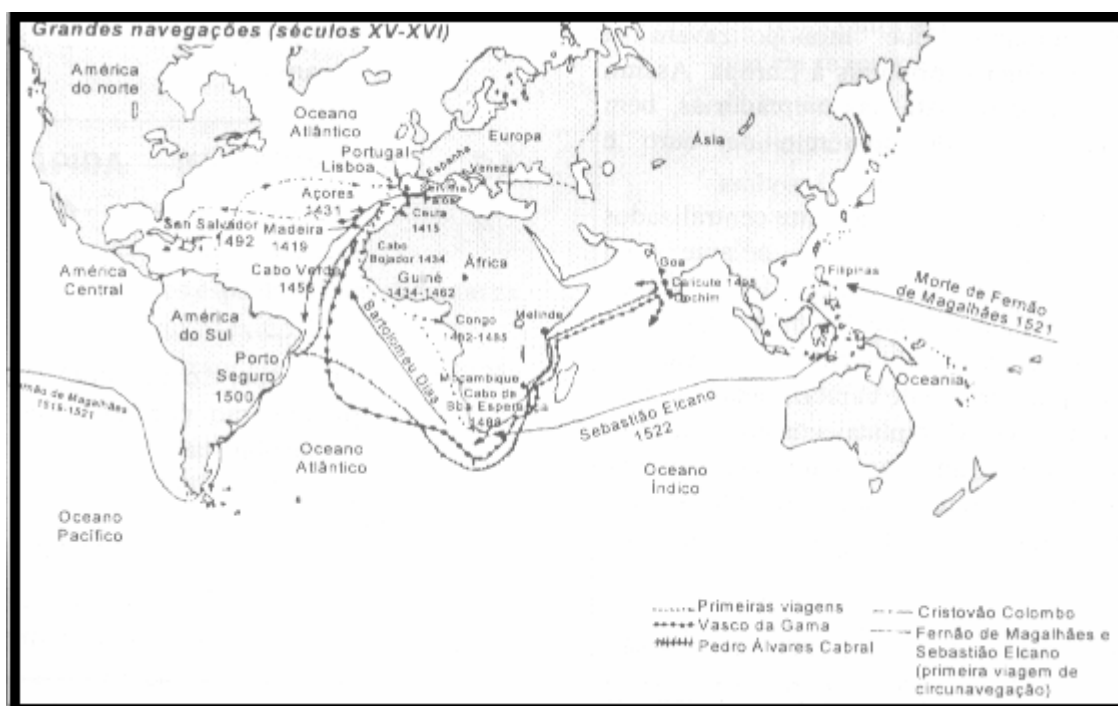
- CONHECIMENTO DE UM MUNDO NOVO

Os conhecimentos de História e, em especial, de geografia mudaram. Conheceram-se novos continentes e novas civilizações. A tese da esfericidade da terra foi confirmada em 1519 – 1521 com a viagem ao redor do mundo realizada por Fernão de Magalhães.

- O PÉRIPLO

A expressão “périplo” se refere à circunavegação de um Continente. Como os portugueses, inicialmente, se preocuparam mais com a conquista das Índias afirma-se que eles realizaram o **périplo africano** (contorno da África).

Os espanhóis se dirigiam à América, em consequência, realizaram o **périplo americano**.



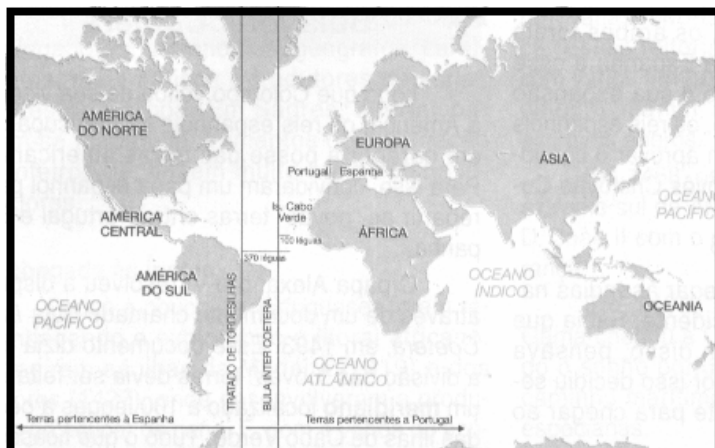
4 – Tratado de Tordesilhas

Depois de várias discussões diplomáticas, a exigência feita por Portugal foi aceita pela Espanha.

Esses dois países assinaram então um novo acordo, chamado **Tratado de Tordesilhas**, em 1494.

Por esse tratado, a linha divisória deveria passar a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Tudo o que ficasse a oeste dessa linha seria da Espanha e o que ficasse a leste seria de Portugal.

Com o Tratado de Tordesilhas, Portugal garantia a posse legal de parte das terras onde é hoje o Brasil, conforme você vê no mapa abaixo.



BULA INTER
COETERA E O
TRATADO DE
TORDESILHAS

Pela Bula Inter Coetera, a América deveria ficar só para a Espanha. Já pelo Tratado de Tordesilhas parte das terras americanas deveria pertencer a Portugal.

5 – A chegada dos portugueses

Comandada por Pedro Álvares Cabral, a expedição partiu de Lisboa no dia 9 de março de 1500 e, distanciando-se do litoral africano, cruzou o oceano Atlântico.

No dia 22 de abril, os portugueses avistaram um monte redondo e alto, batizado monte Pascoal. A seguir, desembarcaram em terras habitadas por tupiniquins e tomaram posse da terra em nome do rei de Portugal.

No dia 26 de abril, Frei Henrique Soares de Coimbra celebrou a primeira missa na terra que acabou por se chamar Brasil, pois em seu litoral havia grande quantidade de uma árvore chamada pau-brasil.

No dia 23 de abril, os portugueses fizeram com os nativos os primeiros contatos, muito cordiais segundo o escrivão Pero Vaz de Caminha. Em 2 de maio, Cabral seguiu para as Índias, evidenciando qual era o mais importante objetivo da viagem. Apesar de perder quatro navios, a expedição de Cabral foi outro sucesso comercial, pois apenas a primeira trazida do Oriente rendeu duas vezes o custo da viagem.

6 – A Teoria do Descobrimento

Duas questões relacionadas ao Descobrimento do Brasil provocaram muitas dúvidas e discussões. Primeiro, a questão dos *precursores* de Cabral: há indícios fortes de que, em 1499, Américo Vespúcio e Vicente Pinzón estiveram em terras hoje pertencentes ao Brasil. A Segunda questão é a da *intencionalidade*: sabiam os portugueses da existência dessas ou Cabral se desviou da rota e chegou aqui por acaso? Há argumentos a favor das duas hipóteses, mas parece que os portugueses, se não tinham certeza, desconfiavam da existência de terras neste lado do Atlântico. Caso contrário, como se explicaria a insistência de João II em transferir a linha demarcatória entre terras espanholas e portuguesas para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, tal e qual estabeleceu o Tratado de Tordesilhas?

É mais seguro afirmar que a expedição de Cabral teve dois objetivos principais: estabelecer o domínio português sobre a parte já assegurada em Tordesilhas, fixando aí bases de operação que facilitassem as viagens para as Índias; e continuar as relações políticas e comerciais com o Oriente, iniciadas por Vasco da Gama.

II – BRASIL PRÉ COLONIAL: 1500 – 1530

1 – As expedições exploradoras

1501 Expedição de Gaspar de Lemos: percorreu o litoral brasileiro de norte a sul e nada de ouro. Lemos “batizou” os acidentes geográficos com o nome do Santo do dia: daí termos, ainda registros como: rio São Francisco, ilha de São Vicente, de São Sebastião, Morro de São Januário, entre outros.

- **1503 Expedição de Gonçalo Coelho, Américo Vespúcio e Fernão de Noronha.** Construíram uma feitoria no Rio de Janeiro – Cabo Frio e enviaram ao sertão a primeira entrada em busca de ouro. Seus participantes jamais retornaram ao litoral.

Fernão de Noronha assinara contrato com D. Manuel para extrair pau-brasil no arquipélago que mais tarde levaria seu nome;

Ao final de 1503 retornou das “Índias” Cabral com seus navios abarrotados de especiarias e artigos de luxo. **A corte, em consequência, abandonou literalmente o Brasil e passou a explorar as riquezas orientais.**

- **1516 –1526 Expedições de Cristóvão Jacques.** Tinham a finalidade de combater os corsários franceses que extraíam do litoral brasileiro pau-brasil em grande escala. Provavelmente em 1516 tenha vindo para o Brasil (localizando-se na região de Pernambuco) a enorme clã familiar de Duarte Coelho, dando início ao cultivo do açúcar.

2 – A exploração do Pau-brasil

A economia pré-colonial centrou-se no pau-brasil, madeira avermelhada existente em toda a Mata Atlântica, desde o litoral do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro. O pau-brasil era conhecido na Europa desde a Idade Média, pois dele se extraía um corante utilizado na tintura de tecidos e tingimento de móveis.

A extração do pau-brasil foi declarada **estanco** (monopólio real): só o rei concedia o direito de exploração. O primeiro arrendatário a ser beneficiado com o estanco foi **Fernando de Noronha**, em 1502. A exploração era feita por conta e risco do arrendatário, e a Coroa, sem nada investir, recebia uma parcela dos lucros. Como a extração de madeira era feita de maneira predatória, não havendo preocupação em replantar a árvore, essa riqueza florestal esgotou-se rapidamente. A árvore era cortada e transportada aos navios portugueses pelos indígenas, que, em pagamento, recebiam objetos de pouco valor. Essa relação de trabalho chama-se **escambo**.

O ciclo do pau-brasil não criou núcleos povoadores: gerou apenas algumas feitorias de pouco significado, como a de Cabo Frio (1503).

3 – A primeira expedição colonizadora

Cinco navios e uma tripulação de mais ou menos 400 pessoas. Era assim composta a expedição comandada por **Martin Afonso de Souza**, que partiu de Lisboa em dezembro de 1530. Seu principal objetivo era iniciar a colonização do Brasil; por isso ficou conhecida como **expedição colonizadora**. Além de iniciar a colonização, Martin Afonso também tinha como objetivos combater os corsários estrangeiros, procurar ouro e fazer um maior reconhecimento geográfico de nosso litoral.

Em 22 de janeiro de 1532, Martin Afonso fundou a primeira vila do Brasil, a **vila de São Vicente**. Além

dessa vila, fundou alguns povoados, como Santo André de Borda do Campo e Santo Amaro.

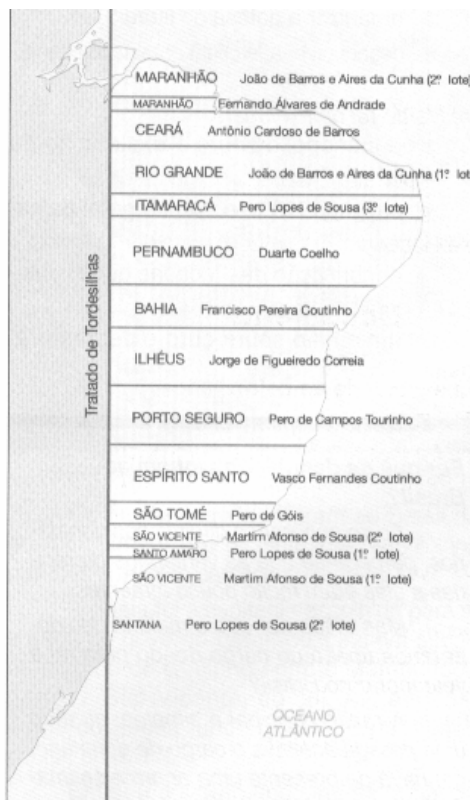
Na região de São Vicente, Martin Afonso iniciou o plantio da cana-de-açúcar. Um ano após o plantio das primeiras mudas, instalou-se o primeiro engenho produtor de açúcar no Brasil chamado **São Jorge**.

III – A COLONIZAÇÃO

A partir de 1530, mudou a posição de Portugal em relação ao Brasil. O rei se convenceu de que só poderia manter a posse da terra estabelecendo núcleos permanentes de *povoamento, colonização e defesa*. Mas a coroa também tinha esperança de haver aqui riquezas minerais, em proporções semelhantes às encontradas pelos espanhóis em suas possessões.

A experiência de Portugal como produtor de açúcar em suas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde) contribuiu para a escolha do produto e a forma de produção: eram semelhantes as *condições ecológicas* do Brasil e das ilhas; o açúcar era das especiarias mais bem pagas e apreciadas no mercado europeu; por seu valor, o açúcar poderia atrair *investimentos*; navios holandeses poderiam colaborar no *transporte*; os índios poderiam ser obrigados a trabalhar na lavoura e, se não se adaptassem, havia os *africanos*, muitos deles já escravizados pelos portugueses.

1 – As Capitanias Hereditárias



O governo português não tinha recursos econômicos para investir na colonização brasileira. Por isso, implantou um sistema transferindo essa tarefa para a iniciativa particular. Assim, em 1534, o rei de Portugal dividiu o Brasil em grandes lotes de terra: as **capitanias** ou

donatárias. E as entregou a pessoas de razoáveis condições financeiras: os **donatários**.

O donatário, nomeado pelo rei, era a autoridade máxima dentro da capitania. Com a morte do donatário, a administração da capitania passava para seus descendentes. Por esse motivo, as capitanias eram chamadas de **capitanias hereditárias**.

O vínculo jurídico ente o rei de Portugal e os donatários era estabelecido em dois documentos básicos:

- **Carta de doação** - conferia ao donatário a posse hereditária da capitania. Os donatários **não eram proprietários das capitanias**, mas apenas de uma parcela das terras. Tinham, entretanto, o direito de administrar toda a capitania e explorá-la economicamente.
- **Carta foral** – estabelecia os direitos e deveres dos donatários, relativos à exploração da terra.

- Direitos e deveres dos donatários

Dentre os principais direitos dos donatários, podemos destacar as seguintes:

- criar vilas e distribuir terras (sesmarias) a quem desejasse cultivá-las.
- exercer plena autoridade no campo judicial e administrativo, podendo inclusive autorizar a pena de morte.
- escravizar os índios, obrigando-os a trabalhar na lavoura. Também podiam enviar índios, como escravos, para Portugal, até o limite de 30 por ano.
- receber a vigésima parte dos lucros sobre o comércio do pau-brasil.
Em contrapartida, o donatário estava obrigado a assegurar ao rei de Portugal:
- dez por cento dos lucros sobre todos os produtos da terra.
- um quinto dos lucros sobre os metais e pedras preciosas que fossem encontrados.
- O monopólio da exploração do pau-brasil.

Observando essa divisão de direitos e deveres, percebe-se claramente que o rei de Portugal reservava para si os melhores benefícios que a terra poderia oferecer. Quanto às despesas necessárias à obra colonizadora, todas ficavam por conta dos donatários.

Resultados das capitanias

O sistema de capitanias não alcançou, do ponto de vista econômico, o sucesso esperado governo português. Só as capitanias de Pernambuco e de São Vicente progrediram e obtiveram lucros com a produção de açúcar. As demais capitanias não prosperaram em decorrência de problemas como:

- **Falta de recursos dos donatários**- as terras eram muito extensas, e os donatários geralmente não tinham dinheiro para desenvolvê-las. Muitos donatários perderam o interesse pelas capitanias, pois precisavam investir, produzir (plantar e colher), e não acreditavam que o retorno financeiro compensaria todo o trabalho e capital empenhados.

Alguns nem chegaram a tomar posse de sua capitania.

- **Constantes revoltas das tribos indígenas** – os índios lutaram contra a invasão de suas terras e contra a escravidão que o conquistador queria lhes impor, dificultando a colonização.
- **Problemas de comunicação entre as capitanias e Portugal** – as grandes distâncias e as precárias condições dos meios de transporte provocaram o isolamento das capitanias.
- **Dificuldades com a lavoura** – nem todas as terras das diversas capitanias eram propícias ao cultivo de cana-de-açúcar, produção que mais interessava ao sistema colonial. Restava ao donatário explorar o **pau-brasil**; porém, nessa atividade, sua participação era muito reduzida (5%), contribuindo para diminuir seu interesse pela capitania.

Do ponto de vista político, entretanto, o sistema das capitanias alcançou até certo ponto os objetivos desejados. Lançou as bases da colonização. Contribuiu para preservar a posse das terras. Ajudou a revelar as possibilidades de exploração econômica da colônia.

2 – Governo-Geral

O isolamento das capitanias em relação a Portugal foi apontado como um dos primeiros problemas do sistema de capitanias. A coroa portuguesa passou, então, a participar diretamente da obra colonizadora. Implantou, na colônia, o **governo-geral**, um governo centralizado, encarregado de auxiliar e defender as capitanias. O governo-geral tinha, portanto, o objetivo de coordenar a ação dos donatários e não, propriamente, extinguir o sistema de capitanias existente.

Como sede do governo-geral, escolheu-se a capitania da Bahia, resgatada pelo rei de Portugal do filho de Francisco Pereira Coutinho, o primeiro donatário. Essa escolha deveu-se a interesses administrativos, pois a capitania da Bahia localizava-se num ponto médio do nosso litoral, o que facilitaria a comunicação com as demais capitanias.

Normas para o governo-geral

Entre as normas que regulavam o governo-geral, criado em 1548, destacavam-se:

- o comando e a defesa militar da colônia ficavam a cargo do governo-geral;

- os poderes judiciais dos donatários passariam a ser exercidos pelo governador-geral;

- proibiam-se, de modo geral, a escravidão do índio;

- o governador-geral teria três auxiliares: o ouvidor-mor, encarregado dos negócios da Justiça; o

provedor-mor, encarregado dos assuntos da Fazenda; e o capitão-mor, encarregado da defesa do litoral.

Primeiros governadores-gerais

Vejamos os principais acontecimentos que marcaram a atuação dos três primeiros governadores-gerais do Brasil: Tomé de Souza, Duarte da Costa e Men de Sá.

Tomé de Souza: a fundação de Salvador

O primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, desembarcou na Bahia em 1549 e governou até 1553.

Sua frota de seis navios trazia, aproximadamente, mil pessoas (soldados, **degredados**¹, funcionários da administração, jesuítas etc.)

Os jesuítas (seis ao todo), chefiados pelo padre **Manuel da Nóbrega**, vieram ao Brasil com a missão oficial de converter os indígenas à religião católica.

Dentre as principais realizações do governo de Tomé de Souza, podemos citar:

- fundação da cidade de **Salvador** (primeira cidade do Brasil), onde foi sediada a capital do governo-geral;
- criação do primeiro **bispado brasileiro** (território subordinado à autoridade do bispo), em 1551, chefiado pelo bispo Dom Pero Fernandes Sardinha;
- início da pecuária e incentivo ao cultivo da cana-de-açúcar;
- organização de expedições, chamadas de **entradas**, que penetravam nas matas à procura de metais preciosos.

Duarte da Costa: a invasão francesa

O segundo governador-geral, Duarte da Costa, governou de 1553 a 1558 e trouxe mais jesuítas para o Brasil, dos quais destacou-se **José de Anchieta**.

Em janeiro de 1554, José de Anchieta e Manuel da Nóbrega fundaram o colégio de São Paulo. Junto a esse colégio nasceu a vila de origem à cidade de **São Paulo**.

Em 1555, os franceses invadiram o Rio de Janeiro e fundaram um povoamento que se chamou **França Antártica**.

¹ **Degredados** – pessoas que, por terem cometido crimes, eram expulsas de seu país. Portugal mandava degredados para suas colônias na América e na África.

Sem armas e soldados suficientes, Duarte da Costa não pôde impedir a invasão nem conseguiu expulsá-los do Rio de Janeiro.

Men de Sá: a expulsão dos franceses

O terceiro governador-geral, Men de Sá, governou o Brasil por 14 anos (1558-1572). Entre os principais

acontecimentos de seu longo período de governo, destacam-se:

- expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, em 1567, com a ajuda de seu sobrinho, **Estácio de Sá**. Além de chefe militar, Estácio de Sá é lembrado como fundador da cidade do **Rio de Janeiro**, que nasceu de um pequeno povoado militar organizado para a luta contra os franceses;
- combate aos indígenas que lutavam contra a conquista colonial portuguesa, levando ao extermínio de muitas tribos;
- crescente incentivo à importação de escravos negros da África, que passou a ser considerada a solução para o problema da falta de mão-de-obra na agricultura;
- a dissolução da confederação dos Tamoios.
Por suas realizações, Men de Sá é considerado o consolidador do governo-geral.

MUDANÇAS POLITICO-ADMINISTRATIVAS

Depois de praticar a centralização administrativa com os governos-gerais, o rei de Portugal resolveu dividir a administração do Brasil em dois governos:

- **governo do Norte** - com sede na cidade de Salvador, chefiado pelo conselheiro Luís de Brito de Almeida (1573-1578);
- **governo do Sul** – com sede na cidade do Rio de Janeiro, chefiado pelo desembargador Antônio Salema (1574-1578).

Todavia, em 1578, insatisfeito com os resultados práticos da experiência, o rei de Portugal decidiu voltar atrás e estabeleceu novamente um único centro administrativo no Brasil, com sede em Salvador. Lourenço da Veiga, nomeado pela coroa portuguesa, exerceu o cargo até 1581, ano de sua morte.

Câmaras municipais

Paralelamente à formação das primeiras vilas, foi sendo estruturada uma administração de âmbito local, a cargo das **câmaras municipais**, instituídas somente nos municípios mais importantes.

As câmaras eram controladas pelos chamados “homens bons”, representantes dos grandes proprietários de terra, de escravos ou de gado. A atuação administrativa das câmaras abrangia diversos setores, como o de abastecimento, de tributação, de execução das leis, de relacionamento do colonizador com os indígenas etc. Assim, as câmaras municipais constituíam poderosos **órgãos da administração colonial**, controlados pela elite rural da colônia. Nessa condição, opunha-se ao **centralismo administrativo**, representado pelos órgãos da coroa portuguesa.

IV – FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: A CANA-DE-AÇÚCAR

A colonização no Brasil foi organizada em torno do cultivo da cana-de-açúcar. Investimento, transporte, refinação e distribuição foram problemas que se apresentaram aos portugueses e cuja solução foi dada pela Holanda. Portugal lucraria através dos impostos resultantes do pacto colonial e teria a garantia de posse das terras brasileiras. A montagem da produção açucareira obedeceu ao sistema de *plantation*, resultando na criação de uma sociedade patriarcal e escravista.

Para defender a posse da terra, protegendo-a de ameaças estrangeiras, Portugal decidiu colonizar o Brasil. Mas para isso, seria preciso desenvolver uma atividade econômica lucrativa que compensasse o empreendimento.

A solução encontrada por Portugal foi implantar a empresa açucareira, em certos trechos do litoral brasileiro, uma vez que o açúcar era produto de grande interesse para o comércio europeu. Por meio dele seria possível organizar o cultivo permanente do solo, iniciando o povoamento sistemático da colônia.

Ao decidir implantar a empresa açucareira no Brasil, Portugal deixava a atividade meramente predatória (extração de pau-brasil) e iniciava a montagem de uma organização produtiva dentro das diretrizes do sistema colonial.

Característica da propriedade agrícola

A grande propriedade agrícola, na qual se baseava o sistema colonial, tinha duas características fundamentais. Era:

- **monocultura** – especializada na produção em **larga escala** de apenas um gênero tropical de alto valor, tendo em vista as necessidades do mercado europeu;
- **escravocrata** – utilizava o trabalho de negros escravos importados da África.

O engenho de açúcar, exemplo típico da grande propriedade agrícola, enquadrava-se perfeitamente dentro dos mecanismos do sistema colonial.

Mão-de-obra escrava

A empresa açucareira, além de experiência produtiva e capitais, necessitava também de mão-de-obra, isto é, pessoas que trabalhassem nos engenhos. Não seria de Portugal que viriam essas pessoas, pois sua população, em meados do século XVI, era escassa.

O colonizador insistiu em escravizar o índio, procurando aproveitá-lo, agora, na empresa açucareira.

Entretanto, a escravização do índio não era tão conveniente ao sistema colonial mercantilista. À coroa portuguesa interessava uma solução mais lucrativa, ou seja, o uso de mão-de-obra africana, o que alimentaria o **tráfico negroiro**.

1 - Atividades Complementares

- **A pecuária** - O gado, além de constituir fonte alimento, era indispensável na moenda e no transporte das caixas até os portos. Mesmo assim, a pecuária, inicialmente desenvolvida no engenho, acabou sendo empurrada para o interior. A criação de gado deu origem a um novo tipo de latifúndio, onde o trabalho escravo não tinha condições de ser implantado; nele, o vaqueiro, em geral índio ou mestiço, trabalhava em regime de parceria, recebendo reses em pagamento pelo seu serviço.
- **O tabaco** – Ocupava o segundo lugar na lista de produtos exportados pela Colônia. Assim como a aguardente, o fumo era utilizado no escambo de escravos africanos.
- **O algodão** - No século XVI, o algodão tinha um papel secundário na economia; fornecia material para a confecção de roupas para os escravos.

2 - O negro no engenho

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem Ter engenho corrente”. Essa afirmação foi feita por Antonil, em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, obra publicada em 1711. A frase expressa com grande realismo o papel do negro na sociedade brasileira.

No ano de 1550, chegou ao Brasil a primeira leva de escravos, que desembarcou em Salvador. No começo, eram trocados por cachaça, fumo, bugigangas, instrumentos de metal e outras quinquilharias. Os principais grupos negros trazidos para o Brasil foram os **sudaneses**, originários da Nigéria, Daomé e Costa do Ouro; os bantos, de Angola, Congo e Moçambique; e os malês, sudaneses islamizados.



Os negros escravos eram vendidos em armazéns como outras mercadorias

V – FORMAÇÃO TERRITORIAL

Em 1494, o Tratado de Tordesilhas dividiu entre Espanha e Portugal as terras recém-descobertas na América.

As duas nações formaram vastos impérios coloniais, o que gerou nos demais países europeus um sentimento de marginalização. França, Inglaterra e Holanda reagiram contra essa situação através da pirataria e de invasões aos novos territórios.

1 – Invasões francesas

Os protestantes franceses, denominados **huguenotes**, passaram a ser perseguidos em seu país por questões

religiosas. Liderados por Nicolau Durand de Villegaignon e com o auxílio do almirante Coligny, os franceses invadiram e conquistaram a região do Rio de Janeiro, em 1555. Pretendiam fundar uma colônia de exploração econômica e, ao mesmo tempo, fugir das guerras religiosas que assolavam a França. O próprio rei francês, Henrique II, incentivava a iniciativa.

Instalaram-se nas ilhas de Serigipe, Parapuã (atual ilha do Governador), Uruçumirim (Flamengo) e em toda essa região de França Antártica.

As dificuldades materiais e o inimigo comum aproximaram os franceses e os índios Tamoios, que se agruparam, constituindo a chamada **Confederação dos Tamoios**. Sob as ordens do governador-geral

Duarte da Costa, os portugueses reagiram. Não obtendo êxito, o governador-geral terminou por ser substituído por Men de Sá.

Apesar da morte de Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, os portugueses conseguiram, em 1567, expulsar os franceses, colocando fim à consolidação da França Antártica.

Desalojados do Rio de Janeiro, os franceses tentaram estabelecer-se no litoral norte e nordeste do Brasil. Foi na luta contra eles que teve início o povoamento da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Maranhão. Nesta última região, os combates foram mais violentos.

Em 1612, os franceses invadiram o Maranhão e fundaram a **França Equinocial**. Daniel de La Touche, líder dos franceses na nova tentativa, iniciou a formação da cidade de São Luís, que recebeu esse nome em homenagem ao então rei francês, Luís XIII. Jerônimo de Albuquerque, auxiliado por Alexandre de Moura e seus comandados, articulou a reação contra os franceses, atingindo seu objetivo em 1615.



2– Invasões Inglesas

Já as tentativas inglesas de ataque limitaram-se a saques em portos brasileiros e apresamento de carga de navios que se dirigiam para a Europa. Edward Fenton, em 1583, e Robert Withrington, em 1587, tentaram tomar de assalto o porto de Santos, sendo ambos derrotados.

Um outro corsário, Thomas Gavendish, aproveitou o dia de Natal de 1591 para fazer um ataque de surpresa. Foi bem sucedido, saqueando inteiramente a cidade de Santos. Um ano depois tentou repetir a façanha no litoral do Espírito Santo, dessa vez fracassando. Em 1595, James Lancaster pilhou a cidade de Recife.

No geral, essas expedições de corsários ingleses pretendiam apossar-se de cargas de açúcar para revendê-las na Europa.

3 – A União Ibérica (1580 – 1640)

Em 1580, o rei de Portugal, D. Henrique, morreu sem deixar herdeiros. Era o fim da dinastia de Avis. Surgiram disputas político-militares entre os pretendentes do trono português. O vencedor dessa disputa foi Felipe II, rei da

Espanha, que invadiu e conquistou Portugal, além de subornar a classe dominante portuguesa.

Com a ascensão de Felipe II ao trono português, em 1580, teve início o período do **domínio espanhol**, que se estendeu até 1640. Esse período também é chamado de **União Ibérica ou União Peninsular**.

Dominando Portugal, a Espanha passou a controlar também todas as colônias portuguesas, constituindo, assim, um vasto império.

Por causa da União Ibérica, o Brasil também ficou proibido de comercializar com a Holanda. Na época, porém, os holandeses controlavam a lucrativa operação de transporte, refino e distribuição comercial do açúcar brasileiro. E não pretendiam perder a fonte fornecedora de açúcar: os engenhos do Nordeste.

Reagindo ao bloqueio econômico espanhol, os holandeses fundaram a **Companhia das Índias Ocidentais**, em 1621. Decidiram, por meio dessa empresa, conquistar o Nordeste brasileiro e apoderar-se da produção de açúcar.

4 – Invasão da Bahia: derrota holandesa

A primeira tentativa de invasão holandesa ocorreu em 8 de maio de 1624, na cidade de Salvador, Bahia. Mas os holandeses não conseguiram consolidar a ocupação. Utilizando táticas de guerrilha e contando com o reforço de tropas espanholas, as forças luso-brasileiras conseguiram expulsar os holandeses um ano após a invasão.

Com a expulsão dos holandeses da Bahia, a Companhia das Índias Ocidentais teve grande prejuízo financeiro, entretanto foi compensado em 1628, quando a esquadra holandesa de **Piet Hein** assaltou uma frota de navios espanhóis carregados de prata. Com o lucro do assalto, a Companhia das Índias ocidentais pôde preparar um novo ataque ao Brasil.

5 – Invasão de Pernambuco: nasce um “Estado holandês”

Uma poderosa esquadra composta de 56 navios, 3500 soldados e 3780 pessoas, foi aparelhada para invadir Pernambuco, na **mais rica capitania da época** devido à produção açucareira.

A nova esquadra holandesa chegou ao litoral pernambucano no dia 14 de fevereiro de 1630. Sem forças suficientes para enfrentar os holandeses, Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, refugiou-se no interior do território, onde fundou o **Arraial do Bom Jesus**. O arraial tornou-se o principal foco de resistência contra os holandeses. A tática empregada por Matias de Albuquerque também foi a guerrilha.

Durante cinco anos de luta, os holandeses não conseguiram dominar totalmente a região dos engenhos de açúcar. A guerrilha estava obtendo bons resultados, até que Domingos Fernandes Calabar, profundo conhecedor da região, passou a ajudar os holandeses, fornecendo-lhes informações.

Em 1635, após uma série de derrotas, Matias de Albuquerque desistiu da luta. Retirando-se para Alagoas, conquistou a cidade de Porto Calvo, que era controlada por holandeses, e aí prendeu e enforcou Calabar.

6 – Governo de Nassau (1637 – 1644)

Com o fim da luta armada em Pernambuco, a Companhia das Índias Ocidentais passou a organizar a administração da região conquistada.

Os anos de luta tinham causado grande desordem econômica. Tanto os senhores de engenho quanto os holandeses queriam um ambiente de ordem e paz para que pudessem obter lucros com a atividade açucareira. Para cuidar dessa tarefa a Companhia enviou ao Brasil o conde **João Maurício de Nassau Siegen**, nomeado governador-geral do Brasil holandês.

Maurício de Nassau chegou ao Brasil em 1637 e logo pôs em prática uma habilidosa política administrativa. Pretendia pacificar a região e conseguir a colaboração dos luso-brasileiros. Dentre as principais medidas adotadas em seu governo, destacam-se:

- **concessão de créditos** – a Companhia concedeu créditos aos senhores de engenho, que se destinaram ao reaparelhamento dos engenhos, à recuperação dos canaviais e à compra de escravos, reativando a produção açucareira;
- **tolerância religiosa** – as diversas religiões (catolicismo, judaísmo, protestantismo etc.) foram toleradas pelo governo de Nassau. Os holandeses não tinham como objetivo expandir a fé religiosa. Entretanto, a religião oficial do Brasil holandês era o calvinismo, sendo, por isso, a mais incentivada;
- **obras urbanas** – a cidade do Recife foi beneficiada com a construção de pontes e obras sanitárias. Criou-se também a cidade de Maurício, hoje bairro da capital pernambucana;
- **vida cultural** – o governo de Nassau promoveu a vinda de artistas, médicos, astrônomos, naturalistas. Entre os pintores, estava **Franz Post e Albert Eckhout**, autores de diversos quadros inspirados das paisagens brasileiras. No setor científico destaca-se **Jorge Marcgrave**, um dos primeiros a estudar nossa natureza, e **Willen Piso**, médico que pesquisou a cura das doenças mais comuns da região.

Maurício de Nassau ganhou prestígio como administrador, mas surgiram, desentendimentos entre ele e a Companhia das Índias Ocidentais. Os líderes da Companhia o acusaram de furtar dinheiro e quiseram limitar seus poderes. Por sua vez, Nassau acusava a Companhia de não entender os problemas locais e agir com excessiva ganância. Esses desentendimentos levaram à saída de Nassau do cargo de governador, em 1644.

7 – A Insurreição Pernambucana

Depois da saída de Maurício de Nassau do Brasil, a administração holandesa tornou-se extremamente dura.

Interessada somente em aumentar seus lucros, a Companhia das Índias Ocidentais passou a pressionar os senhores de engenho para que aumentassem a produção, pagassem mais impostos, liquidassem as dívidas atrasadas. A Companhia ameaçava confiscar os engenhos de seus proprietários, caso as exigências não fossem cumpridas.

Até mesmo a tolerância religiosa havia acabado. Os católicos passaram a ser proibidos de praticar livremente sua religião.

Reagindo a essas pressões, os habitantes da colônia iniciaram, em 1645, a luta pela expulsão dos holandeses, conhecida como **Insurreição pernambucana**.

Várias batalhas foram travadas contra os holandeses; dentre elas, destacam-se as **batalhas dos Guararapes** (1619 e 1648), vencidas pelos colonos.

Depois de sucessivas derrotas, os holandeses renderam-se, em 1654, na **Campina da Taborda**.

Com isso, Portugal retomou seu domínio na região açucareira do Nordeste do Brasil. Durante dez anos, os brasileiros do Nordeste lutaram para expulsar os holandeses, sem receber nenhuma ajuda de Portugal. Destacaram-se nas lideranças o paraibano **André Vidal de negreiros**, o senhor de engenho **João Fernandes Vieira**, e o índio **Felipe Camarão**, conhecido como Poti.

A expulsão dos holandeses ficou conhecida por **Insurreição Pernambucana** (1645 – 1654).

8 – As conseqüências da expulsão dos holandeses

Os holandeses abandonaram nossas terras, mas não o comércio açucareiro. Dirigiram-se para as Antilhas (ilhas da América Central), onde iniciaram uma produção açucareira própria. Com grande capital, tecnologia mais avançada e facilidade para distribuição do produto na Europa, o açúcar das Antilhas foi se impondo. Não é difícil imaginar as conseqüências disso para o Brasil. A Segunda metade do século XVII foi marcada pela decadência da cultura da cana-de-açúcar em nosso país. Extingui-se o primeiro ciclo econômico de nossa história.

VI – EXPANSÃO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A expansão e a ocupação do território brasileiro foram ocasionadas por diversos fatores, entre os quais destacam-se as atividades econômicas, as expedições para expulsão de estrangeiros, a busca de riquezas minerais e de índios para escravizar. Em 1750, com o Tratado de Madrid, praticamente estavam delineados os contornos de nossas fronteiras atuais.

Lentamente, entretanto, desenvolveu-se a penetração no interior do território brasileiro,

romovendo seu povoamento. A conquista e a ocupação resultaram das ações de:

- **expedições militares** organizadas pelo governo para expulsar estrangeiros que ocupavam partes do território;
- **bandeirantes** que percorriam o sertão aprisionando índios ou procurando metais preciosos;
- **padres jesuítas** que fundavam aldeias para catequização dos índios e exploração econômica de riquezas naturais do sertão;
- **criadores de gado** que tiveram seus rebanhos e fazendas “empurrados” para o interior do território.

1 – Criação de gado: povoação do sertão

Para a Coroa portuguesa interessava o aumento da exportação de cana, mesmo que com isso o gado fosse levado para o interior. Por isso, em 1701, o monarca português proibiu a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral.



A busca de novas pastagens levou os fazendeiros de gado para o interior de Maranhão. Com isso surgiram

2- Conquista do litoral norte do Pará e do Amazonas

Por vezes, as expedições luso-espanholas entraram em luta com os franceses, que, apoiados pelos índios da região, dificultavam a missão das expedições. Data dessa época a fundação de várias fortalezas litorâneas que mais tarde viriam a ser importantes cidades. Em 1584, Frutuoso Barbosa fundava **Filipéia de Nossa Senhora das Neves**, atual



postos avançados de povoação no sertão. A ocupação da atual região do Piauí foi decorrência da criação bovina.

Dois regiões podem ser consideradas zonas de irradiação da pecuária. A primeira era Olinda, de onde o gado se expandia para o interior de Pernambuco e Paraíba, daí espalhando-se pelos campos do Piauí e Maranhão. A criação de gado aí atendia a um mercado consumidor específico: os engenhos de açúcar.

A Segunda zona de irradiação era Salvador, na Bahia, em direção ao rio São Francisco e espalhando-se pelo seu vale. Essa região, conhecida como **Currais de Dentro**, desenvolveu-se em função do mercado consumidor surgido com a mineração.

A pecuária integrava os diversos centros econômicos brasileiros da época, pois era a única atividade voltada para o mercado interno. Serviu também para amenizar as disputas no seio da própria classe dominante, pois um senhor de engenho falido sempre tinha a possibilidade de se tornar fazendeiro de gado. A pecuária entrou em decadência com o declínio de seus centros consumidores, primeiro os engenhos de açúcar, depois as áreas de mineração.

João Pessoa, capital da Paraíba. Em 1597, erguia-se o **Forte dos Reis Magos**, atual cidade de Natal, capital do Rio Grande do

Norte. Em 1613, mais um forte era inaugurado, o **Forte de Nossa Senhora do Amparo**, atual Fortaleza, capital do Ceará.

Mas coube aos próprios franceses a criação de uma vila, **São Luís**, atual capital do Maranhão, onde conseguiram se fixar, resistindo até 1615, quando foram definitivamente expulsos.

A região da foz do rio Amazonas era um paraíso para os contrabandistas europeus. Não foi esse o único motivo, entretanto, que levou os luso-espanhóis a povoá-la. O temor de novas invasões estrangeiras e a intenção de explorar os ricos recursos naturais da região também foram fatores que impulsionavam o povoamento dessa área. Com esses objetivos, Caldeira Castelo Branco fundou, em 1615, no estuário do Amazonas, o **Forte do Presépio**, que deu origem a Belém do Pará. ■

4 – As drogas do sertão

Como os portugueses haviam perdido o monopólio do comércio com as Índias, a descoberta das especiarias brasileiras vinha preencher, pelo menos em parte, o vazio comercial surgido. Entre essas especiarias, as chamadas **drogas do sertão** estavam: cravo-do-maranhão, canela, castanha-do-pará, cacau, urucum, tabaco silvestre, essências para perfume, resinas, plantas medicinais etc.

A obtenção desses produtos, entretanto, não era fácil; os índios teriam de ser conquistados e convencidos a realizar essa tarefa. Os jesuítas, interessados na catequese dos índios, assumiram a liderança desse empreendimento. Assim, graças a essa atividade, o Norte foi ocupado, iniciando-se seu povoamento.



No primeiro mapa, referente ao século XVI, observa-se o povoamento restrito a uma parte do litoral. Com as expedições bandeirantes de caça ao índio e de busca ao ouro incorporaram-se as porções interiores do país. No século XVIII a situação já era bem diferente, e quase todo o território nacional já havia sido desbravado.

5 – A Expansão Territorial além de Tordesilhas

Durante o século XVII, o território brasileiro sofreu uma grande expansão para o interior, graças a expedições desbravadoras chamadas **entradas e bandeiras**.

Ambas eram expedições que se embrenharam no interior do Brasil, à procura de riquezas minerais e índios para escravizar. Costuma-se dizer que as entradas eram organizadas pelo governo, e as bandeiras, por particulares. Essa diferenciação não é totalmente correta, mas é a que mais se aproxima da realidade.

• Ciclo de caça ao Índio

Na primeira metade do século XVII, um fato novo estimulou os paulistas a prenderem milhares de índios a fim de vendê-los como escravos.

Que fato foi esse?

Como vimos, houve um tempo em que os holandeses conquistaram o Nordeste brasileiro, de Sergipe ao Maranhão, e a região de Angola, na África, passando assim a controlar quase todo o tráfico negreiro para o Brasil.

As regiões brasileiras que nessa época não pertenciam a eles, como a Bahia, por exemplo, ficaram sem Ter como comprar escravos negros. Por isso, os senhores dessas regiões começaram a comprar os índios prisionados pelos paulistas.

Como havia um grande número de índios nas missões de Guairá (Paraná), Itatin (Mato Grosso) e Tape (Rio Grande do Sul), os bandeirantes paulistas decidiram atacá-las.

Esses índios despertavam ainda a cobiça dos paulistas por suas qualidades, pois havia entre eles bons agricultores, artesãos, boiadeiros, que estavam acostumados ao trabalho sedentário e à convivência com o homem branco.

De 1628 a 1638, as bandeiras de caça ao índio (também chamadas **bandeiras de apresamento**), chefiadas principalmente por Manuel Preto a Antônio Raposo Tavares, arrasaram essas missões, espantaram o gado que aí vivia e prenderam e escravizaram cerca de 300 mil índios.

A caça ao índio foi chegando ao fim, principalmente porque os holandeses foram expulsos de Angola e do Brasil, e com isso normalizou-se o tráfico negreiro para todo o território brasileiro.

• Ciclo do ouro e diamantes

Como a caça ao índio já não dava os lucros desejados (inclusive porque os jesuítas passaram a distribuir armas de fogo para que os índios se defendessem), os paulistas voltaram a procurar ouro e pedras preciosas na Segunda metade do século XVII. Nessa busca, foram muito incentivados e ajudados pelo rei de Portugal.

O pequeno reino português tinha empobrecido muito durante os 60 anos em que fora dominado pela Espanha, e esperava recuperar-se da crise explorando fontes de riqueza no Brasil. Como a produção de açúcar estava em decadência, voltaram-se para os metais e pedras preciosas.

Apesar de os paulistas já terem encontrado pequenas quantidades de ouro de lavagem, foi somente no final do século XVII que eles descobriram o **ouro de mina**, no atual estado de Minas Gerais.

Não se conhece com certeza nem a data e nem o local exato da primeira descoberta. Sabe-se, porém, que entre 1693 e 1695 o ouro foi encontrado por paulistas em vários pontos da região mineira.

Entre as principais bandeiras de procura de ouro e pedras preciosas bem-sucedidas, destacam-se as de:

Antônio Rodrigues Arzão (no atual estado de Minas Gerais, provavelmente em 1693);

Pascoal Moreira Cabral (no estado do Mato Grosso, em 1719);

Bartolomeu Bueno da Silva (no atual estado de Goiás, em 1725).

• As monções

Assim que a notícia de descoberta de ouro em Mato Grosso chegou a São Paulo, centenas de paulistas se aventuraram a viajar para lá em canoas que sempre partiam do rio Tietê. Essas expedições, que se dirigiam às regiões mineradoras do centro-oeste utilizando o curso dos rios, receberam o nome de **monções**.

No começo as monções se dirigiam para as áreas de mineração apenas para levar novos mineradores. Com o tempo, passaram a transportar grandes quantidades de alimentos, roupas e instrumentos de trabalho, que eram vendidos aos mineradores que lá viviam.

6 – Tratados e Fronteiras

Os portugueses ampliaram as fronteiras do Brasil ocupando o território, mas foi preciso uma série de tratados para oficializar juridicamente a situação.

Os principais tratados internacionais assinados por Portugal para a fixação das fronteiras do Brasil foram:

- **Tratado de Utrecht (1713)** – assinado entre Portugal e França. Estabelecia que o rio Oiapoque, no extremo norte da colônia, seria o limite de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.
- **Tratado de Utrecht (1715)** – assinado entre Portugal e Espanha. Estabelecia que a Colônia do Sacramento pertenceria ao Brasil. Houve, porém resistência dos espanhóis que lá moravam.
- **Tratado de Madri (1750)** – assinado entre Portugal e Espanha. Estabelecia que a Colônia do Sacramento pertenceria aos espanhóis e a região dos Sete Povos das Missões (que ocupava parte do atual estado do Rio Grande do Sul) pertenceria aos portugueses. O tratado de Madri não pôde ser cumprido, pois jesuítas e índios guaranis dos aldeamentos dos Sete Povos das Missões não aceitaram o controle português. Houve violenta guerra (**Guerra Guaranítica**) contra a ocupação portuguesa. Diante dessa situação, Portugal também não entregou à Espanha a Colônia do Sacramento.
- **Tratado de Santo Ildefonso (1777)** – assinado entre Portugal e Espanha. Estabelecia que a Espanha ficaria com a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões. Mas a Espanha devolveria a Portugal terras que, nesse período, havia ocupado no atual estado do Rio Grande do Sul. O Tratado de Santo Ildefonso foi considerado desvantajoso pelos portugueses, que perdiam a Colônia do Sacramento e não recebiam quase nada em troca.
- **Tratado de Badajós (1801)** – assinado entre Portugal e Espanha. Estabelecia que a região dos Sete Povos das Missões ficaria com os portugueses, e a Colônia do Sacramento ficaria com os espanhóis. Depois de muitas lutas, confirmavam-se as fronteiras que, basicamente, tinham sido estabelecidas pelo Tratado de Madri.

OS TRATADOS DE LIMITES

DATA	NOME DO TRATADO	PAÍS CONTRATANTE	SITUAÇÃO EXTERNA	RESOLUÇÃO
1618	Lisboa	Espanha	Aliança Anglo-Lusa	A Espanha devolve pela 1ª vez o Sacramento a Portugal
1713	Utrecht	França	Guerra de Sucessão ao Trono Espanhol	Acerta as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, tendo como limite o Rio Oiapoque.
1715	Utrecht	Espanha	Guerra de Sucessão ao Trono Espanhol	A Espanha devolve pela 2ª vez o Sacramento a Portugal.
1750	Madrid	Espanha	Reaproximação Luso-Espanhola	Deu aproximadamente a atual configuração territorial ao Brasil, com exceção do Acre, baseou-se no princípio do “Uti Possidetis” (a terra pertence a quem a coloniza), exceção do Extremo-Sul onde Sacramento fica para a Espanha e os Sete Povos para Portugal.
1761	Pardo	Espanha	Guerra dos Sete Anos	Anulou o Tratado de Madrid.
1777	Santo Ildefonso	Espanha	Guerra dos Sete Anos	Restabeleceu o Tratado de Madrid com exceção do Extremo-Sul, onde o Sacramento e os Sete Povos ficam para a Espanha.
1801	Badajós	Espanha	Guerras Napoleônicas	Fixou os limites do Extremo-Sul pois a Espanha devolve os Sete Povos para Portugal.

VII – A MINERAÇÃO

Com a decadência da economia açucareira no Brasil, Portugal voltou a estimular a procura de ouro. O precioso metal foi finalmente encontrado na última década do século XVII, e sua exploração alterou a sociedade e a economia brasileiras. Surgiram novos grupos sociais e criou-se um mercado interno. O negro, no entanto, continuaria escravizado e reagiria através de formas variadas, da fuga à formação de quilombos. No final do ciclo do ouro, a decadência da mineração seria seguida por um renascimento agrícola.

No final do século XVII, graças à longa expedição de Fernão Dias, à busca de esmeraldas, encontraram-se os primeiros veios de ouro no leito de rios, além da Serra da Mantiqueira, no atual estado de Minas Gerais. A notícia espalhou-se rápido no Brasil e em Portugal.

Na última década do século, em 1693, Antônio Rodrigues Arzão encontrou ouro em Minas Gerais; em 1698, **Antônio Dias de Oliveira** descobriu esse metal em Ouro Preto; em 1700, **Borba Gato** encontra o metal em Sabará. Essas expedições partiam de Taubaté, cidade paulista próxima de Minas Gerais.

Em 1719, **Pascoal Moreira Cabral** descobriu ouro em Cuiabá, na região de Mato Grosso. Três anos depois, **Bartolomeu Bueno da Silva**, o Anhangüera, encontrava o precioso metal em Goiás. Os primeiros caminhos para o Brasil Central estavam abertos.

A extração do ouro foi realizada inicialmente através da faiscação ou garimpagem. Ligada ao ciclo do ouro de lavagem, a faiscação se dava de forma rudimentar e utilizando mão-de-obra livre. Nas grandes minas, a extração chamava-se **lavra**, baseando-se na mão-de-obra escrava.

1 – A Intendência e a divisão das Minas

Em 1702 Portugal criou uma legislação especial para mineração no Brasil e dentre ela despontava a **Intendência das Minas**. Este órgão fiscalizava o contrabando, julgava os crimes relativos ao fisco e ao ouro, cobrava impostos, entre outros.

A legislação portuguesa considerava toda mineração no Brasil **propriedade exclusiva do Rei**, que podia ceder sua exploração a particulares.

Descoberta uma “mina” a Intendência a dividia em “datas” da seguinte maneira:

- duas datas preferenciais ao descobridor;
- uma reservada à Coroa por ser proprietária;
- uma para os superintendentes;
- seriam vendidas a particulares na medida em que tivessem, no mínimo, doze escravos.

2 – Impostos e Instituições

• O quinto

Desde o início da colonização do Brasil o reino português estabeleceu como imposto sobre pedras preciosas e metais **vinte por cento** de imposto (a Quinta

parte). Os mineradores, descontentes com o tributo, consideravam-no confisco abusivo.

• A capitação (1735)

No auge da produção mineradora, Minas contava com 600.000 escravos. O Rei criou um novo imposto que visava aumentar a arrecadação em ouro: **a capitação**, 17 gramas ouro/ano por cabeça escravo.

• As casas de fundição

Como não era fácil efetuar o controle sobre a circulação do ouro em pó, o governador D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, instituiu as **casas de fundição**, por onde todo o ouro extraído na Colônia tinha de passar para ser transformado em barras, das quais era retirado o quinto real. Em 1725, a circulação do ouro em pó estava terminantemente proibido.

• A derrama

Em função do esgotamento do ouro, o reino quis incentivar à busca de novas jazidas e decretou a finta:

100 arrobas de ouro-imposto ao ano. O não pagamento da finta deu origem às **Derramas**, cobrança militar do

atraso, com implicação violenta de se tirar até a propriedade do minerador.

3 - O Diamante

A exploração do diamante por representar uma riqueza ímpar, passou por três fases distintas.

Até 1739 a extração do diamante obedecia às mesmas normas do ouro quanto ao descobrimento da mina, demais datas e tributos.

De 1740 a 1770 vigoraram os “**contratos de monopólio**” mediante os quais a Coroa repassava o direito de exploração a uma pessoa por mina: o **contratador**, mediante tributos e taxas sobre escravos.

A partir de 1771 instituiu-se a **real extração** quando o reino assumiu, através de seus agentes (os reinóis) a exploração do diamante. Afinal toda riqueza natural era do Reino.■

Essa opressão gerou resistências. O contrabando de ouro era uma das formas utilizadas por alguns negros para obter dinheiro para comprar sua liberdade, a

4 – A Sociedade Mineradora

A exploração de ouro e diamantes tornou mais complexa a composição social brasileira. Surgiram grupos sociais com funções distintas das de senhores ou escravos. O comércio, o artesanato e a prestação de

serviços formaram uma camada média ligada às cidades: comerciantes, militares, profissionais liberais, artesãos, clérigos e burocratas eram alguns dos seus representantes. Com exceção dos comerciantes, os outros componentes dessa camada média tiveram grande participação nos movimentos que resultaram na ruptura com Portugal.

A sociedade da mineração, como você pode observar, oferecia maior flexibilidade social se comparada com a sociedade formada no ciclo da cana-de-açúcar.

A urbanização e a conseqüente complexidade das relações sociais criaram uma elite de intelectuais que se exprimia nas letras, músicas e artes plásticas. Predominava uma cultura extremamente aristocratizada, onde quem aparentasse maior ociosidade era possuidor de maior prestígio.

5 – As revoltas de escravos

Para o negro, portanto, só o local de trabalho mudou. Os escravos continuavam a ser a classe mais explorada. Sua condições de vida nas minas chegavam a ser piores que nos canaviais: nas minas, a média de vida de um escravo girava entre dois e cinco anos.

alforria. As fugas e a posterior formação de quilombos eram outra maneira de lutar pela liberdade.

Mas a maior ameaça para a ordem colonial era certamente a reação coletiva. As fugas em massa geralmente resultavam na formação de **quilombos**. Nessas comunidades, os negros reorganizavam sua vida como na África.

O mais importante reduto de luta contra a escravidão em toda a história brasileira foi o **Quilombo dos Palmares** (1600 – 1695). Liderados inicialmente por Ganga Zumba e de pois por Zumbi, os negros formaram em Alagoas e no sul de Pernambuco um verdadeiro Estado livre. A invasão holandesa em 1630 ampliou bastante a população do quilombo. Agregando cerca de 20.000 escravos foragidos, resistiu durante quase todo o século XVII.

Em 1690, os lusos decidiram organizar um ataque arrasador à cidadela africana. Para chefiar o ataque foi escolhido o bandeirante **Domingos Jorge Velho**, conhecido especialista em massacre de escravos. Em troca, ele recebia privilégios e favores reais que incluíam sesmarias no Nordeste.

Palmares foram completamente aniquilados em 1695. Zumbi só foi capturado um ano depois. Teve sua cabeça cortada e exposta em praça pública, em Olinda. O governador disse, na ocasião, que o fato servia “para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros”.

6 – Com quem ficou nosso ouro ?

A produção aurífera brasileira foi bastante significativa nos primeiros 70 anos do século XVII. Nesse período, o Brasil produziu mais ouro do que toda a América espanhola em 357 anos. A quantidade de ouro

extraído do Brasil correspondeu a 50% de toda a produção mundial entre os séculos XV e XVIII.

Toda essa riqueza, porém, não foi utilizada para o desenvolvimento da colônia. É inegável que a região de Minas apresentou visível progresso econômico e cultural, como mostram as igrejas, as ruas e os edifícios da época. Contudo, a maior parte do ouro brasileiro escoou para fora do Brasil, servindo ao enriquecimento de outras nações.

Nem mesmo Portugal lucrou com o ouro brasileiro, apesar de Ter recebido um quinto de toda a produção. A balança comercial portuguesa equilibrou-se momentaneamente, mas não o suficiente para livrar-se da dependência econômica em relação aos ingleses.

A Administração Pombalina (século XVIII)

No século XVIII, em virtude da pregação das idéias liberais, surge em Portugal uma tentativa de reformulação especialmente no campo econômico: é a política pombalina.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras (Marquês de Pombal), era primeiro ministro do rei D. José I, de Portugal. A administração pombalina visava a recuperação da economia do Brasil em benefício de Portugal, a fim deste país se livrar do domínio econômico da Inglaterra.

Pombal incentivou as atividades comerciais, agrícolas e de construção naval.

Algumas medidas tomadas por Pombal:

- promoveu a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro (1763);
- criou duas Companhias de Comércio: Maranhão/Grão-Pará e Pernambuco/Paraíba;
- expulsou os padres jesuítas e criou as escolas régias;
- impulsionou a construção naval, incrementou algumas indústrias como laticínios e anil; deu maior atenção à mineração;
- criou o Tribunal de Relação no Rio de Janeiro e Juntas de Justiça nas demais Capitânicas;
- extinguiu o Estado do Maranhão e o sistema de Capitânicas Hereditárias;
- com a morte de D. José I (1777) sobe ao trono D. Maria I, ocasião em que a obra de Pombal é paulatinamente desfeita (“Viradeira”).

VIII – A SOCIEDADE COLONIAL

Participaram da formação do povo brasileiro três elementos **étnicos**, o índio, o negro e o branco.

Durante a colonização, as **miscigenações** entre essas **matrizes étnicas** (índio, negro e branco) deram origem a três tipos de mestiços:

- **mulato** - mestiço do negro com o branco;
- **caboclo** – mestiço do índio com o branco;
- **cafuzo** – mestiço do índio com o negro.

O índio

Considerando o critério **língua**, os indígenas podem ser classificados em quatro grandes grupos:

- **Tupi-guarani** - ocupava o litoral brasileiro e várias regiões do sertão (interior);
- **Jê ou tapuia** – ocupava o Brasil central;
- **Nuaruaque** – ocupava certas regiões da Amazônia e do estado do Mato Grosso;
- **Caraibas** – ocupava o norte da região amazônica.

Presença cultural indígena

São muitas as contribuições culturais do indígena para o povo brasileiro:

- **Alimentos** - mandioca, milho, guaraná, palmito;
- **Objetos e utensílios** – rede de dormir, jangada, armadilhas de caça e pesca, instrumentos musicais;
- **Vocabulário** – palavras da língua tupi como Curitiba, Piauí, cajú, mandioca, jacaré, sabiá, Tietê, tatu, abacaxi, entre outras;
- **Técnicas** – trabalhos com cerâmica, preparo da farinha d mandioca e de milho;
- **Hábitos** – uso do tabaco, banho diário, diminuição das roupas.

O NEGRO

Principais grupos africanos

Os principais grupos africanos trazidos para o Brasil foram:

- **Bantos** - tribos do sul da África, geralmente de Angola e Moçambique. Os negros eram levados principalmente para o Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais;
- **Sudaneses** – tribos de Daomé, Nigéria e Guiné. Os negros eram levados principalmente para a Bahia.

Presença cultural negra

É enorme a influência negra na cultura brasileira. Vejamos alguns exemplos dessa influência:

- **Alimento** - feijoada, cocada, vatapá, acarajé, quindim, caruru, pé-de-moleque;
- **religião** – umbanda, candomblé;
- **música** – ritmos musicais como samba, maxixe, maracatu, congada. Instrumentos musicais como atabaque, berimbau, ganzá, agogô, cuíca, reco-reco;
- **vocabulário** – palavras como batuque, bengala, banana, gingar, macumba, quitanda, samba, chuchu, cachaça, moleque, fubá, caçula.

O BRANCO*Presença cultural portuguesa*

Como conquistador e colonizador, o português transportou para o Brasil os elementos básicos de sua cultura, adaptando-os à nova terra.

Assim, recebemos dos portugueses a maior parte das influências que formam a cultura brasileira. Vejamos alguns exemplos:

- o idioma português;
- o sistema político, jurídico, administrativo e econômico;
- o modo de vida dominante: roupas, habitações, comidas;
- o conhecimento científico e artístico europeu.

IX – AS REBELIÕES NATIVISTAS

As primeiras rebeliões não se manifestaram com a idéia de conseguir a independência do Brasil. Essas manifestações, chamadas **rebeliões nativistas**, a princípio apenas contestavam os aspectos específicos do pacto colonial, não a dominação integral da metrópole. Além disso, tinham um caráter regionalista, não se preocupando com a unidade nacional. Ocorreram entre 1641 e 1720 e foram na prática, esforços de defesa contra certos aspectos da exploração colonial. Daí à idéia de autonomia completa em relação a Portugal foi um longo processo.

1 – Aclamação de Amador Bueno (1641)

No início do século XVII as condições econômicas da região de São Vicente eram precárias, sustentando-se

basicamente no apresamento de índios. Os jesuítas reagiram contra a escravidão indígena efetuada pelos bandeirantes, exigindo que a Metrópole a proibisse. Autoridades da Colônia não aceitaram a interdição metropolitana e incentivaram a expulsão dos jesuítas.

Em 1641, ocorria a “botada dos padres fora”. No mesmo ano, os paulistas tentaram desligar-se de Portugal e aclamaram rei Amador Bueno. O movimento, entretanto, esfriou e a idéia foi abandonada.

2 – A revolta de Beckman (1684)

Revolta de Beckmann (Maranhão, 1684) – A economia voltada para a exportação e a conseqüente falta de alimentos tornava a vida difícil.

As dificuldades ficaram insuportáveis no Maranhão em fins do século XVII. Os colonos queriam ver pelas costas ou de preferência mortos, dois inimigos: os jesuítas, que se opunham à escravidão dos índios; e a Companhia de Comércio, que monopolizava a compra e venda de mercadorias. Como se não bastasse isso, a Companhia só comprava produtos que lhe dessem muito lucro e vendia artigos caros e ruins. Estava difícil conter a revolta.

No dia 24 de fevereiro, Sexta-feira de Passos, o povo aproveitou a festa para dar vazão ao descontentamento. Na ausência do governador, os rebeldes prenderam seu substituto e foram acertar contas com os jesuítas: derrubaram o portão de seu colégio, invadiram dormitórios, ofenderam os padres e profanaram o oratório. Faltava a Companhia Geral do Comércio do Maranhão. Os populares saquearam-lhe os armazéns e destruíram tudo o que encontraram pela frente.

Nesse levante, assumiram posição de liderança os irmãos Beckman, Manuel e Tomás, grandes proprietários rurais. Já fazia quinze anos que Manuel manifestava oposição aos jesuítas. Por isso, os rebeldes o puseram à frente da *Junta Revolucionária*.

A metrópole reagiu um ano depois, com violência. Enforcou os chefes do movimento e assumiu o controle absoluto da capitania.

3 – A Guerra dos Emboabas (1707 – 1709)

Os paulistas, descobridores do ouro na região de Minas Gerais, começaram a reclamar exclusividade no direito de exploração do metal. Consideravam estrangeiros e invasores os portugueses, mestiços, índios, brancos e negros que chegavam à região.

Como a região das minas fazia parte da capitania de São Vicente, a câmara municipal de São Paulo pediu ao rei, em abril de 1700, direitos exclusivos sobre a região de Minas Gerais. O clima começava a ficar tenso.

Os paulistas se diferenciavam muito dos outros colonos; sua língua não era o português e sim o tupi-guarani; eram mais pobres, andavam vestidos de forma bastante simples e quase sempre descalços. Por essa razão, chamavam os outros colonos de emboabas, isto é, aqueles que andavam de botas. Os paulistas concentravam-se entre o rio das Velhas e o rio das

Mortes na região de Vila Rica de Ouro Preto, liderados por Borba Gato, superintendente das Minas.

Os emboabas, liderados por Manuel Nunes Viana, manifestaram constantes atritos com os paulistas por quase um ano. O episódio mais famoso foi o do chamado Capão da Traição, onde vários paulistas foram massacrados.

A pacificação só se deu quando foi nomeado o novo governador, em janeiro de 1709, que expulsou o líder emboaba e atendeu a algumas das reivindicações dos paulistas, como a de garantir o retorno dos que haviam saído da região.

O governador, D. Antônio de Albuquerque Coelho, ainda determinou a proibição de uso de armas por negros, índios e mestiços, instituindo uma companhia de soldados para garantir a ordem.

4 – A Guerra dos Mascates (1710)

Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710) – Olinda e Recife eram famosas pela rivalidade. Na primeira, moravam ricos fazendeiros; na Segunda, os comerciantes, chamados pejorativamente de mascates pelos aristocratas. Olinda era vila, tinha Câmara Municipal e pelourinho, o poste na praça que servia para torturar escravos e criminosos. Recife tinha de pagar impostos a Olinda.

Com o crescimento do comércio, Recife desenvolveu mais que Olinda e a metrópole atendeu suas reivindicações de se tornar vila. Os fazendeiros de Olinda não gostaram. Invadiram Recife, destituíram o Governador e derrubaram o Pelourinho. A luta durou quase um ano e acabou com a intervenção da metrópole, quando os fazendeiros de Olinda começaram a falar de um governo republicano. Daí em diante, Recife consolidou posição de destaque em relação a Olinda.

5 – A Revolta de Filipe dos Santos (1720)

As casas de fundição mostraram-se o sistema mais eficiente para a fiscalização e arrecadação de impostos, e por isso passaram a funcionar com mais intensidade depois de 1719, o que gerou violentamente protestos.

Um dos protestos mais importantes dessa época foi de Filipe dos Santos, que se rebelou contra a extorsão da Coroa. Por isso foi preso, executado e esquartejado em 1720. Estabeleceu-se mais tarde uma taxa obrigatória de 100 arrobas (1.500 quilos) de ouro por ano. Caso não se atingisse essa quantia, instituía-se a odiada derrama, isto é, confiscava-se o ouro ou outras riquezas até alcançar a taxa estipulada.

No mesmo ano em que ocorreu a revolta de Filipe dos Santos, o governo português transformou Minas Gerais em capitania separada de São Paulo (eram uma só capitania desde 1710).

X – MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

1 – Inconfidência Mineira (1789)

Causas da Inconfidência Mineira (1789)

Durante os séculos XVII e XVIII, o Brasil foi palco de motins, conspirações, revoltas e rebeliões, mas a **Inconfidência Mineira** foi o primeiro movimento que manifestou claramente a intenção de promover a separação política de Portugal.

Vários fatores, em conjunto, contribuíram para desencadear a conspiração contra Portugal.

- **Arrocho das restrições metropolitanas** – A exploração econômica portuguesa sobre o Brasil chegou ao ponto máximo no final do século XVIII. As deficiências da economia lusitana e sua dependência da Inglaterra obrigaram Portugal a sugar violentamente as riquezas da Colônia. Por outro lado, o ouro das Minas gerais esgotava-se.

- **A influência do liberalismo e da independência americana** – Na Segunda metade do século XVIII, tornou-se rotineira a ida de filhos de famílias ricas da Colônia para estudar na Europa.

- Líderes da Inconfidência Mineira: elite econômica

Com exceção de Tiradentes, todos os líderes da Inconfidência Mineira eram ricos ligados à extração mineral e à produção agrícola. Esse fato é perfeitamente compreensível, pois os grandes proprietários eram os que mais interesses tinham em romper o pacto colonial. Para eles, a independência era essencial. Já os escravos e as camadas mais pobres da população viam os seus senhores como os responsáveis diretos pelas condições de trabalho e vida a que estavam submetidos. Para eles a independência pura e simples pouco ou nada mudaria. Pretendiam mais do que isso, como veremos mais adiante na Conjuração Baiana.

Os principais líderes da Inconfidência Mineira foram Cláudio Manuel da Costa, poeta e rico minerador; Luís Vieira da Silva, cônego; Alvarenga Peixoto, próspero minerador e latifundiário; Tomás Antônio Gonzaga, intelectual e ouvidor de Vila Rica; Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário e próspero minerador; José Álvares Maciel, estudante de Química; Francisco de Paula Freire de Andrade, tenente-coronel comandante do Regimento de Dragões; os irmãos Francisco Antônio e José Lopes de Oliveira, o primeiro militar e o segundo padre, ambos grandes proprietários rurais; Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, principal organizador político da rebelião e indivíduo de poucas posses; era alferes, posto militar logo acima do de sargento.

Os rebeldes defendiam o fim do pacto colonial e o desenvolvimento de manufaturas têxteis e siderúrgicas, além do estímulo à produção agrícola. No plano político, alguns pretendiam uma monarquia constitucional. Os interesses de uns e de outros ficaram claros quando surgiu a discussão sobre o problema da escravatura.

Tiradentes e poucos outros advogaram a causa dos escravos.

- A denúncia e a devassa

O movimento não chegou a Ter sucesso, uma vez que os grandes planos não iam muito além das salas de reuniões. Isolados da grande massa popular, sem pensar em armas para o levante, bastou uma denúncia para acordar os conspiradores de seu grande sonho. O traidor

foi Joaquim Silvério dos Reis, devedor de vultuosas quantias aos cofres reais, que tencionava conseguir o perdão de suas dívidas através da delação, o que realmente ocorreu. Avisado da conspiração, o visconde de Barbacena suspendeu a derrama e iniciou a captura dos implicados.

Quase três anos depois terminava a devassa. A sentença que condenava à morte 11 dos acusados foi modificada por dona Maria I. Estabeleceu-se o degredo perpétuo para 10 inconfidentes e apenas um serviria de bode expiatório: Tiradentes. Durante o processo, ao contrário de seus companheiros, Tiradentes tentou aliviar a implicação dos outros participantes, o que fica claro nos autos da devassa: “...que é verdade que se premeditou o levante, que ele, respondente, confessa Ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse nem lhe inspirasse cousa alguma”.

A 21 de abril de 1792 executou-se a sentença de Tiradentes com requintes de crueldade: “...depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde em lugar mais público seja pregada em poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postos onde o réu teve suas infames práticas, e a casa em que vivia será arrasada e salgada”.

Após a devassa e a execução das sentenças sobrava o lema da Inconfidência, continuando a inspirar novos movimentos: “Liberdade ainda que tardia”.

2 – Conjuração Baiana (1798)

Na Bahia também crescia a insatisfação com a carestia de produtos, os baixos soldos etc. E também corriam de boca em boca as idéias de liberdade, igualdade e fraternidade, que ecoavam da recente Revolução Francesa (1789). Para discutir e divulgar essas idéias, a burguesia baiana fundou a loja maçônica Cavaleiros da Luz.

Em 12 de agosto de 1798, Salvador amanheceu com papéis afixados nas casas, exortando o povo à revolução. Os panfletos falavam em República, liberdade, igualdade, melhores soldos para os soldados, promoção de oficiais, comércio com todos os povos etc. Um traidor denunciou ao governo dia, hora e local da reunião que daria início ao movimento. Alguns conspiradores conseguiram fugir, mas 49 foram presos, entre eles nove escravos e três mulheres.

Nenhum dos Cavaleiros da Luz estava entre os presos. Os advogados de defesa mostraram que a linguagem dos panfletos estava acima das possibilidades intelectuais dos acusados, homens simples. Mas quatro foram condenados à morte: Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus do

Nascimento e Manuel Faustino dos Santos. Os outros foram expulsos do Brasil.

Para o historiador Affonso Ruv, a conspiração de 1798 foi a primeira revolução social brasileira, por não se tratar de simples motim de quartel, inquietação de descontentes ou levante de escravos, mas sim de “trabalho lento, persistente, de massas doutrinadas”. Que pleiteava um governo “onde todas as classes

colaborassem”, prometendo extinguir “privilégios e restrições à propriedade dos produtos comerciáveis com escoadouro franco nos portos, abertos a todas as nações, além da independência espiritual, com a fundação da igreja brasileira Americana, desligada da Cúria romana”.

A Conjuração também ficou conhecida como Revolta dos Alfaiates, pelo grande número desses profissionais envolvidos. Ao lado de homens letrados e padres, também participaram homens simples, como mulatos, negros libertos e mesmo escravos.

3 – Revolução Pernambucana (1817)**Vários fatores levaram à Revolução Pernambucana de 1817:**

- *Econômicos* - crise na produção de açúcar e algodão, luta dos senhores rurais e homens livres contra o domínio comercial dos portugueses e os altos preços pelos quais estes vendiam gêneros de primeira necessidade;
- *políticos* - desejo de substituir a monarquia absoluta de direito divino por uma forma mais liberal de governo, como a República, já adotada nos Estados Unidos;
- *sociais* - as grandes desigualdades sociais e raciais.

Idéias de liberdade espalhavam-se por sociedades secretas, quartéis, clero e população. O próprio governador ateou fogo ao estopim da revolta ao mandar prender os líderes do movimento: os comerciantes: Domingos José Martins e Antônio Gonçalves da Cruz; o padre João Ribeiro; o cirurgião Vicente Guimarães Peixoto; os tenentes Manuel de Souza Teixeira e José Mariano Cavalcanti; e os capitães Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima. O capitão Lima matou o oficial que lhe deu voz de prisão. E a revolução começou.

Os revolucionários bateram as forças do governador e organizaram um governo provisório com cinco membros, representando comércio, exército, clero, agricultura e justiça. Enviaram emissários para capitânias do Nordeste e exterior (Estados Unidos, Argentina e Inglaterra). Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas aderiram. Os emissários enviados ao Ceará foram presos; o que foi à Bahia, fuzilado.

Forças militares enviadas da Bahia e do Rio venceram os revolucionários e tropas leais aos portugueses ocuparam Recife, praticando desordens e assassinatos. Os líderes principais, uma dúzia deles, foram

executados. No início de 1818, o príncipe regente anistiou outros 72 condenados à morte.

A Revolução Pernambucana de 1817 conseguiu congregiar, em torno do ideal de emancipação política e republicanismo, populares, intelectuais, militares e religiosos (havia mais de 60 padres envolvidos).

RESUMO

Movimentos brasileiros de rebelião contra o sistema colonial

Portugal mantinha o Brasil sob o regime colonialista típico da época: mercantilismo monopolista, fiscalização rígida, absolutismo político. Nos fins do século XVIII, sob inspiração das idéias liberais européias e do exemplo da Independência dos EUA, ocorreram as primeiras rebeliões pela liberdade.

A Conjuração Mineira (ou Inconfidência) foi planejada em Vila Rica (hoje Ouro Preto), em 1789. Reunia membros das altas camadas da sociedade local, intelectuais, militares e padres, além do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Denunciados, os conjurados foram presos antes que a rebelião eclodisse. Tiradentes foi enforcado a 21 de abril de 1792; os demais acusados foram exilados.

A Conjuração Baiana (ou dos Alfaiates) ocorreu em Salvador, em 1798. Reunia pequenos comerciantes soldados artesãos, o que lhe deu um caráter mais popular que o da Inconfidência, bem como um conteúdo social mais avançado. Dentre os líderes, destacou-se o médico Cipriano Barata. A repressão foi rápida com seis condenados à morte.

A Revolução Pernambucana de 1817 foi a única que chegou a tomar o poder: ocorreu, em Recife, reunindo brasileiros de várias classes, revoltados contra os privilégios assegurados aos portugueses, a falta de trabalho para os mais humildes e a opressão do governador Montenegro. Muitos sacerdotes participaram, destacando-se o Padre Roma. Os rebeldes tomaram o poder e proclamaram a República, em março de 1817. Em maio, porém a repressão os venceu. Mas as idéias liberais permaneceram.

XI – O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA (1808 – 1822)

A independência do Brasil não foi um fato isolado, restrito ao dia 7 de setembro de 1822, mas um processo histórico cujas origens remontam as tentativas de emancipação política do final do século XVIII, tendo relação com a abertura dos portos e com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal, mas a consolidação da independência só viria a ocorrer com a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

1 – A vinda da família real (1808)

Em outubro de 1807, aproveitando-se da difícil situação em que Portugal se encontrava, o representante inglês em Lisboa, lorde Strangford, impôs a D. João de Bragança, o príncipe regente, um acordo secreto, segundo o qual a família real e a sede do governo seriam transferidas para o Brasil sob a proteção da poderosa esquadra inglesa. Em troca, a Inglaterra teria algumas vantagens:

- estabelecer bases militares na ilha da Madeira;
- utilizar os portos brasileiros
- tarifas alfandegárias preferenciais para seus produtos.

A corte embarcou em 29 de novembro, quando já chegavam as notícias do avanço das tropas napoleônicas comandadas por Junot. A corte era composta pela família real e mais 15.000 pessoas, entre nobres e altos funcionários do Estado, que levaram consigo metade do dinheiro circulante no reino.

A retirada da família real, mantida em segredo até o último momento, pegou a população de surpresa. Vários historiadores descrevem as cenas do dia da partida, em que populares, revoltados com seus governantes e assustados com a perspectiva da invasão francesa, saíam às ruas de Lisboa sem nada poder fazer.

Em meio à confusão geral, a rainha D. Maria I, a Louca, afastada do trono em 1792 por problemas de saúde, dizia: “Não corram tanto! Pensarão que estamos fugindo”.

No dia seguinte, as tropas de Junot chegavam a Lisboa.

2 – O governo de D. João VI

- Abertura das portas - 1808

Diante dessas circunstâncias, ainda em Salvador, D. João assinou a carta régia de 28 de janeiro de 1808, decretando a abertura dos portos brasileiros. Ficava liberada a importação de quaisquer mercadorias transportadas em navios portugueses, ou estrangeiros em paz com a Coroa. Portugal pagaria 16% de taxas alfandegárias e os outros países, 24%. A Inglaterra obteve maior vantagem, 15% de impostos alfandegários.

- Revogação do alvará de 1785

A ofensiva contra os estatutos coloniais prosseguiu. Em 1º de abril de 1808, dona Maria I revoga o alvará de 1785, liberando o estabelecimento de indústrias e manufaturas no Brasil. Na prática essa providência não atingiu seus objetivos: dava-se liberdade industrial, mas não condições para o desenvolvimento de indústrias, pois faltava o capital e um mercado consumidor interno. Além disso, sem proteção alfandegária, tornava-se impossível competir com os produtos britânicos.

Apesar dos incentivos de D. João e do visconde de Cairu às indústrias têxtil e metalúrgica, a nossa industrialização ficou apenas na possibilidade legal,

porque novos tratados foram assinados com a Inglaterra, ampliando os privilégios da burguesia inglesa.

- Dois tratados e o domínio inglês

Em 1810, lorde Strangford, representante inglês, e Souza Coutinho, ministro de D. João, realizavam acordos através do **Tratado de Aliança e Amizade** e do

Tratado de Comércio e Navegações. O tratado de Comércio e Navegação estabelecia:

- nomeação de juizes ingleses para julgar os súditos britânicos que viviam no Brasil;
- liberdade religiosa dos ingleses;
- cobrança de taxa de 15% na importação de mercadorias inglesas, taxa mais baixa que os 16% cobrados pelas portuguesas;
- um porto livre – o de Santa Catarina.

O tratado de Aliança e Amizade determinava a proibição da Santa Inquisição no Brasil e a gradual extinção do tráfico negreiro para o Brasil.

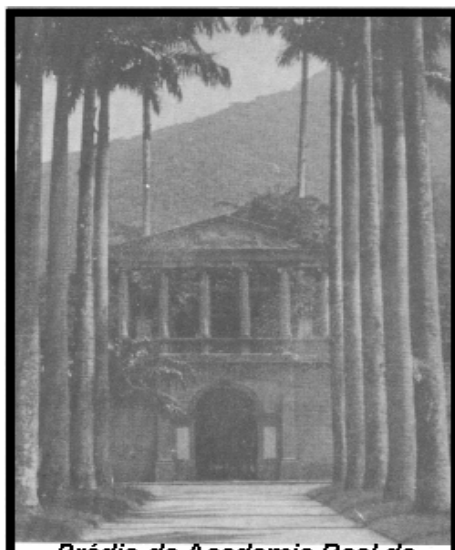
Consolidava-se a preponderância inglesa. Importantes setores da elite luso-brasileira manifestaram seu descontentamento com relação aos tratados de 1810. A Igreja católica, os comerciantes reinóis e os proprietários escravocratas sentiam-se prejudicados.

- Elevação à Reino Unido

Em fevereiro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de **Reino Unido a Portugal e Algarves**. A medida legitimava a permanência de D. João, agora D. João VI, no Brasil e era apoiada pelos participantes do Congresso de Viena, reunião de países que derrotaram Napoleão. Os interesses ingleses eram contrariados, mas dava-se mais um passo rumo à independência.

- Medidas de incentivos à cultura

Além de órgãos administrativos, D. João VI criou no Brasil a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, a Escola Cirúrgica, Anatômica e Médica do Rio de Janeiro, a Academia Real de Belas Artes, a Academia Real Militar, o Arquivo Militar, a Biblioteca Real, um curso de Ciências Econômicas, a Imprensa Régia, o Teatro Real de São João, o Horto real e o Banco do Brasil.



Prédio da Academia Real de Belas Artes, no Rio de Janeiro

Em 1816 desembarcava no Brasil a Missão Artística Francesa, trazendo, entre outros, o grande pintor **Jean Baptiste Debret**, retratista de costumes brasileiros.

- Política externa

Quanto à política externa, já em 1809, com apoio militar britânico, D. João VI ordenou a invasão da **Guiana Francesa**. Esse território seria determinação do Congresso de Viena.

O velho sonho português de estender as fronteiras brasileiras até o rio da Prata tornou-se realidade em 1816. Liderados pelo general Lecor, as tropas luso-brasileiras dominaram Montevidéu. A região anexada ao Brasil passou a chamar-se **Província Cisplatina**. Em 1825, ao conquistar sua independência, ganhou seu nome atual, Uruguai.

A província Cisplatina

- A Revolução do Porto de 1820

Em outubro de 1820, Lisboa foi tomada pelos



rebeldes. O movimento denominado Revolução do Porto dava início a um novo período da história portuguesa.

Os principais objetivos desse movimento eram:

- a saída de Beresford e demais militares ingleses de Portugal;
- a elaboração de uma constituição;

- a volta de D. João para Portugal;
- a recolonização do Brasil.

Formou-se um governo provisório: a Junta Provisional do Governo Supremo do reino. Em novembro, foram convocadas eleições para compor a

Assembléia Constituinte, reunida em janeiro de 1821. Era o fim do absolutismo em Portugal. Era também o início de um liberalismo ambíguo.

Na verdade, os portugueses procuraram conciliar o velho e o novo. Lutavam pela constituição, mas não questionavam a monarquia, as eleições para as Cortes de Lisboa (nome pelo qual ficou conhecida a Assembléia Constituinte) obedeceram ao critério censitário (só votaram os ricos) e, finalmente, estavam reivindicando a restauração de seus privilégios monopolistas no comércio colonial.

3 – Os passos para a independência

Influenciado pelos líderes do Partido Brasileiro, D. Pedro desobedeceu várias vezes às ordens das Cortes portuguesas.

A primeira desobediência ficou conhecida como **Dia do Fico** e ocorreu no dia 9 de janeiro de 1822. Nesta data, D. Pedro recebeu das mãos de José Clemente Pereira um manifesto assinado por 8 mil pessoas, pedindo para que ele ficasse no Brasil.

Contam que ao receber as listas, D. Pedro disse:

“Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”. Apesar disso, as Cortes continuavam enviando cartas ao Brasil e exigindo o seu retorno.

A Segunda desobediência ficou conhecida como o **cumpra-se** e ocorreu no dia 4 de maio de 1822. Nessa data, D. Pedro assinou um decreto determinando que qualquer ordem vinda de Portugal só deveria ser obedecida no Brasil mediante a chancela do Príncipe Regente: **cumpra-se**.

Meses depois, às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo, D. Pedro recebeu duas importantes cartas: uma das Cortes portuguesas e outra de José Bonifácio.

A carta das Cortes anulava os atos de D. Pedro no Brasil e exigia seu regresso imediato. E ameaçava mandar tropas caso o Regente não obedecesse a essas determinações.

A carta de José Bonifácio continha um aviso: “Só existem dois caminhos: ou voltar para Portugal como prisioneiro das Cortes portuguesas ou proclamar a independência, tornando-se imperador do Brasil”.

D. Pedro preferiu o último.

A terceira desobediência ficou conhecida como **Grito do Ipiranga** e ocorreu no dia 7 de setembro de 1822. Contam que, nessa data, depois de ler com atenção as duas cartas, D. Pedro disse: “De agora em diante nossa divisa será Independência ou Morte!”.

Eram 4 horas e 30 minutos da tarde do dia 7 de setembro de 1822: oficialmente, o Brasil conseguiu a sua independência política.

“7 de setembro”: o que mudou ?

Em 7 de setembro de 1822 politicamente o Brasil mudou: libertou-se de Portugal, passando a Ter seu próprio governo e podendo fazer suas próprias leis.

Na economia e na sociedade brasileira, porém quase nada mudou:

O Brasil se livrou do Pacto Colonial que o prendia a Portugal, mas, **no plano econômico, tornou-se ainda mais dependente da Inglaterra**; o valor de nossas principais **exportações** (açúcar, algodão, couro e fumo) continuou sendo menor do que o valor das nossas **importações** (produtos industrializados que vinham, em sua maior parte, da Inglaterra); as terras brasileiras continuaram nas mãos de grandes proprietários rurais, os maiores beneficiados com o “7 de setembro”; a escravidão foi mantida. Os escravos, cerca de metade da população brasileira na época, continuaram a produzir a maior parte de nossas riquezas; a imensa maioria dos brasileiros continuou afastada da vida política, pois apenas os mais ricos tinham o direito de votar.

XII – O PRIMEIRO REINADO (1822 – 1831)

1 – Considerações sobre a independência

Os maiores beneficiados pela independência foram os grandes proprietários rurais brasileiros e a Inglaterra. A elite brasileira que participou do processo da independência desejava um sistema de governo independente, com alguns traços liberais, mas sem alterar a estrutura sócio-econômica interna que mantivera o colonialismo, ou seja, a escravidão, o latifúndio, a monocultura e a produção para exportação.

2 – Guerra de Independência

A independência não foi aceita imediatamente por todos. Governadores de algumas províncias reagiram negativamente à decisão de D. Pedro. Apoiadas pelas forças militares lusitanas, desencadearam-se lutas em alguns pontos do território nacional, principalmente na Bahia e Grão-Pará, onde o número de comerciantes com interesses vinculados a Portugal era maior.



D. Pedro I

O período que antecedeu à coroação de D. Pedro transcorreu em meio a grande agitação, com prejuízo para os liberais.

A Maçonaria foi fechada e a imprensa liberal mais atuante foi reprimida. Em dezembro de 1822, D. Pedro foi coroado imperador do Brasil.

LUTA PELA INDEPENDÊNCIA



3 – Reconhecimento da Independência

O primeiro país a reconhecer a nossa independência foram os Estados-Unidos (26 de maio de 1824), por força da **Doutrina Monroe**.

O reconhecimento da Europa foi difícil, devido à política da **Santa Aliança**, que no **Congresso de Viena** recomendava a recolonização das colônias americanas.

Em 1825, assinávamos o Tratado de Lisboa, ou de Paz e Amizade, através do qual Portugal reconhecia a nossa independência à custa de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas.

Em 1826, os ingleses reconheceram a independência do Brasil; em troca os Tratados de 1810 foram ratificados.

4 – Crise Política

Conservadores e Liberais

O Partido Brasileiro estava dividido em duas facções: a conservadora e a liberal. A primeira, liderada pelos irmãos Andrada, pretendia o governo forte e centralizado, com uma monarquia de amplos poderes e assessorada por um ministério.

Os liberais defendiam uma monarquia constitucional, que restringisse o poder do monarca.

5– A Constituição de 1824

A Assembléia encarregada de elaborar a Constituição do Império, a primeira do Brasil, Inaugurada sessões em 3 de maio de 1823.

Seus propósitos liberais (Constituição da Mandioca) inquietavam o imperador, que esperava o momento adequado para dissolvê-la.

Os jornais O Tamoio e Sentinela, publicaram artigo contra oficiais portugueses, o que foi reprimido pelo imperador.

Na Assembléia, esse episódio agrava as divergências.

Em 11 de novembro, as constituintes se declararam em sessão permanente, denominada **Noite da Agonia**.

No dia seguinte, por ordem de D. Pedro, a Constituinte foi dissolvida.

Dissolvida a constituinte, D. Pedro I terminou a elaboração de uma Constituição, que ele **outorgou** ao país no dia 25 de março de 1824.

Dentre suas principais características, podemos destacar:

- O Brasil foi dividido em províncias;
- A forma de governo era monarquia hereditária;
- Religião oficial do estado: católica;
- Os quatro poderes do estado: executivo, legislativo, judiciário e **moderador**;
- O poder legislativo era composto por duas câmaras (deputados e senadores) ;
- O senado era vitalício;
- Voto censitário (por renda).

6 – A Confederação do Equador

Os descontentamentos resultantes da Carta outorgada em 1824 foram claramente manifestados em Pernambuco, onde reinava um clima revolucionário, que lembrava o do ano de 1817, quando explodiu a Insurreição Pernambucana.

A nomeação da nova junta não foi aceita pela população. O antigo governador, Pais de Andrade, eleito pelo povo, foi mantido no cargo com o apoio popular. Isso significava rompimento com o poder central. A partir de então, os liberais liderados por **Cipriano**

Barata e Frei Caneca, veteranos de 1817, exigiam o federalismo e a república.

A 2 de julho de 1824, Pais de Andrade proclamava a **Confederação do Equador**. Publicou-se um manifesto convidando outras províncias do Norte e Nordeste a aderirem ao movimento. Ceará, Rio Grande do Norte e

Paraíba juntaram-se à causa. A Confederação do Equador adotou o regime republicano e provisoriamente utilizou a Constituição da Colômbia. O nome dado ao movimento veio do fato de a região rebelde estar próxima à linha do Equador.



7 – A Guerra da Cisplatina

O território que hoje corresponde ao Uruguai era a antiga **Colônia do Sacramento**, fundada pelos portugueses, mas colonizada por espanhóis.

Os acordos internacionais estabelecidos entre Espanha e Portugal diziam que a Colônia do Sacramento pertencia à Espanha. Mas, em 1816, D. João VI, que se encontrava no Brasil, enviou tropas a Montevideu e invadiu a região. O território foi incorporado ao Brasil, com o nome de **Província Cisplatina**.

Os habitantes da Cisplatina, porém não aceitavam pertencer ao Brasil, pois tinham idioma e costumes diferentes. Em 1825, sob a liderança de João Antônio Lavalleja, explodiu um movimento de libertação da Cisplatina. Apoiado pela Argentina.

Reagindo à revolta D. Pedro I declarou guerra à Argentina. Sucederam-se vários combates que obrigaram o imperador a gastar grande parcela do dinheiro público, agravando os problemas econômicos do país.

Resultado do conflito

A Guerra da Cisplatina terminou em 1828, quando foi assinado um acordo entre as partes em conflito. Mais uma vez, a Inglaterra, que tinha interesses econômicos na região, agiu como mediadora. O acordo estabeleceu que a Província Cisplatina não pertenceria nem ao Brasil nem à Argentina. Em seu lugar, seria criado um novo país independente, a República Oriental do Uruguai.

A Guerra da Cisplatina e seu desfecho desfavorável ao Brasil contribuíram para desgastar a imagem política de D. Pedro I. O dinheiro gasto para sustentar a guerra desequilibrou de vez a economia do Brasil

8 – O fim do Primeiro Reinado

Um fato contribuiu para agravar a impopularidade de D. Pedro I. Com a morte do rei português D. João VI. D. Pedro foi proclamado sucessor, mas renunciou em favor da filha menor de idade; esta devia casar com um tio.

D. Miguel, irmão de D. Pedro, que exerceria o poder como regente até a maioridade da princesa.

A forma que D. Pedro encontrou para manter o poder fracassou, lá como aqui. D. Miguel fez-se proclamar rei de Portugal em 1828, mandou a sobrinha de volta ao Brasil e implantou um governo despótico. O imperador brasileiro rumava a destino inglório. Para obter apoio popular, viajou a Minas em fins de 1830; foi recebido sem entusiasmo. A insatisfação provocou em março de 1831 as *Noites das Garrafadas*, conflitos de rua que sacudiram o Rio de Janeiro, entre partidários e opositores do imperador.

Em 20 de março, D. Pedro fez a última tentativa de reconciliação. Nomeou um Ministério só de brasileiros natos. Quinze dias depois, inesperadamente, substituiu-o por outro, composto de nobres estreitamente ligados a ele: o Ministério dos marqueses. Mais de 2.000 manifestantes fizeram passeata, exigindo a volta do Ministério de 20 de março. O monarca preferiu renunciar em favor do filho Pedro de Alcântara, com 5 anos de idade e viajou para a Europa, na madrugada de 7 de abril de 1831.

Estava encerrada a primeira e tumultuada etapa da monarquia brasileira.

XIII – PERÍODO REGENCIAL (1831 – 1840)

1 – O povo e a aristocracia rural

A aristocracia rural, ao assumir o poder passou a organizar a sociedade brasileira conforme seus interesses. Isto significava frear o ímpeto revolucionário popular que ela mesma havia instigado. A reação começou logo após a abdicação.

No entanto, o afloramento das aspirações populares não poderia ser sufocado com facilidade. Assim, durante todo o período regencial, a agitação foi intensa e os grupos que detinham o poder mostraram-se incapazes de pôr fim à onda revolucionária que se desencadeara.

2 – Grupos Políticos – Experiência Republicana

Durante o período das regências, o Brasil teve uma forma de governo que apresentava semelhanças com o regime republicano, por exemplo, a eleição e a troca de governantes depois do cumprimento do mandato.

Grupos políticos

Após a abdicação de D. Pedro I até 1834, a vida política do país foi dominada por três grupos políticos que disputavam o poder: **restauradores, liberais moderados e liberais exaltados**.

Vejamos, resumidamente, as tendências e os líderes de cada grupo.

GRUPO POLÍTICO	OBJETIVOS	CLASSE SOCIAL QUE REPRESENTAVAM	FIGURAS DE DESTAQUE	JORNAIS E ASSOCIAÇÕES
Restauradores: Caramurus	Lutavam pela volta de D. Pedro I ao poder. Defendiam um regime absolutista e centralizador. (Depois da morte de D. Pedro I, em 1834, esse grupo se desfez).	Comerciantes portugueses ligados ao antigo comércio colonial; militares conservadores de alta patente; altos funcionários públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • José Bonifácio de Andrada e Silva 	<ul style="list-style-type: none"> • Jornal: O Caramuru • Associações: Sociedade Conservadora e, depois Sociedade Militar.
Liberais exaltados: Farroupilhas	Lutavam pela descentralização do poder, pela autonomia administrativa das províncias, pelo sistema federalista. Muitas defendiam o fim da monarquia e a implantação da república.	Classes médias urbanas: profissionais liberais; pequenas comerciantes; funcionários públicos modestos; militares de baixa patente; padres.	<ul style="list-style-type: none"> • Cipriano barata • Borges da Fonseca • Miguel Frias • Rangel de Vasconcelos • Augusto May 	<ul style="list-style-type: none"> • Jornais: A República, A Malagueta, da liberdade • Associação: Sociedade federalista.
Liberais moderados: Chimangos	Lutavam pela preservação da unidade territorial do país. Defendiam a monarquia, mas sem absolutismo. Queriam manter a escravidão e a ordem social. Muitos desejavam ampliar o poder das províncias.	Grandes proprietários rurais (oligarquia agrária) de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Nordeste.	<ul style="list-style-type: none"> • Padre Diogo • Antônio Feijó • Evaristo da Veiga • Bernardo Pereira de Vasconcelos 	<ul style="list-style-type: none"> • Jornal: A Aurora Fluminense • Associação: Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional

3 – As Regências Trinas (1831 – 1835)

no dia da abdicação, os parlamentares que se encontravam na capital do país reuniram-se às pressas e designaram uma **Regência Trina Provisória**, integrada pelos senadores Nicolau de Campos Vergueiro, José Joaquim de Campos Vergueiro, José Joaquim de Campos e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Essa regência durou de abril a julho de 1831.

A lei regencial de 14-06-1831 tornou permanente a Regência trina, tendo sido mantida sua nomeação pelo parlamento. Surgiu assim a **Regência Trina Permanente**, que atuou de 1831 a 1835 e era composta

por José da Costa Carvalho, Bráulio Muniz e pelo brigadeiro Lima e Silva.

A lei regencial suprimiu o poder de dissolver a Câmara e de suspender as liberdades constitucionais, defendendo assim o Parlamento de qualquer investida do Executivo. Ainda em 1831, criou-se a **Guarda Nacional**, cujos membros eram recrutados entre os eleitores. Formada por pessoas de posses, transformou-se na principal força repressiva da aristocracia rural. O objetivo desse organismo paramilitar era reprimir as constantes manifestações promovidas por exaltados ou por restauradores.

Em 1832 era promulgado o **Código de Processo Penal**, o qual atribuía aos municípios ampla autonomia

judiciária, sendo os juizes de paz eleitos pela população local. Por outro lado, a autonomia municipal foi utilizada para garantir a impunidade.

4 – A Regência Una de Feijó (1835 – 1837)

Em 12 de agosto de 1834 promulgou-se um **Ato Adicional**, que tentava conciliar os interesses das três facções políticas, através das seguintes medidas:

- Criação das Assembléias Legislativas Provinciais, substituindo os Conselhos provinciais;
- Extinção do Conselho de Estado, que assessorava o imperador no exercício do Poder Moderador;
- Concessão de autonomia às províncias;
- Substituição da regência trina pela Regência Una e eletiva.

Nas eleições para regente único - 1835, Feijó, candidato dos moderados; saiu vencedor. Essas eleições tiveram um caráter de experiência republicana para o país.

Feijó, enquanto regente, procurou cercear o conflito surgido na Câmara devido à ambiguidade do Ato Adicional, que por um lado, centralizava o poder na figura do regente e, por outro, concedia às províncias relativa autonomia político-administrativa.

O parlamento eleito em 1836 apresentava maioria contrária a Feijó. Responsabilizado pelo grande número de rebeliões que eclodiu pelo Brasil, o regente renunciou em 1837.

5 – A Regência Una de Araújo Lima (1837 – 1840)

Feijó renunciou em favor de Araújo Lima, político ultraconservador, que organizou um movimento pela anulação das medidas descentralizadoras. O lema do movimento era “Retorno à ordem” e pregava o pleno restabelecimento da Constituição de 1824.

Ao assumir o poder, Araújo Lima organizou um ministério composto só de políticos regressistas, conhecido como **Ministério das Capacidades**.

Originaram-se nessa época os dois partidos que marcariam o Segundo reinado: o **Partido Liberal** e o **Partido Conservador**.

A regência de Araújo Lima caracterizou-se pela violenta repressão às revoltas políticas nas províncias, que, segundo o governo, ameaçavam quebrar a unidade territorial do Brasil. As classes dominantes queriam a todo custo “parar o carro da revolução”, como dizia o Ministro da Justiça Bernardo Pereira de Vasconcelos.



Durante essa regência, a autonomia administrativa das províncias foi reformulada pela **Lei Interpretativa do Ato Adicional**, de 12 de maio de 1840. Essa lei tinha como objetivo limitar a autonomia das províncias e promover uma nova centralização do poder político. A polícia e a justiça ficariam sob o controle central.

Antecipação da maioria: D. Pedro assume o poder

Os políticos progressistas, opondo-se à regência de Araújo Lima, passaram a defender a idéia de que o meio mais eficiente para preservar a unidade territorial do Império e acabar com a falta de autoridade do governo central seria transferir o poder para as mãos de Pedro de Alcântara. O príncipe, porém, ainda era menor de idade.

A Assembléia Nacional, entretanto, tinha poderes para antecipar a maioria de D. Pedro. Foi, então, fundado o **Clube da Maioridade**, organização política que tinha como objetivo lutar pela antecipação da maioria do príncipe junto à Assembléia Nacional.

A tese do Clube da Maioridade teve o apoio das classes dominantes e uniu políticos progressistas e parte dos regressistas. A elite política acreditava que a figura de um imperador com forte poderes seria essencial para liquidar as revoltas provinciais e desse modo, restabelecer a ordem social que interessava aos grandes proprietários de terra, e senhores de escravos.

Em 1840, a Assembléia Nacional aprovou a tese da maioria. O episódio ficou conhecido como “Golpe da maioria”. Pedro de Alcântara, com 15 anos incompletos, foi aclamado imperador, recebendo o título

de **D. Pedro II**, em 23 de julho de 1840. Iniciava-se o **Segundo Reinado**, um período que durou quase meio século (1840 – 1889).

Rebeliões regenciais

As rebeliões regenciais começaram numa época em que a crise econômica, agravada pela dívida externa, marginalizava e empobrecia a maior parte da produção brasileira.

Durante essas rebeliões, pobres e ricos, peões e fazendeiros, escravos e senhores uniram-se, muitas vezes, para combater o governo.

Porém, enquanto as elites lutavam pela autonomia das províncias, os grupos de negros, índios destrabalizados e brancos pobres lutavam contra a escravidão, a pobreza e o abandono.

As principais rebeliões desse período foram: a **Rebelião dos Malês**, a **Cabanagem**, a **Sabinada**, a **Balaia** e a **Farroupilha**.

A Rebelião dos Malês (Bahia, 1835)

Loruba é a língua africana falada atualmente na Nigéria por milhões de pessoas. “Malês”, nesse idioma, quer dizer indivíduo de religião muçulmana.

Os líderes da rebelião negra ocorrida em Salvador no ano de 1835 eram malês. Ou seja seguia as palavras do profeta maomé. Liam o Alcorão, rezavam várias vezes por dia e faziam uma dieta especial durante o ramadã, mês de jejum muçulmano.

Os trabalhadores paraenses – em sua maioria, negros (livres ou escravos), índios e mestiços, eram explorados e mal alimentados, moravam em carbanas erguidas sobre estacas na beira dos rios. Por isso eram chamados **cabanos**.

Embora tivessem poder econômico, os fazendeiros e comerciantes do Grão-Pará não conseguiam participar da política local, pois as autoridades de cada província eram nomeadas pelo governo central.

Aproveitando-se da enorme insatisfação popular, alguns fazendeiros paraenses juntaram-se aos cabanos, invadiram o palácio, mataram o governador e colocaram no poder os cabanos e por isso foi morto por eles.

O próximo presidente dos cabanos foi Francisco Pedro Vinagre, que na luta contra as forças governistas também acabou traindo seus companheiros.

A falta de um governo cabano capaz de conciliar os rebeldes entre si, a escassez de recursos materiais e a traição dos presidentes cabana contribuíram para o fim da Cabanagem

Os soldados governistas foram violentíssimo: invadiram casas, incendiaram e saquearam vilas inteiras. Quando se iniciou a rebelião, a província do Grão-Pará possuía cerca de 100 mil habitantes. Mais de 40 mil foram mortos durante a Cabanagem

- A Sabinada (Bahia, 1837 – 1839)

A Bahia foi palco de importantes movimentos populares, como por exemplo, a Conjuração dos Alfaiates, as lutas pela independência e a Rebelião dos Malês.

Em 1837, explodiu em Salvador uma rebelião liderada pelo médico e jornalista baiano, Francisco Sabino. Daí o nome Sabinada.

A Sabinada foi um movimento liderado e organizado por profissionais liberais e militares da capital baiana. Por isso se diz que essa revolta foi feita pelas camadas médias urbanas.

O que levou os militares baianos a participarem dessa rebelião, foi o fato de que o governo central Ter ordenado que eles fossem combater os rebeldes farroupilhas no Rio Grande do Sul.

Os sabinos chegaram a conquistar a capital baiana, proclamando a República e declarando a Bahia , separada do Brasil. Porém, eles queriam manter a República Baiense só até a maioria de D. Pedro I.

A reação do governo regencial foi, mais uma vez muito violenta. As forças governantes, ajudadas por fazendeiros baianos, massacraram os rebeldes, incendiando bairros inteiros de Salvador.

A luta de gente humilde do Maranhão, ficou conhecida como **Balaiada** porque um dos seus líderes era o artesão Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, que fazia balaios.

Comandados pelo vaqueiro Raimundo Gomes, os balaios chegaram a conquistar a cidade de Caxias, na época a Segunda mais importante do Maranhão.

Em seguida, eles avançaram em direção ao Piauí, onde chegaram a vencer as forças enviadas pelo governo.

A Balaiada ficou mais forte com a adesão de 3 mil quilombolas, chefiados pelo líder negro Cosme Bento das Chagas.

Contudo, a desunião existente entre os balaios, que geralmente agiam em bandos isolados, enfraqueceu a

revolta e facilitou a ação das tropas imperiais chefiadas por Luís Alves de Lima e Silva, O Barão de Caxias.

Calcula-se que cerca de 11 mil balaios morreram resistindo às forças governistas.

Quanto aos líderes, Raimundo Gomes foi preso,, Francisco dos Anjos morreu lutando e o negro Cosme foi enforcado.

Sufocada a revolta, a maioria dos maranhenses continuou marginalizada: andando pelo sertão em busca de sobrevivência ou trocando trabalho por comida.

- A Revolução farroupilha (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, (1835 – 1845)

A Revolução Farroupilha foi principalmente a luta dos fazendeiros gaúchos apoiados pelo grupo populares, “os farrapos”, contra política imposta pelo governo central.

Desde o século XVIII o Rio Grande do Sul vendia charque (carne conservada com bastante), couro, sebo e mulas para outras províncias brasileiras. Na década de 1830, porém, estava saindo mais produtos da Argentina e do Uruguai.

Isso acontecia por dois motivos:

As mercadorias estrangeiras pagavam baixas taxas de importação, enquanto os produtos gaúchos pagavam altos impostos para entrar em outras partes do Brasil;

As estâncias gaúchas (fazendas de criação de gado) utilizavam o trabalho escravo enquanto as uruguaias e argentinas empregavam assalariados, conseguindo por isso produzir mais e com melhor qualidade.

Insatisfeitos, os estancieiros dirigiam várias reclamações ao governo central. Mas não tiveram nenhuma resposta do Rio de Janeiro. Além disso, os gaúchos ainda eram obrigados a aceitar no governo de sua província homens nomeados pelo poder central. Excluídos da política e sobrecarregados de impostos, os gaúchos revoltaram-se.

Em 20 de setembro de 1835, centenas de peões e escravos armados, sob o comando do coronel Bento Gonçalves, conquistaram Porto Alegre, obrigando o presidente da província a fugir. Um ano depois, proclamaram a República Rio-Grandense, com sede na vila de Piratini.

Depois de controlar o Rio Grande do Sul, os rebeldes farroupilhas, chefiados pelos revolucionários Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro, conquistaram Laguna, em Santa Catarina, proclamando então a República Juliana, aliada à Rio-Grandense,. Formavam-se e então dois

novos países na Região Sul, independente do Império brasileiro.

É importante considerar que, enquanto estiveram no governo, os farroupilhas conservaram o voto censitário e a escravidão. Isso mostra o caráter conservador desse movimento.

Em 1842, o governo central mandou para o Sul 12 mil soldados comandados pelo Barão de Caxias. Este fez

seus soldados ocuparem os principais pontos onde os farroupilhas se abasteciam de cavalos, armas e munições.



Ao mesmo tempo, Caxias ofereceu aos gaúchos um acordo de paz que atendia às principais exigências dos rebeldes. Entretanto, somente em 1845 os farroupilhas assinaram a chamada “paz honrosa”.

Por esse acordo, os gaúchos podiam escolher seu presidente de província; os comandantes farroupilhas passariam para o exército brasileiro com os mesmos postos que ocupavam nas tropas rebeldes; o governo libertava os escravos que lutaram nas

tropas farroupilhas; o charque estrangeiro passava a pagar 25% a mais de imposto.

SINOPSE HISTÓRICA

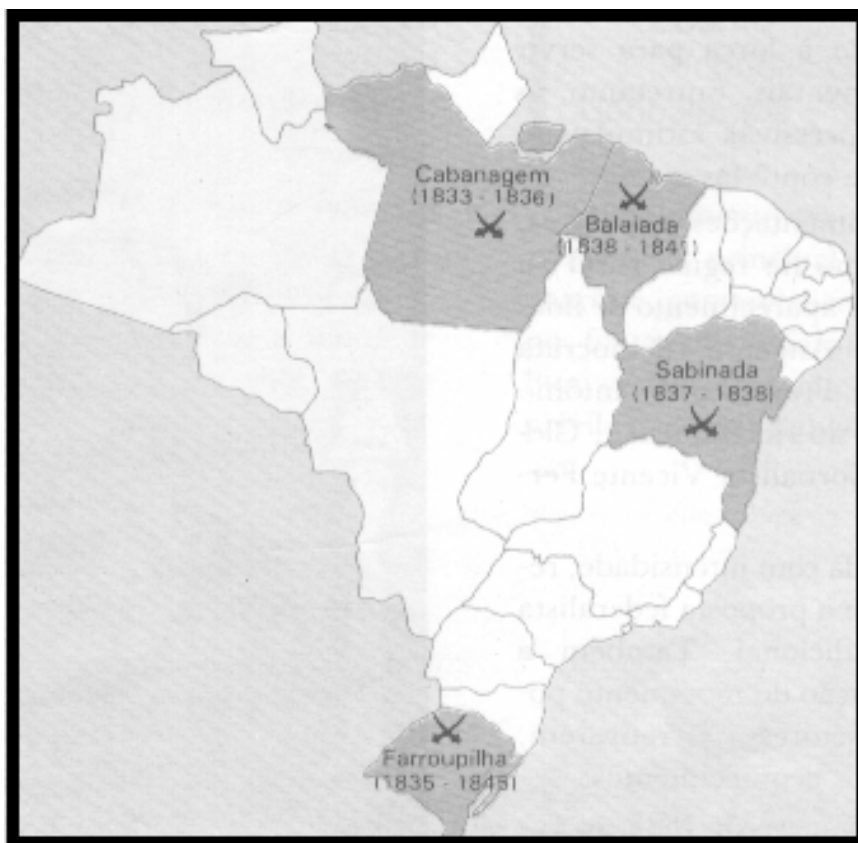
As revoltas provinciais – principais revoltas no período das Regências: Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada, Balaiada.

A seguir, você tem um resumo das mais importantes revoltas ocorridas no período das regências.

Nome da revolta	Local e data	Causas	Objetivos	Líderes
Cabanagem	Pará, 1835-1840	Miséria do povo e desejo de vingança social Isolamento da província. Oposição às ordens do governo imperial.	Formação de uma república popular.	Batista Campos João do Mato Domingos Onça Mãe da Chuva
Farroupilha	Rio Grande do Sul, 1835-1845	Problemas econômicos na produção do charque gaúcho. Oposição ao centralismo do governo.	Autonomia da província. Fundação de uma república controlada pelos grandes estancieiros.	Bento Gonçalves Davi Canabarro José Garibaldi
Sabinada	Bahia, 1837-1838	Insatisfação das classes médias urbanas. Oposição à política da Regência	Formação provisória de uma república liberal.	Francisco Sabina Álvares da Rocha Vieira
Balaiada	Maranhão, 1838-1841	Crise na exportação do algodão. Miséria do povo sertanejo e desejo de vingança social	Não havia um projeto político definido	Manuel Francisco dos Anjos Ferreira. Cosme Bento das Chagas Raimundo Gomes

Anotações:

AS REBELIÕES REGENCIAIS



XIV – SEGUNDO REINADO (1840 – 1889)

1 – Situação política

Com a antecipação da maioria de Alcântara, em 1840, iniciou-se o Segundo Reinado, que se estendeu até 1889.

Para fazendeiros e comerciantes, a subida de D. Pedro ao trono representava a manutenção de seus privilégios políticos e econômicos, num ambiente de tranquilidade social. Acreditavam que o imperador com

sua autoridade, liquidaria as rebeliões provinciais, submetendo os revoltosos e descontentes.

O imperador exercia o poder apoiado pela mesma minoria de ricos, aqueles que possuíam 95% das propriedades do país. Por isso, diziam os versos de uma trova popular:

*Por subir Pedrinho ao trono,
Não fique o povo contente.
Não pode ser boa coisa,
Servindo pra mesma gente.*

2 – Disputas entre liberais e conservadores

4 – Parlamento no Brasil

Os partidos políticos que dominavam a vida pública do Segundo reinado foram o **Partido Liberal e o Partido Conservador**.

Como vimos, esses partidos não tinham grandes divergências ideológicas. Era freqüente a passagem de políticos de um partido para outro, ambos representando os interesses dos grandes proprietários de terra e escravos. Em questões importantes, capazes de alterar a estrutura sócio-econômica do país, estavam sempre de acordo. Concordavam, por exemplo, em manter quase a totalidade da população afastada das decisões políticas. Devido à exigência de renda, apenas 1% da população brasileira tinha direito a voto. Os dois partidos discordavam quanto aos meios de atingir os objetivos almejados pelas elites brasileiras.

Embora não tivessem grandes divergências, disputavam com unhas e dentes as eleições para a Câmara dos Deputados, movidos por disputa pessoal e ambição de poder.

3 – Violência e fraude nas eleições

Após assumir o poder, D. Pedro II escolheu para o seu primeiro ministério, políticos do Partido Liberal, que tinham lutado pela antecipação de sua maioridade. Como participavam do ministério os irmãos Andrada e os irmãos Cavalcanti, ele ficou conhecido como **Ministério dos Irmãos**.

Marcadas as eleições para a nova Câmara dos Deputados, a disputa política entre candidatos liberais e conservadores tomou conta do país.

No dia da eleição (13 de outubro de 1840), bandos de capangas contratados pelos liberais invadiram os locais de votação distribuindo cacetadas e ameaçando de morte os adversários políticos. Além disso, houve fraudes na contagem dos votos, com a substituição de urnas autênticas por outras contendo votos falsos. Os liberais venceram na base da fraude e da violência. Por isso, essas eleições ficaram conhecidas como **eleições do cacete**.

Os membros do Partido Conservador reagiram, exigindo que o imperador anulasse o resultado das eleições. D. Pedro II, influenciado pelos conservadores, resolveu dissolver a Câmara e convocar novas eleições.

Em São Paulo e Minas gerais, em 1842, políticos do Partido Liberal revoltaram-se contra a anulação das eleições. Os líderes dos liberais eram Tobias de Aguiar e Diogo Antônio Feijó (em São Paulo) e Teófilo Otoni (em Minas gerais).

O governo imperial, por meio das tropas comandadas por Luís Alves de Lima e Silva, sufocou essa revolta liberal e prendeu os líderes do movimento. Só em 1844 esses líderes foram anistiados.

Em 1847, foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Esse presidente (primeiro-ministro) seria o chefe do ministério e encarregado de organizar o Gabinete do governo.

A criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros assinala, a introdução do parlamentarismo² no império.

O sistema parlamentarista no Brasil funcionava de forma peculiar. Realizada a eleição, D. Pedro II nomeava um líder político do partido vencedor para o cargo de primeiro-ministro. Esse líder formava o gabinete ministerial que, em seguida, era apresentado à Câmara dos deputados em busca de um **voto de confiança**, que deveria ser dado pela maioria parlamentar. Obtida a aprovação da Câmara, o Gabinete assumia suas funções de governo. Caso não fosse aprovado, cabia a D. Pedro II titular do poder moderador, definir o gabinete ou dissolver a Câmara para convocar novas eleições.

Parlamentarismo às avessas

Nos sistemas parlamentaristas europeus, o poder legislativo tem força efetiva no comando da nação. Mas no Brasil isso não ocorreu. D. Pedro II, devido ao poder moderador, subordinava todos os demais poderes do Estado. Por isso, o parlamentarismo brasileiro foi chamado de “parlamentarismo às avessas”.

Na Inglaterra, que adotava o parlamentarismo, dizia-se entre os ingleses que: o rei reina, mas não governa.

No Brasil, o centro de poder político continuava sendo o imperador. Entre os brasileiros, dizia-se que: o rei reina, ri e rói. Reina sobre o Estado, ri do parlamento e rói o povo.

Durante o Segundo Reinado (1840 – 1889), houve 36 gabinetes ministeriais no governo.

A tabela a seguir resume a participação dos liberais e dos conservadores no poder.

PARTIDO	Nº DE GABINETES	Nº DE ANOS NO PODER
LIBERAL	21 GABINETES	19 anos e 5 meses no governo.
CONSERVADOR	15 GABINETES	29 anos e 9 meses no governo.

Em geral, liberais e conservadores intercalaram-se no poder. Mas houve um período em que decidiram governar juntos, através de acordos políticos. Foi chamada **era da conciliação** (1853 – 1868), concretizada a partir da não existência de diferenças ideológicas fundamentais entre esses dois partidos.

² **Parlamentarismo** – sistema de governo chefiado por um primeiro ministro, encarregado de formar o gabinete ministerial. Esse primeiro ministro pode ser nomeado por um presidente (como na França) ou por um rei (como na Inglaterra).

- Revolução Praieira (1848)

A **Revolução Praieira** foi a última grande revolta interna corrida no império. Explodiu na província de Pernambuco, em 1848.

Partido da Praia, constituído por liberais pernambucanos, combatia essa desigualdade da sociedade. Suas idéias eram expressa através do jornal *Diário novo*, cuja sede ficava na Rua da Praia, na cidade de Recife.

Os **praieiros** apoiavam o presidente de Pernambuco, Antônio Pinto Chichorro da Gama, homem não comprometido com os donos de engenho e comerciantes. Quando foi nomeado um enérgico conservador, representante da elite dominante, para substituí-lo no governo, os praieiros recusaram-se a aceitar a nova autoridade. Organizaram uma revolta, que eclodiu no dia 7 de novembro de 1848. Iniciava-se a **Revolução Praieira**.

Liderados por **Pedro Ivo** (comandante militar) e **Borges da Fonseca** (jornalista), os praieiros divulgaram seus planos num documento intitulado **Manifesto ao Mundo**. As principais propostas desse manifesto eram:

- Voto livre e universal para o povo brasileiro (fim do voto censitário);
- Total liberdade de imprensa;
- Garantia de trabalho para o cidadão brasileiro;
- Extinção do poder moderado;
- Comércio a varejo só para brasileiros (os portugueses seriam proibidos de exercer essa atividade);
- Garantia dos direitos individuais do cidadão.

O programa político dos praieiros era liberal e democrático, mas não tocava na questão da escravidão.

- Fim da revolta

- Conflitos no Prata

A região platina é banhada por vários rios navegáveis. Os principais são o rio da Prata, o rio

A luta armada entre os revoltosos praieiros e as tropas imperiais não chegou a durar um ano. Sem recursos militares, contavam com apenas 2 mil homens. Os praieiros não resistiram à repressão imperial.

Com a derrota dos praieiros, chegava ao fim o ciclo de revoltas populares que acompanharam e sucederam o movimento de independência do Brasil.

A partir de 1848, a aristocracia rural passava a ser senhora absoluta dos destinos políticos do país. Obteve-se a **pacificação** que tanto se desejava, e a maioria da população estava definitivamente afastada da disputa pelo poder.

- Política externa no Segundo Reinado

• A questão Christie

Dois fatos deram origem a esta crise, conhecida como “Questão Christie”.

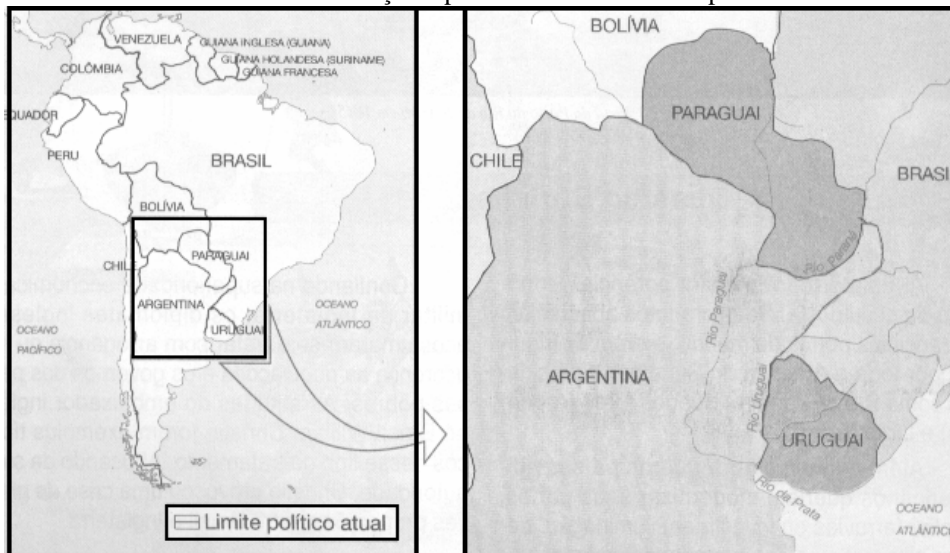
1 – o desaparecimento da carga do navio inglês Príncipe de gales, que havia naufragado nas águas do Rio Grande do Sul;

2 – a prisão de três oficiais ingleses acusados de estarem bêbados e de fazerem desordens nas ruas do Rio de Janeiro.

Considerando-se ofendido, o embaixador inglês exigiu do governo brasileiro a soma de 3.200 libras como compensação pelo desaparecimento da carga do navio, e o pedido de desculpas pela detenção dos oficiais. Também exigiu a demissão dos policias que prenderam os militares ingleses.

D. Pedro II pagou a quantia exigida pelo embaixador inglês, mas negou-se a atender as suas outras exigências. Diante disso, barcos de guerra ingleses bloquearam o porto do Rio de Janeiro e apreenderam cinco navios mercantes brasileiros.

Para decidir se a razão estava com o Brasil ou com a Inglaterra, foi escolhido como árbitro o rei Leopoldo I, da Bélgica. Leopoldo I foi favorável ao Brasil. Mas , como os ingleses não acataram essa decisão, em 1863 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra. Dois anos depois, entretanto, vendo seus interesses comerciais prejudicados, a Inglaterra tratou de pedir desculpas oficiais ao governo brasileiro, reatando assim os laços diplomáticos com o nosso país.



Uruguai, o rio Paraná e o rio Paraguai.

Através desses rios, mercadorias de vários países sul-americanos e europeus chegavam aos portos de Buenos Aires e Montevideú, de onde seguiam para o interior do continente. Ou eram exportadas para a Europa.

Ao Brasil interessava que suas embarcações pudessem navegar livremente pelos rios da região: é que o comércio com o Mato Grosso era feito por via fluvial, pois naquela época havia pouquíssimas estradas.

Pelos portos de Montevideú e Buenos Aires, às margens do estuário do Rio da Prata, escoava todo o comércio platino do século XIX. Muitos negociantes ingleses e sul-americanos aí instalados lucravam com esse comércio.

Além de disputarem o comércio da região platina, os sul-americanos disputavam também as terras férteis e de pastagens existentes nessa área. Era comum um país desrespeitar a fronteira do outro. Daí nascia o desentendimento e logo a seguir o conflito armado.

A luta contra Oribe e Rosas

Como vimos, em 1828 a Província Cisplatina conseguiu sua independência e passou a se chamar República Oriental do Uruguai.

A partir daí, dois partidos políticos passaram a disputar o governo do Uruguai: o Partido Blanco,

chefiado por Manuel Oribe, e o Partido Colorado, chefiado por Fructuoso Rivera.

Os blancos eram em sua maioria criadores de gado. Entre os colorados predominavam os comerciantes de Montevideú.

Em 1834, Manuel Oribe foi eleito presidente do Uruguai e, para se fortalecer, aliou-se ao ditador argentino Juan Manuel Rosas.

Apoiado por Oribe, Rosas mandou bloquear o porto de Montevideú, impedindo a livre navegação em direção ao Mato Grosso e prejudicando os negócios brasileiros no Uruguai.

A fim de defender seus interesses econômicos, o Brasil resolveu invadir o Uruguai. Para isso, aliou-se aos colorados e às províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios, que não aceitavam o poder de Rosas.

Em 1851, um poderoso exército, formado em sua maioria por brasileiros, combateu e derrotou Oribe,

colocando no governo do Uruguai um político do partido Colorado.

No ano seguinte, esse mesmo exército venceu Rosas. A Argentina passou então a ser governada por um aliado do Brasil.

Com essas intervenções, o império brasileiro conseguiu manter a liberdade de navegação nos rios da região e colocar seus aliados nos governos do Uruguai e da Argentina.

A luta contra Aguirre

Os conflitos de fronteira entre brasileiros e uruguaios eram bastante comuns naquela época. Tanto os fazendeiros gaúchos quanto os uruguaios costumavam atravessar a fronteira entre os seus países para atacar fazendas e roubar gado.

O governo brasileiro enviou vários protestos ao governo uruguaio de Atanásio Aguirre, mas não teve resposta. Em 1864, porém o Brasil ameaçou: ou o Uruguai pagava a indenização pelo gado roubado, ou seria invadido.

Aguirre reagiu rompendo relações com o Brasil e pedindo o apoio de Francisco Solano López, presidente do Paraguai.

Então o Brasil aliou-se aos colorados e invadiu o Uruguai para combater o chefe blanco Atanásio Aguirre.

O general **Mena Barreto** comandou por terra a invasão do Uruguai, conseguindo a adesão dos colorados, liderados por **Venancio Flores**, enquanto a esquadra brasileira, comandada pelo **almirante Tamandaré**, postou-se diante da capital uruguaia. Montevideú se viu cercada em curto espaço de tempo.

Aguirre renunciou e as exigências brasileiras foram atendidas.

O Brasil venceu a guerra. Mas a intervenção brasileira provocou a reação do poderoso aliado de Aguirre: o presidente do Paraguai, Francisco Solano López.

A Guerra do Paraguai (1865 – 1870)

O Paraguai, há pouco mais de cem anos, era uma exceção na América Latina, por ser a única nação que sobrevivia sem capital estrangeiro. O longo governo de **Gaspar de Francia** (1814-1840) criara condições para um desenvolvimento econômico auto-suficiente.

Francia apoiou-se nas massa camponesas, aniquilando a oligarquia Paraguai, ao mesmo tempo que se isolava de seus vizinhos, comprometidos com o capital inglês.

- Nacionalismo paraguaio desagradado à Inglaterra.
- Ofensivas de Solano Lopes.
- Tríplice Aliança.

Os governos que sucederam França mantiveram essa mesma postura e, em 1865, o Paraguai contava com uma linha telegráfica, uma ferrovia e um bom número de indústrias de materiais para construção, tecidos, papel, tinta, louça e pólvora.

Técnicos estrangeiros supervisionavam essa produção, recebendo um régio ordenado por sua colaboração.

Todo o material bélico era produzido no país. A frota mercante era nacional e não era poucos os navios construídos nos estaleiros de Assunção. As atividades econômicas essenciais eram controladas pelo Estado, sendo exportados produtos como erva-mate, tabaco e madeira. A balança comercial apresentava superávit, a moeda mantinha-se forte e estável, havendo riqueza suficiente para investimentos em obras públicas, sem recorrer a capital estrangeiro. Conforme Eduardo Galeano, “98% do território Paraguai eram de propriedade pública. O Estado cedia aos camponeses a exploração das parcelas em troca da obrigação de povoá-las, e explorá-las de forma permanente, sem o direito de vendê-las. Tinha além disso 64 ‘Fazendas da pátria’ administradas pelo Estado.

A Inglaterra preocupava-se com o desenvolvimento nacionalista do Paraguai, que poderia servir de exemplo aos outros países sul-americanos. O embaixador inglês em Buenos Aires, Edward Thornton, elaborou com o presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre, o plano que culminaria com o acordo argentino-brasileiro, selando a sorte do Paraguai.

Solano López, presidente paraguaio, se opusera à invasão brasileira no Uruguai, argumentando que essa medida contrariava interesses de seu país. Em 1864, não sendo atendido em seus apelos, aprisionou o navio brasileiro *Marquês de Olinda* e, em seguida, atacou a cidade de Dourados, em Mato Grosso. Em maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai firmaram um tratado criando a **Tríplice Aliança**, cujo comando coube ao presidente argentino Mitre.

- **Batalha de Riachuelo.**
- **Substituição de Osório por Caxias: sucessão de vitórias. Paraguai derrotado.**

Na primeira fase da Guerra do Paraguai, os brasileiros, chefiados pelo **almirante Barroso**, venceram os paraguaios na **Batalha de Riachuelo**. Em maio de 1866, desenrolou-se a Batalha de Tuiuti, em que as forças paraguaias sofreram pesada derrota. Em setembro, no entanto, brasileiros e paraguaios foram batidos em Curupaíti.

Os desentendimentos entre o **general Osório**, comandante das forças brasileiras, e o argentino Mitre, levaram D. Pedro II a substituir Osório por Caxias no comando geral das tropas brasileiras.

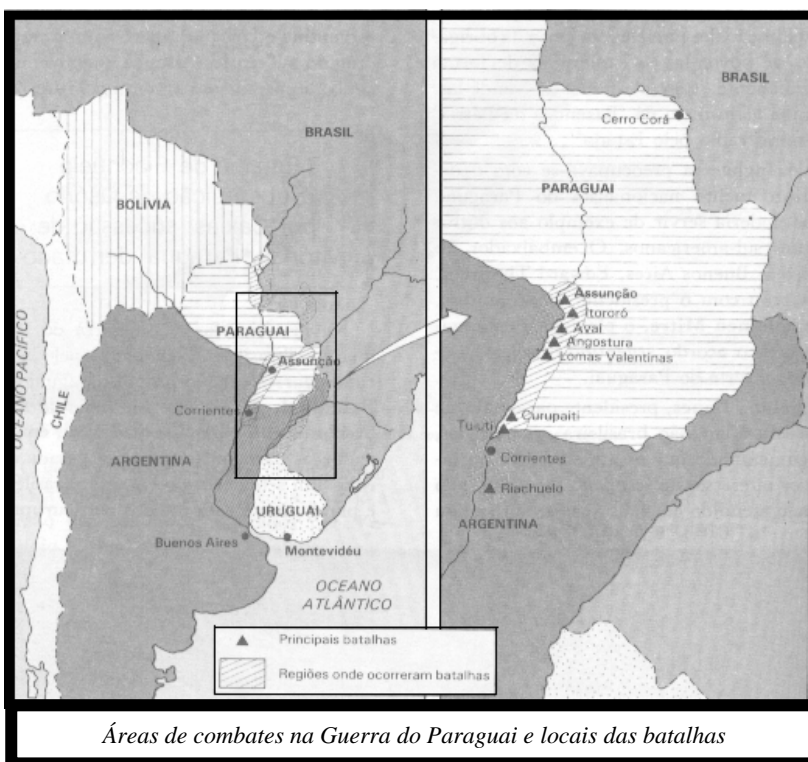
Em 1867, os brasileiros fracassaram na tentativa de retomar Mato grosso, ocupada pelos paraguaios, culminando com a Retirada da Laguna. Ainda em 1867, o Uruguai e a Argentina se retiraram da guerra. Caxias reorganizou então o exército, conseguindo mais armamentos, aumentando a quantidade de suprimentos e tornando mais eficientes as operações militares brasileiras. Resultou daí uma série de vitórias, especialmente em **Humaitá**.

Em dezembro de 1868, Caxias conseguiu sucessivas vitórias nas batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. No início de 1869, Assunção foi finalmente tomada pelo exército brasileiro. Caxias cedeu o comando das forças brasileiras ao genro de D. Pedro II, o **conde D’Eu**, que empreendeu violenta e desnecessária perseguição a Solano Lopes, que morreu em 1870 na Batalha de Cerro Corá.

No final da guerra, a população do Paraguai ficara reduzida a menos da metade da existente em 1867. A partir de então, o Paraguai se transformou num paraíso para os produtos estrangeiros e para os latifundiários, enquanto a miséria se tornou a herança legada à imensa maioria de sua população.

Os países vencedores, Brasil, Argentina e Uruguai, saíram da guerra mais endividados do que nunca com os bancos ingleses. O Paraguai, por sua vez, aceitou o primeiro empréstimo financeiro de sua história – inglês, naturalmente.

No Brasil, o fim da Guerra do Paraguai marcou o início da decadência do Segundo Reinado.



Áreas de combates na Guerra do Paraguai e locais das batalhas

XV – AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICA NO SEGUNDO REINADO

- A economia cafeeira

A crescente produção de café no império tem duas razões principais:

- 1 – o aumento cada vez maior do consumo de café brasileiro nos estados unidos. Esse país chegou a comprar mais da metade de nossa exportação;
- 2 – a existência, no sudoeste do Brasil, de condições ideais de clima e de solo para o cultivo dessa planta.

O café começou a ocupar o Rio de Janeiro a partir do litoral. No começo do século XIX, os cafezais já cobriam de verde as áreas montanhosas da província. Daí, desceram para Angra dos Reis e Parati, no sul do Rio de Janeiro, caminhado depois para Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, no litoral norte de São Paulo.

Essa região foi a primeira área importante de plantação de café no Brasil.

“O Brasil é o Vale”

O hábito de beber café foi virando moda nos Estados Unidos e na Europa. Como a procura aumentou, o preço subiu, incentivando a formação de novas fazendas de café.

Os cafezais subiram então a serra do mar e avançaram pelo vale do Paraíba. Iam derrubando matas, exigindo braços e fazendo a fortuna dos “**barões do café**”.

Nessa região, todo tipo de trabalho nas fazendas era feito pelos negros escravos. Eram eles também que ajudavam as tropas de mulas e os carros de boi a transportar o café pelas estradas de terra.

O porto por onde escoava toda a produção era o do Rio de Janeiro.

Em 1850, quase metade das exportações brasileiras eram de café vale-paraibano. Por isso, na época se dizia: “O Brasil é o vale”.

O Vale do Paraíba foi próspero enquanto produziu café. Em pouco tempo, o desmatamento e a erosão (desgaste da terra pela ação da água, chuvas e outros agentes) foram esgotando o solo. Nessa região, os arbustos de café eram plantados em terrenos altos e muito inclinados. Sem a proteção das árvores na época das chuvas, a enxurrada acabava arrastando a camada fértil do solo.

- A imigração

Primeiros imigrantes A experiência pioneira do senador Vergueiro

O senador paulista Nicolau de Campos Vergueiro foi o primeiro fazendeiro a trazer imigrantes para trabalhar na cafeicultura. Entre os anos de 1847 e 1857, levou para sua fazenda de **Ibicaba**, no interior de São Paulo, os primeiros grupos de imigrantes alemães, suíços, belgas, italianos e espanhóis.

O senador Vergueiro dizia que financiar o imigrante europeu ficava mais barato do que comprar e manter escravos. Entretanto, essa experiência não deu certo, pois os imigrantes se revoltaram contra a excessiva exploração de seu trabalho.

Esses imigrantes foram contratados do sistema de parceria: davam ao proprietário uma parte da colheita e ficavam com a outra parte. No entanto, eram enganados e maltratados pelos fazendeiros. Trabalhavam de sol a sol, como escravos. Por causa disso, os imigrantes se uniram e se revoltaram contra a exploração de que eram vítimas. As consequências foram o completo fracasso do sistema de parceria e o desestímulo à vinda de novos imigrantes. Na Itália, o governo desaconselhava a vinda de imigrantes para São Paulo devido às notícias sobre as péssimas condições sociais. Somente a partir de 1871, o governo paulista empreendeu novos esforços para atrair imigrantes para as fazendas de café. Passou a financiar, por exemplo, parte das despesas de viagem. Mas a imigração só começou a crescer nos últimos quinze anos do século XIX.

Com o fracasso do sistema de parceria, implantou-se o trabalho assalariado.

- Crescimento industrial

O capital proveniente das exportações de café não só foi aplicado na expansão da própria cafeicultura como também financiou a instalação de indústrias e a modernização do país. Além do dinheiro da cafeicultura, duas importantes medidas favoreceram o crescimento da

indústria: a tarifa **Alves Branco** e a **extinção do tráfico negro**.

Tarifa Alves Branco

Em 1844, o ministro da fazenda Manuel Alves Branco decretou uma nova alfândega sobre os produtos importados. A elevação da tarifa aumentou o preço dos produtos importantes, forçando o consumidor brasileiro a procurar produtos nacionais semelhantes.

Antes de 1844, os produtos importados eram tributados em 15% sobre seu valor nas alfândegas brasileiras. Com a tarifa Alves Branco, a maioria dos produtos importados passou a ser tributada em 30%. Mas se houvesse a fabricação no Brasil de produto semelhante, o valor do imposto passava a ser de 60%.

Fim do tráfico negro

Em 1850, pela lei Eusébio de Queirós, foi extinto o comércio de escravos para o Brasil. Isso liberou grande soma de dinheiro, até então destinada à compra de

escravos, para se aplicada em outros setores da economia.

Começaram a surgir indústrias de sabão, vela, chapéu, cigarro, cerveja, tecido de algodão etc. Surgiram também bancos, empresas de navegação, ferrovias, companhias de seguros, mineradoras etc.

Na última década do império (1880 – 1889), o Brasil já contava com 600 indústrias, que empregavam quase 55 mil operários nos setores têxtil, alimentar, químico, de madeira, vestuário e metalúrgica.

- A era da conciliação

A idéia de se criar o ministério da Conciliação surgiu entre os conservadores mais moderados, como Nabuco e caxias. A primeira consequência da conciliação foi uma forte centralização do poder, que possibilitou a realização de feitos administrativos de porte, paralelamente a um acomodamento político. O principal idealizador da conciliação foi o conservador Honório Hermeto Carneiro leão, marquês de Paraná.

Em 1862, a conciliação ressurgia como uma solução aos impasses ocorridos durante o período dominado pelos conservadores. Criou-se então a **Liga progressista**, resultados da fusão de liberais e conservadores.

Em contrapartida, os liberais mais combativos fundaram o **Partido Liberal Radical**, que deu origem,

em 1870, ao **Partido republicano**, marcando o início do declínio do império.

XVI – O DECLÍNIO DO SEGUNDO REINADO

Após uma fase de apogeu, iniciada por volta de 1850, assinala-se, a partir de 1870, período em que termina a Guerra do Paraguai, o começo da decadência do Segundo Reinado. As campanhas abolicionistas e republicanas, bem como as questões religiosas e militares, são fatores decisivos do que viria a culminar com a queda da monarquia, em 1889.

- Abolição da escravatura

• Origens

A Revolução Industrial, iniciada em 1760 na Europa, já havia levado grandes potências, como a Inglaterra, a lutarem pelo fim da escravidão, embora as próprias mudanças sócio-econômicas internas encaminhassem a produção baseada no trabalho escravo para um colapso.

• Lei do Ventre Livre – 1871

A primeira lei que contribuiu para o fim da escravidão no Brasil foi a Lei Eusébio de Queirós, decretada em 1850, que extinguiu o tráfico negreiro em nosso país. A **Lei Visconde do Rio Branco ou Lei do Ventre Livre** estabelecia que a partir de 1871 todos os filhos de escravos seriam considerados livres, devendo os proprietários criá-los até os oito anos, quando poderiam entregá-los ao governo e receber uma indenização, ou mantê-los até os 21 anos, utilizando seus serviços como forma de se ressarcir dos gastos que haviam tido com seu sustento. Essa lei tentava promover uma libertação lenta e gradual dos escravos, com indenização para os proprietários.

• Lei dos Sexagenários

A resposta do Império às agitações populares veio através da **Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe**, em 1885, a qual estabelecia que depois de completar 65 anos os escravos estariam em liberdade. A reação popular logo se fez sentir, ficando a lei conhecida como “a Gargalhada Nacional”, chegando Rui Barbosa a firmar que era “uma afronta atirada às faces da nação”. Essas reações negativas deviam-se ao fato de que poucos eram os escravos que alcançavam tão avançada idade, além de que, libertos, deixavam de ser um peso para os proprietários, já que não podiam executar trabalhos pesados.

• Lei Áurea - 1888

Com essas leis, os proprietários de escravos conseguiram adiar ao máximo a abolição. Somente em 1888, com a **Lei Áurea**, promulgada pela princesa Isabel, no dia 13 de maio, a escravidão foi extinta do Brasil.

DESEMBARQUE DE ESCRAVOS NO BRASIL (1836 – 1855)	
Anos	Total de escravos importados
1836 – 1840	240.600
1841 – 1845	120.900
1846 – 1850	257.500
Depois da Lei Eusébio de Queirós (4/6/1850)	
1851 – 1855	6.100

Não foi registrado nenhum desembarque entre 1853 e 1855.

Fonte: Klein Herbert Apud: Estatísticas históricas do Brasil IBGE. 1987

- Quem fez a abolição

Participaram da campanha abolicionista intelectuais, jornalistas, políticos e escritores, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Raul Pompéia, Luís gama, castro Alves etc.

Mas a abolição não foi obra exclusiva dessa elite de intelectuais. O fim da escravidão era uma exigência do capitalismo industrial e do desenvolvimento econômico do país. Na prática do dia a dia, ninguém lutou ou

resistiu mais à escravidão do que os próprios negros, que rebelaram-se contra feitores, fugiram das fazendas, organizaram quilombos etc.

- Movimento Republicano

A crise do império brasileiro resultou de fatores econômicos, sociais e políticos que, juntos levaram diversos setores da sociedade (parcela do Exército, fazendeiros do oeste paulista, representantes das classes médias urbanas) a uma conclusão: a monarquia estava superada.

A crise do império foi marcada por uma série de **questões** que favoreceram a proclamação da república.

Questão abolicionista

Os senhores de escravos, principalmente do vale do Paraíba e da baixada Fluminense, não se conformaram com a abolição da escravidão e com o fato de não terem sido indenizados pelo governo. Sentiram-se abandonados pela monarquia e acabaram também por abandoná-la. Passaram a apoiar a causa republicana. Por isso, eram chamados **republicanos do 13 de maio**.

Significava que, no continente americano, o Brasil era o único país que mantinha o regime monárquico.

Três anos depois do aparecimento do Manifesto Republicano, foi fundado o **Partido Republicano Paulista**, na Convenção de Itú, em São Paulo. Esse partido era apoiado por importantes fazendeiros de café de São Paulo e contava com seguidores no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Questão religiosa

Desde o período colonial, a igreja católica era uma instituição submetida ao Estado, pelo regime do padroado. Isso significava, por exemplo, que nenhuma

ordem do papa poderia vigorar no Brasil, sem que fosse aprovada pelo imperador.

Em 1872, porém D. Vidal e D. Macedo, bispos de Olinda e de Belém, respectivamente, resolveram seguir ordens do papa Pio IX, punindo irmandades religiosas que apoiavam os maçons. D. Pedro II, influenciado pela maçonaria, decidiu intervir na questão, solicitando aos bispos que suspendessem as punições. Como estes se recusaram a obedecer ao imperador, foram condenados a quatro anos de prisão.

Em 1875, os bispos receberam o perdão imperial e foram colocados em liberdade. Contudo, o império foi perdendo a simpatia da Igreja católica.

Questão militar

Depois da Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro foi adquirindo maior importância na sociedade. Entretanto, os tradicionais políticos civis do império continuavam indiferentes ao Exército. Importantes oficiais eram punidos por suas atitudes públicas quando denunciavam contra a escravatura.

Inconformados com a situação, os oficiais do Exército queriam ser tratados com dignidade e Ter voz na vida pública.

Os ideais republicanos, divulgados por homens como o coronel Benjamim Constant, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, contagiaram os militares.

Foi em meio a essa situação que surgiu, em 1884, a questão militar, provocada pela revolta de oficiais de alta patente (como o marechal Deodoro da Fonseca) contra as punições ao tenente-coronel Antônio Sena madureira (favorável à abolição dos escravos) e ao coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos (que denunciou a corrupção política de sua época).

- Evolucionistas X revolucionista

Os **evolucionistas**, como Quintino Bocaiúva, por exemplo, esperavam chegar à República por via pacífica. Ou seja, através da eleição de um grande número de deputados republicanos que, por via legal, mudariam o regime de monarquia para República.

Os **revolucionários**, liderados pelo advogado Silva Jardim, pretendiam chegar à República através de uma revolução popular. Nos seus comícios, Silva Jardim deixava claro o seu projeto: queria ver instalada no Brasil uma República com ampla participação popular.

- Fim de Império

O governo imperial, percebendo, embora tardiamente, a difícil situação em que se encontrava com o isolamento da monarquia, apresentou à Câmara dos Deputados um programa de reformas políticas, contendo itens como:

- Liberdade de fé religiosa;
- Liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento;

- Autonomia para as províncias;
- Mandato temporário para os senadores.

Entretanto, as reforma chegaram tarde demais. No dia **15 de novembro de 1889**, o **marechal Deodoro da Fonseca** assumiu o comando das tropas revoltadas, ocupando o quartel-general do Rio de Janeiro. O gabinete imperial foi deposto. Os ministros **Ouro Preto** (chefe do gabinete) e Cândido de Oliveira (ministro da justiça) foram presos. Na noite do dia 15, formou-se o **Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**.

D. Pedro II, que estava em Petrópolis durante esses acontecimentos, recebeu, no dia seguinte, um respeitoso documento do novo governo, solicitando que se retirasse do país juntamente com sua família.

XVII – BRASIL - REPÚBLICA

- A República da espada (1889 – 1894)

O período se estende da queda da monarquia, em 1889, até a Revolução de 1930, é conhecido em nossa história como República velha. Esta, por sua vez, divide-se em: República da Espada (1889 – 1894), controlada pelos militares, e República Oligárquica (1904 – 1930), dominada pelos fazendeiros do café. A República da Espada, conhecida também como República Jacobina, corresponde à época de consolidação do regime republicano federativo contra as tentativas de restauração monárquica no Brasil.

1 – Governo Provisório

As primeiras providências da república.

A monarquia caiu. Nasceu a república. O Brasil mudava a forma de governo em revolucionar a sociedade. Trocamos de bandeira, separamos a Igreja do Estado, fizemos uma nova Constituição. Tudo isso foi feito no clima de ordem que interessava à classe dominante. Mantinha-se, assim, o povo em sua pobreza e a elite em sua exploração.

Primeiras providências

Na noite de 15 de novembro de 1889, formou-se o **governo provisório da república**, chefiado pelo marechal **Deodoro da Fonseca**, que deixara de ser monarquista somente nas vésperas do golpe republicano.

Logo nas primeiras deliberações, o governo provisório revelou seu caráter conservador. Deixou claro que sua principal missão era defender a ordem pública e o direito de propriedade dos habitantes nacionais e estrangeiros. Para acalmar os possíveis temores dos países capitalistas, o governo comprometeu-se a assumir, em nome da república, todos os compromissos financeiros contraídos durante o regime monárquico.

Entre as primeiras providências tomadas pelo governo provisório destacam-se:

- **Federalismo** - as províncias brasileiras foram transformadas em **estados-membros** da Federação, obtendo maior autonomia administrativa em relação ao governo federal, cuja sede recebeu o nome de **Distrito federal** era a capital da república;
- **Separação entre Igreja e Estado** – o Estado deixou de controlar a Igreja católica. Era o fim do **padroado**. A Igreja passava a Ter independência em relação ao governo. Em conseqüência, foram criados o **registro civil de nascimento** (antes havia só a certidão de batismo) e o **casamento civil** (antes os noivos casavam-se só na Igreja). O catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado;

- **Grande naturalização** – todos os estrangeiros residentes no Brasil seriam legalmente considerados cidadãos brasileiros. Quem não quisesse ser naturalizado brasileiro deveria manifestar, individualmente, sua vontade de ficar com a antiga cidadania;

- **Bandeira da república** – uma nova bandeira nacional foi criada para substituir a antiga bandeira do império. O lema da bandeira nacional, **Ordem e Progresso**, foi sugerido pelo ministro da Guerra, Benjamim Constant. O lema tem sua origem no **positivismo** do filósofo francês **Augusto Comte** (1798 – 1857), que pregava o **amor** por princípio, a **ordem** por base e o **progresso** por fim;

- **Assembléia Constituinte** – convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para elaborar a primeira Constituição da república.

- O positivismo e a idéia de progresso

As idéias positivistas de Augusto Comte tiveram grande influência sobre os militares do Brasil. Comte tinha entusiasmo pelo desenvolvimento das máquinas, da tecnologia, da industrialização. Para ele, tudo isso representava o progresso da humanidade. O positivismo confiava no capitalismo industrial. E tinha grande fé na evolução das ciências.

Nossos militares positivistas queriam ser soldados-cidadãos, ditando o rumo para o desenvolvimento do país. Defendiam “a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações”.

2 – A crise do Encilhamento

Encilhamento³: a especulação financeira

Uma medida de grande tomada pelo governo provisório foi a reforma financeira, conhecida como **encilhamento**, executada pelo ministro da Fazenda, **Rui Barbosa**, a partir de janeiro de 1890.

O objetivo de Rui Barbosa era incentivar o crescimento econômico nacional, principalmente o **desenvolvimento da indústria**. Para isso, permitiu grande emissão de dinheiro por bancos espalhados pelo país (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio grande do Sul). Essas emissões tinham como finalidade aumentar a moeda circulante para, por exemplo, facilitar o crédito na implantação de novas indústria, atender ao pagamento dos salários dos operários etc.

³ Encilhamento – colocação dos arreios em cavalos. A reforma financeira de Rui Barbosa foi assim chamada porque a agitação econômica da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, nesse período, lembrava o barulho do jôquei Clube, onde se encilhavam os cavalos. A expressão encilhamento contém a idéia de “aposta de jogo”. De certo modo, foi nisso que se transformou a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro: uma aventura especulativa baseada, muitas vezes, nas ações de empresas fantasmas.

No entanto, o dinheiro emitido foi além das necessidades. A enorme quantidade de dinheiro que passou a circular não tinha correspondência com a produção real da economia. O resultado foi uma grande **inflação** com o aumento generalizado dos preços.

O dinheiro fácil gerado pelas emissões incentivou a criação de empresas-fantasma, que surgiram apenas para obter o crédito dos bancos. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi tomada por grande agitação e especulação financeira. A desorganização econômica atingiu um ponto insuportável.

Os cafeicultores protestavam contra a reforma financeira de Rui Barbosa, pois não lhes interessava uma política que desse mais importância à indústria do que ao café. Além disso, no próprio ministério, muitos colegas também criticavam a reforma de Rui Barbosa. Pressionado demitiu-se do cargo, em janeiro de 1891.

3 – A Constituição de 1891

Primeira Constituição da república

No primeiro aniversário da república, em 15 de novembro de 1890, reuniu-se na cidade do Rio de Janeiro a Assembléia Constituinte, com a missão de elaborar a primeira Constituição republicana. Seu modelo era a Constituição dos Estados Unidos.

No dia **24 de fevereiro de 1891**, foi promulgada a **primeira Constituição**, cujos dispositivos fundamentais consistiam de:

- **forma de governo** – o Brasil adotava como **forma de governo a república**, e seus agentes políticos (presidente, governador, prefeito, deputados, senadores, vereadores) exerceriam mandatos por tempo limitado e seriam eleitos pelos cidadãos;
- **forma de Estado** – o Brasil adotava como forma de Estado o **federalismo**. Os estados teriam autonomia para eleger governador e deputados. Cada estado teria sua Constituição própria, que, entretanto, não poderia contrariar as normas superiores da Constituição Federal;
- **sistema de governo** – o Brasil adotava como sistema de governo o **presidencialismo**. Ou seja, o presidente da república era o chefe do governo e o chefe do Estado, exercendo seu cargo com o auxílio de ministros;
- **divisão de poderes** – instituição dos poderes executivos, legislativos e judiciário, que deveriam atuar de modo harmônico e independente entre si:
 - a) **Executivo** – exercido pelo presidente da república, eleito para um mandato de quatro anos. Em caso de afastamento, o presidente seria substituído pelo vice-presidente;
 - b) **Legislativo**- exercido pelo Congresso nacional, composto de Câmara dos Deputados e Senado;

c) **Judiciário** – exercido pelos juizes e tribunais. Composto pelo Supremo Tribunal Federal e por tribunais federais espalhados pelo país;

- **Voto** – o direito ao voto foi garantido aos brasileiros maiores de 21 anos, excetuando-se analfabetos, mendigos, soldados e religiosos sujeitos à obediência eclesiástica. As mulheres também não tinham direito a voto. O **voto era aberto**, isto é, o eleitor era obrigado a revelar publicamente o candidato em que votou, o que possibilitava aos grandes fazendeiros pressionar os eleitores na hora da votação.

- Governo de Deodoro da Fonseca

Depois de elaborar a Constituição de 1891, a Assembléia Constituinte foi transformada em Congresso Nacional e, nessa condição, deveria eleger os primeiros presidente e vice-presidente da república.

O marechal Deodoro da Fonseca era o candidato à presidência e tinha o apoio de muitos militares. Porém, os poderosos fazendeiros de café, representantes da elite econômica do país, receavam o autoritarismo de Deodoro, e muitos o responsabilizavam pela crise econômica do encilhamento, pois Rui Barbosa era seu ministro.

Nessas primeiras eleições, a **oligarquia** cafeeira de São Paulo apresentou seus candidatos: Prudente de Moraes para presidente e o marechal Floriano Peixoto para vice-presidente. Os setores militares insistiam na candidatura de Deodoro da Fonseca para presidente e do almirante Eduardo Wandenkolk para vice-presidente.

Deodoro dissolve o Congresso

Embora tivesse vencido a eleição, Deodoro não contava com suficiente apoio político para governar com tranquilidade. Sofria oposição da oligarquia cafeeira, que dispunha de diversos representantes no Congresso Nacional.

Não conseguindo conviver politicamente com o Congresso, Deodoro dissolveu-o em 3 de novembro de 1891, mandando prender seus principais líderes. Essa

atitude autoritária representava grave desrespeito à Constituição.

Uma forte oposição política foi organizada contra Deodoro da Fonseca, incentivada pelas oligarquias. Em protesto contra o autoritarismo do governo, os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil; decidiram entrar em greve. Enquanto isso, a Marinha, liderada pelo almirante Custódio José de Melo, ameaçava bombardear o Rio de Janeiro, no episódio conhecido como a **Primeira Revolta Armada**.

- Governo de Floriano Peixoto

Medidas econômicas

Por meio do ministro da Fazenda, Serzedelo Correia, o governo de Floriano procurou estimular a industrialização. Para isso, facilitou a importação de equipamentos industriais e a concessão de financiamentos a empresários da indústria. Essas medidas bastaram para provocar a reação dos fazendeiros tradicionais, aferrados à defesa da “vocação agrícola” do país.

Além disso, Floriano fez importante reforma bancária, pela qual proibia os banqueiros particulares de emitir dinheiro. A emissão de moeda passava a ser responsabilidade exclusiva do governo federal. Essa medida conferia ao governo maior controle sobre o dinheiro em circula o na economia.

Para conquistar a simpatia das camadas urbanas (comerciários, profissionais liberais, funcionários

públicos, o nascente operariado), Floriano tomou medidas de repercussão popular: baixou o preço da carne, dos alugue s residenciais e aprovou uma lei de constru o de casas populares.

Conflitos políticos

O perfil de Floriano, entretanto, não encobria sua face autoritária. Certa vez lhe perguntaram como receberia um grupo de manifestantes de oposi o. Rapidamente respondeu: *Serão recebidos a bala!*

Por suas atitudes enérgicas, Floriano ficou conhecido como **Marechal de Ferro**, o consolidador da república.

XVIII – A REPÚBLICA DO CAFÉ-COM-LEITE (1894 – 1930)

Em 1894 a transferência do poder dos militares para os civis assinalou a passagem da República da Espada para a República Oligárquica. O coronelismo, o voto de cabresto, a política dos governadores e a política de valoriza o do café foram as principais características da domina o político-econômica das oligarquias rurais sobre o país. A partir de 1922 a eclosão do movimento tenentista assinalou o declínio da República Velha.

- Governo de Prudente de Moraes (1894 – 1898)

Prudente de Moraes, um republicano histórico, foi o primeiro presidente civil da república. Com ele, a oligarquia cafeeira chegava efetivamente ao poder. Agora, o objetivo do governo era reorganizar a vida financeira do país, obter a “pacifica o” dos conflitos

Mesmo assim, as rea o es contra seu governo continuaram. No Rio de Janeiro, o almirante Custódio de Melo tornou-se líder de uma **Segunda Revolta da Armada**, que explodiu em setembro de 1893. Com alguns navios ancorados na baia de Guanabara, Custódio de Melo ameaçava bombardear o Rio de Janeiro, caso o presidente não convocasse novas elei o es.

Revolu o Federalista

Ainda em 1893, estourou no Rio Grande do Sul, um violento conflito entre dois partidos políticos:

- **Partido Republicano Rio-grandenses (PRR)** – defendia a forma de governo republicana e o sistema

presidencialista. Era adepto do positivismo e tinha o apoio político-militar de Floriano Peixoto. Mantinha aliança com o chefe do governo gaúcho Júlio de Castilhos. Apelido dos republicanos: **pica-paus**.

- **Partido Federalista** – apoiava a forma de governo republicana, mas defendia o parlamentarismo. Pretendia revogar a Constitui o gaúcha, que naquela época permitia a reelei o indefinida do

presidente do estado (atual governador). Os federalistas eram liderados por Silveira Martins e contavam com muitos partidários ente os tradicionais estancieiros gaúchos. Apelido dos federalistas: **maragatos**.

Os federalistas uniram-se aos rebeldes da Armada, no Rio de Janeiro e ameaçaram atacar o estado de São Paulo.

internos e favorecer os integrantes da classe social que o sustentava no poder: os **cafeicultores**.

Embora Prudente de Moraes tenha lançado as bases para a hegemonia das oligarquias rurais, sua obra somente se consolidaria no governo de Campos Sales, seu sucessor.

Prudente de Moraes conseguiu cumprir todo o seu mandato (1894 – 1898); entretanto, não foram poucos os problemas que enfrentou. Entre eles, destaca-se a **Revolta de Canudos**.

- A política do café-com-leite

Como vimos, as alianças entre os coronéis, os



governos estaduais e o governo federal fortaleceram ainda mais o poder dos grandes fazendeiros. Entre esses fazendeiros, dois se destacaram: o dos **paulistas**, representados pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e o dos **mineiros**, representados pelo Partido Republicano Mineiro (PRM).

O PRP e o PRM uniram-se e combinaram escolher sempre um único candidato a cada eleição para a presidência da República. Numa eleição o candidato seria indicado por São Paulo e teria o apoio de Minas Gerais; na outra seria indicado por Minas Gerais e apoiado por São Paulo.

O combinado deu certo, pois além de serem os estados mais ricos, São Paulo e Minas Gerais possuíam

juntos mais de um terço da população do país. Resultado: dos onze presidentes escolhidos por eleições diretas na república Velha, seis foram paulistas, três mineiros e apenas dois de outros estados.

Como São Paulo era o maior produtor de café e Minas liderava a produção de laticínios, o revezamento desses dois estados na presidência da República ficou conhecido como **política do café-com-leite**.

assegurar para os candidatos das oligarquias estaduais. A esse tipo de voto, que forçava o eleitor a apoiar o candidato do coronel local, chamava-se **voto de cabresto**. Os coronéis, por sua vez, recebiam favores pessoais das oligarquias e consolidavam seu poder também nos municípios.

Segundo o historiador Edgard Carone, o coronel era temido e respeitado, relacionava-se de maneira íntima com seus eleitores, fazia-se padrinho e compadre de todos, realizava visitas de cortesias e era pródigo em favores. Arranjava escola, hospitalizava doentes e conseguia empregar pessoas no setor público. Tirava gente da cadeia, doava terras ou as expropriava daqueles que não se enquadrassem ao seu mando. Geralmente era o festeiro, patrocinando as festas dos santos. Fazia as doações de prendas para as quermesses. Em troca exigia fidelidade.

- A política dos governadores

A política dos governadores foi criada posta em prática no governo de Campos Sales, um rico cafeicultor do interior paulista, que foi presidente da República entre 1898 e 1902.

A **política dos governadores** foi um compromisso político entre o governo federal e as poderosas famílias que governavam os estados. Essas oligarquias estaduais fariam de tudo para ajudar a eleger os deputados e senadores favoráveis ao governo federal; este, por sua vez, retribuía com apoio político e financeiro para que continuassem no poder.

Para ajudar a eleger deputados e senadores favoráveis ao governo, as oligarquias estaduais apoiavam-se nos coronéis que, como vimos, controlavam a maior parte dos eleitores.

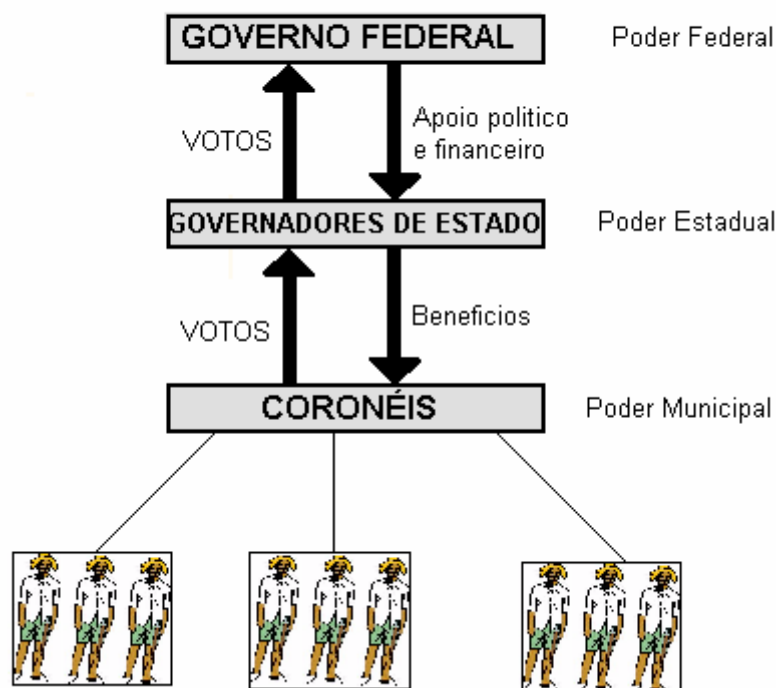
Apesar de toda a corrupção, porém, alguns candidatos da oposição poderiam chegar a vencer as eleições. Prevendo isso, Campos Sales criou a **comissão verificadora**, cuja tarefa era decidir se os candidatos vitoriosos podiam tomar posse

- O coronelismo e o voto de cabresto

Quando o padre Diogo Feijó criou a Guarda Nacional, em 1831, no período regencial, os grandes proprietários rurais que a formavam passaram a usar o título de coronel. Mais tarde, não só aqueles que ocupavam tal posto, mas todos os chefes políticos locais, passaram a ser indistintamente chamados de “coronéis” pelos sertanejos.

O voto havia sido estendido a uma ampla parcela da população e poderia ser um arma importante no processo de transformação da sociedade. Mas a pouca politização das camadas populares, aliada à utilização de toda forma de violência por parte dos coronéis, terminou por transformá-lo em uma mercadoria de barganha. A votação era aberta, ou seja, permitia que os chefes políticos locais formassem os “currais eleitorais”, controlando o voto em função dos interesses das oligarquias estaduais. O coronel tinha um poder proporcional ao número de eleitores que conseguisse

O PODER DAS OLIGARQUIAS AGRÁRIAS



ou não. Se o candidato vitorioso fosse da situação receberia um **diploma** e tomaria posse. Se o candidato vitorioso fosse da oposição seria **degolado**, isto é, o seu nome seria riscado da lista.

- O Convênio de Taubaté

Inconformados com a diminuição de seus lucros, os cafeicultores pressionaram as autoridades para que ajudassem a valorizar o café brasileiro.

Atendendo às exigências dos cafeicultores, os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (os principais produtores de café) reuniram-se na cidade paulista de Taubaté, em 1906, e nesse local assinaram o chamado **Convênio de Taubaté**.

Esse acordo estabelecia que o governo devia comprar dos cafeicultores todo o café que sobrasse após as vendas ao exterior. O café comprado pelo governo devia ser armazenado nos portos brasileiros para ser vendido quando houvesse procura. Além disso, devia pedir dinheiro emprestado aos bancos estrangeiros.

- A greve geral de 1917

Após a morte de um operário em confronto com a polícia, a paralisação grevista atingiu toda a cidade de São Paulo e outras regiões do país. Mais de 50 mil operários participaram da greve. Nas ruas, surgiram muitos conflitos entre a polícia e os trabalhadores. Revoltados com a violência das autoridades, os operários fizeram passeatas, comícios e piquetes e levantaram barricadas para se defender da polícia.

Assustados com o movimento operário, o governo e os industriais resolveram negociar. Prometeram melhores salários e novas condições de trabalho. E assumiram o compromisso de não punir os grevistas caso todos voltassem normalmente ao trabalho.

Todas essas concessões eram provisórias. Não havia sério interesse das classes dominantes em melhorar a condição social dos trabalhadores. O último presidente da República Velha, Washington Luís, dizia que a

questão social era caso de polícia. Para a classe dominante, a revolta social dos trabalhadores devia ser tratada e contida na base da violência policial.

- A Indústria na República do Café

Como vimos antes, durante a República do Café-com-leite, os governantes brasileiros deram total apoio à agricultura. O presidente Campos Sales, por exemplo, costumava dizer: “o Brasil deve produzir o que sabe e comprar o que os outros países sabem fazer melhor”. Com essa frase ele queria dizer que o Brasil devia produzir café e outros **gêneros agrícolas** e importar **industrializados**.

Mas apesar de não ter recebido praticamente nenhum apoio do governo, a indústria brasileira teve um razoável crescimento durante a República Velha.

Veja, na tabela abaixo, os números desse crescimento:

Ano	Número de empresas	Número de operários
1889	636	54.169
1907	3.259	149.018
1920	13.336	275.512

Como se pode ver, entre 1889 e 1920, o número de empresas aumentou mais de vinte vezes, enquanto o número de operários tornava-se mais de cinco vezes maior.

Esse surto de industrialização foi provocado em grande parte pela Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). O motivo é simples: como os países europeus, de onde comprávamos produtos estavam envolvidos no conflito, o Brasil foi forçado a fabricar o que antes importava. Surgiu, então, a **indústria de substituição**, que produzia tecidos, alimentos, móveis e material de construção.

- A política externa

Conflito fronteiriço: a Questão do Acre

O aumento da procura da borracha depois da invenção da vulcanização transformou a economia da Amazônia, como já vimos. Vários brasileiros,

principalmente nordestinos fugidos da seca, iam para a região procurar melhor sorte. Muitos deles se embrenhavam na selva amazônica e chegavam à região fronteiriça do Acre, pertencente à Bolívia.

Muitos desses brasileiros resolviam ficar morando na região, e o governo boliviano não punha obstáculos a isso. Mas por esse período algumas empresas inglesas, alemãs e principalmente americanas formaram uma espécie de associação, chamada Bolivian Syndicate, para explorar a borracha da região. Para isso fizeram um

acordo com a Bolívia, pelo qual, na prática, arrendavam grande parte do Acre.

A empresa instigava o governo boliviano a pressionar o governo brasileiro pela presença dos seringalistas na região. Os brasileiros, sob a liderança de um caudilho gaúcho chamado Plácido de Castro, organizavam um movimento de resistência e entraram em choque com as forças bolivianas, apoiadas pelo Bolivian Syndicate. Depois disso, tropas do exército brasileiro rumaram para a fronteira, gerando um incidente de caráter diplomático entre o Brasil e a Bolívia.

Numa tentativa de chegar a um acordo, o diplomata brasileiro barão do Rio Branco iniciou negociações. Finalmente, em novembro de 1903, chegava-se a uma

solução pelo Tratado de Petrópolis: o Brasil ficava com as atuais fronteiras com a Bolívia.

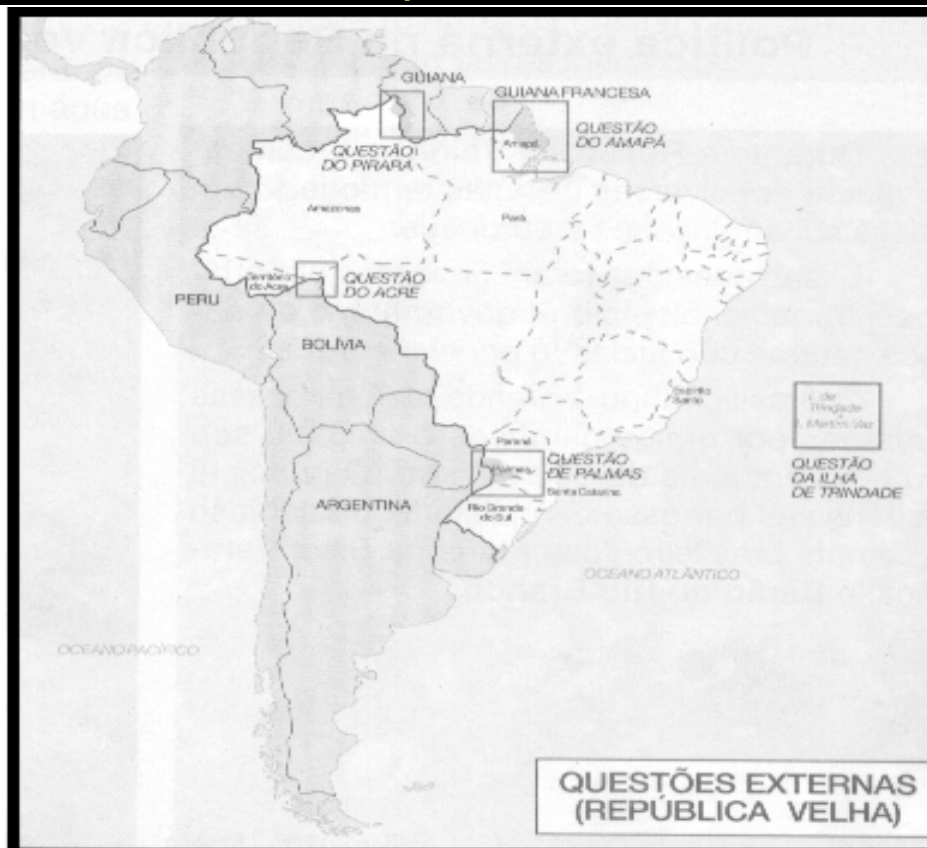
O Brasil pagou 2 milhões de libras esterlinas pelo território adquirido e se comprometeu a construir uma estrada de ferro ligando o rio Madeira ao Mamoré, dando à Bolívia uma saída para o mar via rio Amazonas.

A disputa pela região do Acre não pode ser entendida somente como uma disputa fronteiriça entre Brasil e a Bolívia; ela deve ser entendida como um atrito que envolvia principalmente os interesses das grandes empresas capitalistas ligadas ao comércio e à industrialização da borracha.

Anotações:

NOME DA QUESTÃO (ANO)	PAÍSES ENVOLVIDOS	JUIZ	SOLUÇÃO
Questão da ilha de Trindade (1895)	Brasil x Inglaterra	Carlos I, rei de Portugal	Favorável ao Brasil
Questão de Palmas ou das missões (1895)	Brasil X Argentina	Grover Cleveland, presidente dos EUA	Favorável ao Brasil
Questão do Amapá (1900)	Brasil X França	Walter Housear, presidente da Suíça	Favorável ao Brasil
Questão do Acre (1903)	Brasil X Bolívia	Esta questão foi decidida diretamente através de um tratado firmado entre os países envolvidos	Pelo Tratado de Petrópolis, o Acre passou a fazer parte do Brasil. Para adquiri-lo, o Brasil comprometeu-se a pagar à Bolívia 2 milhões de libras e a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (essa estrada não chegou a ser construída)
Questão do Pirara (1904)	Brasil x Inglaterra	Victor Emanuel III, rei da Itália	O território do Pirara foi dividido pela metade entre os países envolvidos.

COM A RESOLUÇÃO DESSAS QUESTÕES, O BRASIL GANHOU DEFINITIVAMENTE O CONTORNO QUE HOJE POSSUI. VEJA O MAPA.



XIX – REVOLTAS NA REPÚBLICA VELHA

Respostas contra a miséria

O brasileiro não é conformado

Durante muito tempo, a história tradicional ignorou a opressão e a música que vitimava o povo. Quando era impossível ocultar a exploração, criaram mentiras sobre o caráter do brasileiro. Diziam que o povo era conformado com a vida subdesenvolvida. Mas as revoltas político-sociais provam que não somos tão passivos como a história tradicional desejaria.

Revolta de Canudos, Guerra do Contestado, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, entre outras, são respostas contra a situação de miséria e opressão que se vivia na República Velha.

Na República Velha, os dois principais exemplos de messianismo foram os movimentos de **Canudos e do Contestado**.

Revolta de Canudos (1893 – 1897)

No governo de Prudente de Moraes eclodiu um grande movimento de revolta social entre os humildes sertanejos baianos. O líder dos sertanejos era Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como **Antônio Conselheiro**. Esse homem, senhor de fervorosa religiosidade, foi considerado um missionário de Deus pela vasta legião de sertanejos que, desiludidos com as autoridades constituídas, escutavam suas pregações político-religiosas.

Não compreendendo certas mudanças surgidas com a república, Antônio Conselheiro declarava-se, por exemplo, contra o casamento civil e por isso foi identificado como fanático religioso e monarquista.

Reunindo grande número de sertanejos, em 1893, Antônio Conselheiro estabeleceu-se em **Canudos**, um velho arraial no sertão baiano. Em pouco tempo, Canudos transformou-se numa das cidades mais povoadas da Bahia, com aproximadamente 30 mil habitantes.

Canudos tinha leis e governo próprios. Não obedecia às autoridades que governavam o país.

Os fazendeiros baianos e a elite política passaram a temer o crescente poder de Antônio Conselheiro e exigiam que o governo estadual acabasse com o arraial de Canudos e sua experiência comunitária alternativa.

Insuficientes para esmagar Canudos, as tropas do governo estadual baiano receberam reforços do governo federal de Prudente de Moraes. Mesmo assim, várias expedições militares do governo foram derrotadas. Finalmente, um poderoso exército de 5 mil homens foi organizado pelo ministro da Guerra, e, depois de sangrentas batalhas, Canudos foi completamente destruída. Era 5 de outubro de 1897. Mais de 5 mil casas

foram incendiadas pelo exército. A população sertaneja morreu defendendo sua comunidade.

Guerra do Contestado (1912 – 1916)

Além de Canudos, outro grande movimento messiânico ocorreu na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, numa região **contestada** (disputada) pelos dois estados. Nessa região, era muito grande o número de sertanejos sem-terra e famintos que viviam sob a dura exploração dos fazendeiros e de duas empresas norte americanas que ali atuavam: a **Southern Brazil Lumber and Colonization**, de madeira e colonização; e a **Brazil Railway**, ferroviária.

Os sertanejos do **Contestado**, nome pelo qual ficou conhecida a região, começaram a se organizar contra a situação que os oprimia sob a liderança de um “monge” chamado **João Maria**. Após a morte de João Maria, surgiu em seu lugar um outro “monge”, conhecido como **José Maria** (seu nome verdadeiro era Miguel Lucena Boaventura).

José Maria reuniu mais de 20 mil sertanejos que lutavam por um pedaço de terra e uma vida mais justa. Fundou com eles alguns povoados que compunham a chamada “Monarquia Celeste”. Semelhante a Canudos, a “monarquia” do Contestado tinha um governo próprio, normas igualitárias e não obedecia às ordens das autoridades da República Velha.

Como ocorrera em Canudos, os sertanejos do Contestado foram violentamente perseguidos pelos coronéis e pelos donos das empresas estrangeiras, com o apoio das tropas do governo. O objetivo era destruir a organização comunitária dos sertanejos e expulsá-los das terras que ocupavam.

Em novembro de 1912, José Maria foi morto em combate. Seus seguidores, entretanto, criaram novos núcleos da “Monarquia Celeste”, todos combatidos e destruídos pelas tropas do Exército brasileiro.

Os últimos núcleos foram arrasados por tropas de 7 mil homens armados de canhões, metralhadoras e até aviões de bombardeio.

- Revolta da Vacina (1904)

Reação popular nas ruas do Rio de Janeiro

No governo do presidente Rodrigues Alves (1902 – 1906). O Rio de Janeiro, capital da República era uma cidade com graves problemas urbanos e sociais: pobreza, desemprego, lixo amontoado pelas ruas, ratos e mosquitos transmissores de doenças. Milhares de pessoas morriam em consequência de epidemias como as de febre amarela, peste bubônica e varíola.

Era desejo dos primeiros governos republicanos transformar o Rio de Janeiro na “capital do progresso”, uma espécie de cartão postal da República. Coube ao presidente Rodrigues Alves a iniciativa de reformar e

modernizar a cidade. Isso implicou tomar decisões e medidas enérgicas no combate às epidemias.

As obras de modernização do Rio de Janeiro, comandadas pelo prefeito Pereira Passos, incluíam o alargamento das ruas principais, a construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), a ampliação da rede de água e esgoto e a remodelação do porto.

Para combater as epidemias, o governo contou com a ação enérgica do médico sanitário **Oswaldo Cruz**, diretor da Saúde Pública, que convenceu o presidente Rodrigues Alves a decretar a lei da vacinação obrigatória contra a varíola. A população, entretanto, não foi corretamente esclarecida sobre a necessidade da vacina. Diversos setores da sociedade reagiram à vacina obrigatória. Uns diziam ser falta de vergonha obrigar mulheres a se vacinarem, pois pensavam que a vacina só era aplicada nas “partes íntimas” do corpo.

O resultado de tantas pressões foi uma grande revolta popular que explodiu pelas ruas do Rio de Janeiro, no período de 12 a 15 de novembro de 1904.

- Revolta da Chibata – 1910

No final do governo do presidente Nilo Peçanha, em 22 de novembro de 1910, estourou uma revolta envolvendo 2 mil marujos da Marinha brasileira, liderada pelo marinheiro **João Cândido**.

Primeiramente, os revoltosos tomaram o comando do navio encouraçado **Minas Gerais**, matando, na luta, o comandante do navio e mais três oficiais que resistiram.

Depois, outros marujos assumiram o controle dos navios **São Paulo, Bahia e Deodoro**. Para espanto dos oficiais comandantes, os marinheiros mostraram que sabiam manobrar os navios com perícia e habilidade.

Em seguida, apontaram os canhões de bombardeio para a cidade do Rio de Janeiro e enviaram um comunicado ao presidente da República, explicando as razões da revolta e fazendo suas exigências. Queriam mudanças no código de disciplina da marinha, que punia as faltas graves dos marinheiros com 25 chibatadas.

Os marinheiros não suportavam mais as terríveis e humilhantes punições. Tropa reunida, som de tambores, e mais um marinheiro, sem camisa e de mãos amarradas, a levar dezenas de chicotadas nas costas.

Além dos castigos físicos, os marinheiros reclamavam também da má alimentação e dos miseráveis soldos.

Acreditando no governo, os marinheiros entregaram os navios aos novos comandantes. Entretanto, o governo não cumpriu as promessas. Decretou a expulsão de vários marinheiros e a prisão de alguns líderes.

No dia 9 de dezembro, explodiu outra rebelião de marujos. Desta vez, porém, o governo se preparara para reagir. Dezenas de marinheiros foram mortos, centenas foram presos e mandados para a Amazônia, mais de mil foram expulsos da Marinha.

João Cândido foi preso e jogado numa masmorra da ilha das Cobras. Foi julgado e absolvido em 1912, passando para a história como o **Almirante Negro**, que acabou com a chibatada na Marinha do Brasil.

XX – EVOLUÇÃO POLÍTICA NA REPÚBLICA VELHA

1 – O governo de Prudente de Morais (1894 – 1898)

A conduta de seu governo foi cautelosa e comedida, prosseguindo com a política de Floriano de pacificação e unificação. Aceitou, em várias ocasiões, a colocação de homens de confiança do marechal Floriano em cargos importantes. Entretanto, habilmente, imprimiu uma direção precisa a essa unificação: os interesses oligárquicos mais especificamente, os da oligarquia cafeeira paulista.

Prudente de Morais, primeiro presidente civil brasileiro, fez um governo cauteloso.

2 – O governo de Campos Sales (1898 – 1902)

Campos Sales demonstrara radical discordância com os ministros da Fazenda dos governos da República da Espada. Afirmava que as tentativas de industrialização e nacionalização de nosso recursos eram responsáveis pelo caos econômico e pelos conflitos sociais existentes. É sua a declaração: “É tempo de tomarmos o caminho certo. E nos esforçarmos para importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições do que nós”.

A intenção de Campos Sales era manter o Brasil especializado na exportação de produtos agrícolas e riquezas minerais: algodão, açúcar, erva-mate, borracha, cacau, minério e principalmente café, importando máquinas, ferramentas e bens industrializados de todos os tipos.

Com essa meta econômica, amplamente apoiado pelas potências industrializadas, Campos Sales e seu ministro da fazenda, Joaquim Murinho, suspenderam o auxílio à indústria. Novamente nossas portas foram abertas à livre entrada dos manufaturados estrangeiros. Vingava a velha e enganadora tese do “Brasil essencialmente agrícola” tão ao gosto das potências capitalistas da época.

Quando Campos Sales assumiu a presidência, a situação financeira do país era crítica: a inflação avançava galopante e o preço do café caía bruscamente nos mercados internacionais. A economia brasileira encontrava-se à beira da falência, impossibilitando a amortização da enorme dívida externa .

3 – O governo de Rodrigues Alves (1902 – 1906)

Rodrigues Alves teve a sorte governar o Brasil na época do surto da borracha, o que, junto com empréstimos externos, lhe propiciou dinheiro para investir no setor público. Ambicionando transformar o Rio de Janeiro na sala de visitas do Brasil, o prefeito Pereira Passos, apoiado nas metas presidenciais para realizar seus projetos. Efetuava desapropriações

desordenadas, derrubando logo as casas para alargamento de ruas e construção de praças. A cidade rapidamente se tornou um mar de entulhos e de desabrigados. A indignação popular foi violenta, e rapidamente o prefeito passou a ser conhecido pelo apelido de “Bota Abaixo”.

4 – O governo de Afonso Pena (1906 – 1909)

Na administração de Afonso Pena, o governo federal implantou o Plano Nacional de Valorização do Café, passando a comprar toda a safra do produto para armazená-la e vendê-la no final da crise, a preços mais altos. Pena aumentou nossa dependência em relação à Inglaterra, realizando um empréstimo de 15 milhões de libras. A burguesia cafeeira usava e abusava do seu controle sobre o aparelho estatal.

Em 1907 o Brasil participou da Segunda Conferência de paz de Haia, na Holanda, tendo sido representado por Rui Barbosa. Grande orador, defendeu os interesses das nações exploradas, e sua intervenção na conferência lhe valeu o título de Águia de Haia.

5 – O governo de Nilo Peçanha (1909 – 1910)

Na sua gestão, criou o **Serviço de Proteção ao Índio**, presidido pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Devido à sua duração (um ano e meio), o governo de Nilo Peçanha foi marcado pela agitação em torno da luta sucessória. Nessa disputa, romperam-se as relações entre São Paulo e Minas Gerais. Uma parcela da oligarquia paulista lançou como candidato Rui Barbosa, de comum acordo com a Bahia. Minas Gerais, em aliança com o Rio Grande do Sul, apoiava o marechal Hermes da Fonseca.

Rui Barbosa pregava a necessidade de reformas políticas e moralização nas eleições, e prometia o antimilitarismo nas eleições, e prometia o antimilitarismo. Sua campanha passou a ser conhecida por **Campanha Civilista**, gozando de grande popularidade nos principais centros urbanos. O marechal Hermes da Fonseca, por sua vez, tinha grande apoio dos setores mais conservadores das oligarquias, contrárias às idéias reformistas de Rui Barbosa.

6 – O governo de Hermes da Fonseca (1910 – 1914)

Com a eleição do marechal Hermes da Fonseca, o posto máximo da nação voltava a ser ocupado por um militar, em meio à divisão entre as oligarquias: São Paulo, de um lado, e Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de outro.

O presidente envolveu-se numa aliança entre militares e jovens políticos vinculados à sua família que, juntamente com oligarquias locais menores, procuraram

alterar a influência política das oligarquias mais tradicionais.

Senador pelo Rio Grande do Sul, **Pinheiro Machado** era o político mais influente da época, estendendo seu controle inclusive sobre oligarquias do Norte e do nordeste. Em 1910, no auge de sua carreira política, criou o **Partido Republicano Conservador (PRC)**. Para diminuir a influência de Pinheiro Machado e do PRC, o presidente instituiu uma prática que ficou conhecida como **política salvacionista**. Sob a justificativa de eliminar a corrupção e salvar a pureza das instituições republicanas, faziam-se, em alguns estados, intervenções de tropas federais para substituir uma oligarquia por outra. Mantinha-se assim, a desigualdade, mudando apenas os beneficiados. A “política salvacionista” gerou inúmeras revoltas, das quais a mais violenta ocorreu no Ceará, envolvendo o **padre Cícero**.

7 – O governo de Venceslau Brás (1914 – 1918)

Eleito, Venceslau Brás governou em meio aos efeitos da Primeira Guerra Mundial. A guerra desenrolada na Europa gerou um período de prosperidade e enriquecimento nos países da América Latina, pois as nações em conflito compravam tudo que pudessem vender, já que suas indústrias dedicavam-se prioritariamente à produção de material bélico. Assim, o Brasil, sem ter de onde importar manufaturados, passou a fabricá-los aqui. Pequenas oficinas, já existentes, transformaram-se em fábricas, fazendo nascer um operariado e uma burguesia industrial em função das condições criadas pela guerra, o que levou o governo a interferir mais diretamente na esfera industrial.

A preparação do Brasil na Primeira Guerra Mundial verificou-se através do fornecimento de alimentos e matérias-primas aos países da Tríplice Aliança (Inglaterra, França, e Rússia), além de Ter colaborado no policiamento do oceano Atlântico.

No governo de Venceslau prosseguiu denominada **Guerra Santa do Contestado**.

8 – O governo de Delfim Moreira (1918 – 1919) e Epitácio Pessoa (1919 – 1922)

- Após a Primeira Guerra, a economia brasileira passou da dependência em relação à Inglaterra para a sujeição norte americana.
- Em 1921, diante da ascensão do movimento operário Epitácio Pessoa Promulgou a Lei de Repressão ao Anarquismo;
- Revolta dos dezotoito do Forte de Copacabana (1922), que deu início ao movimento “tenentista”.
- Comemoração do Centenário da Independência do Brasil (1922), com uma grande exposição internacional.

- Nomeação de dois civis para os ministérios militares - Pandiá Calógeras, que reorganizou o Exército e **Raul Soares** (Marinha), o que desagradou os militares;
- Criação da Inspetoria Geral de Obras contra as Secas;
- Revogação do banimento da Família Real (1920);
- Semana de Arte Moderna (1922), movimento de artistas e intelectuais brasileiros iniciado em São Paulo, que procurava criar uma cultura verdadeiramente brasileira, isto é, uma cultura livre da influência estrangeira;
- A Revolta dos Dezoito do Forte.

No dia 05 de julho de 1922 o Forte de Copacabana revoltou-se e, logo depois, algumas guarnições militares do Rio de Janeiro e Mato Grosso. O movimento rebelde foi prontamente sufocado pelo governo, que decretou Estado de Sítio, aprovado pelo Congresso.

Dos dezoito, sobreviveram ao tiroteio apenas dois Tenentes: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Nota: A crise republicana teve início em 1922 e terminou com a revolução de 1930.

Tem como causas principais:

- A contratação de empréstimos externos;
- A desvalorização da moeda;
- A emissão (fabricação) de dinheiro sem lastro-ouro

O país era levado a crises e desequilíbrios constantes, possibilitando diversas revoltas como a de 1922 (18 do Forte), a de 1924 em São Paulo e a própria Revolução de 1930.

9 – O governo de Artur Bernardes (1922 – 1926)

Os quatro anos de governo do ex governador do estado de Minas Gerais foram de permanente estado de sítio, sem garantia de liberdade individuais, acompanhado pelos movimentos revolucionários de 1922, no Rio de Janeiro, 1923, no Rio Grande do Sul, e 1924, em São Paulo.

Vingança dos adversários.

Reações da oposição.

Aliança Libertadora. Crise no Rio Grande do Sul.

Artur Bernardes procurou vingar-se dos ataques sofridos durante sua campanha presidencial. Tentou desmontar as máquinas administrativas dos governos estaduais adversários, através de leis repressivas,

calando a imprensa e restringindo as garantias individuais dos cidadãos. Isso acirrou ainda mais as conspirações civis e militares, que continuaram se espalhando pelo país. Nesse período intensificou-se o tenentismo, como uma reação contra as oligarquias. As oposições aglutinaram-se na **Aliança Libertadora**, unido-se para fustigar o governo.

10 – O governo de Washington Luís (1926 – 1930)

Sob o lema “Governar é abrir estradas, implementou a construção das rodovias Rio – São Paulo e Rio – Petrópolis. Objetivando dar continuidade à política de combate à inflação de seu antecessor, Washington Luís procurou realizar uma reforma financeira que estabilizasse a moeda nacional. Para isso criou a **Caixa de Estabilização**, com a missão de emitir papel moeda, lastrada no ouro que o país possuísse, ou que fosse depositado no estrangeiro em nome do Brasil. No entanto, a crise econômica mundial, reduzindo as reservas auríferas e os empréstimos de países estrangeiros, inviabilizou a Caixa de Estabilização, levando-a à extinção.

Com relação ao crescente movimento operário, Washington Luís declarava, inadvertidamente: “A questão operária é uma questão de polícia”.

XXI – MOVIMENTO TENENTISTA

O tenentismo, um movimento político-militar que, pela luta armada, pretendia conquistar o poder e fazer reforma na sociedade. Os tenentes pregavam a moralização da administração pública e o fim da corrupção eleitoral. Queriam o fim do voto de cabresto e a criação de uma justiça eleitoral autônoma e honesta. Defendiam um nacionalismo econômico e uma reforma na educação pública para que o ensino se universalizasse para todos os brasileiros.

Revolta do Forte de Copacabana (1922)

A primeira revolta tenentista eclodiu no 5 de julho de 1922. Foi a **Revolta do Forte de Copacabana**, liderada por 18 tenentes que, reunindo uma tropa de aproximadamente 300 homens, decidiram agir contra o governo e impedir a posse do presidente Artur Bernardes.

Essa revolta provocou a imediata reação das tropas fiéis às oligarquias. Era impossível aos militares revoltosos, ante a brutal superioridade das forças governamentais, tornar o seu movimento vitorioso. Mesmo, numa atitude heróica, saíram para as ruas, lançando-se num combate corpo a corpo com as tropas do governo. Dessa luta, somente dois tenentes escaparam com vida: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Por Ter sido liderada por 18 tenentes, essa primeira revolta tenentista ficou conhecida como **Os 18 do Forte**.

Revolta de 1924

Fracassada a Revolta do Forte de Copacabana. Artur Bernardes tomou posse da presidência da república. Teve, porém, de enfrentar, dois anos depois, uma nova revolta tenentista contra as poderosas oligarquias (**Revolução de 1924**).

A revolta, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, pelo tenente Juarez Távora e por políticos, como Nilo Peçanha, eclodiu em São Paulo, também no dia 5 de julho.

Com uma tropa de aproximadamente 1000 homens, os revolucionários rapidamente ocuparam os lugares mais estratégicos da cidade de São Paulo. Durante a ocupação, diversas batalhas foram travadas entre os rebeldes e as tropas governamentais.

O governo paulista fugiu da capital, indo para uma localidade próxima, de onde pôde organizar melhor a reação contra os rebeldes. Recebendo reforços militares do Rio de Janeiro, preparou uma violenta ofensiva. O general Isidoro Dias Lopes, percebendo que não tinha mais condições de resistir, decidiu abandonar a cidade de São Paulo. Com uma numerosa e bem armada tropa, formou a **Coluna Paulista**, que tinha como objetivo continuar a luta contra o governo, levando a revolução para outros estados do Brasil.

Coluna Prestes

A Coluna Prestes seguiu em direção ao sul do país, onde se encontrou com uma outra coluna militar, liderada por um jovem capitão do exército. **Luís Carlos Prestes**, que ficou conhecido como **O Cavaleiro da Esperança**.

As duas forças revolucionárias uniram-se, tornando-se conhecidas, a partir de então, como **Coluna Prestes**. Essa Coluna percorreu mais de 20 mil quilômetros através de estados brasileiro, procurando despertar na população a revolta contra o poder das oligarquias.

O governo perseguiu sem descanso as tropas da Coluna Prestes que, por meio de brilhantes manobras militares, conseguiu escapar às perseguições, permanecendo por dois anos no país. Em 1926, ao final do mandato de Artur Bernardes, a Coluna ingressou em território boliviano, onde finalmente, se desfez. Luís Carlos Prestes, posteriormente, voltou ao país, tornando-se um dos principais líderes do Partido Comunista (fundado em 1922).

A Revolta do Forte de Copacabana, a Revolução de 1924 e a Coluna Prestes não produziram efeitos imediatos na estrutura política brasileira. Contudo, conseguiram manter a chama da revolta contra o jugo das oligarquias.

XXII – A ERA VARGAS (1930 – 1945)

- A crise de 1929

Em 1929, o mundo foi abalado pela crise do capitalismo. A principal causa da crise foi a superprodução da indústria norte-americana, que cresceu mais do que as necessidades de seu mercado interno e mais que o poder de compra do mercado internacional.

Sem poder vender, os Estados Unidos também deixaram de comprar. Isso afetou gravemente a economia dos países que dependiam de exportações para os norte-americanos. Foi o caso do Brasil, que deixou de vender milhões de sacas de café. Em consequência, o preço do café despencou.

Em 1929, a produção de café atingiu 21 milhões de sacas, das quais foram exportadas somente 14 milhões. Numa tentativa desesperada de segurar os preços, milhares de sacas foram queimadas, em vão. Foi impossível conter a crise na cafeicultura, que provocou um desastre econômico, abalando as estruturas da República Velha.

O enfraquecimento econômico da oligarquia cafeeira contribuiu para desestruturar a organização do poder da República Velha.

OS PRESIDENTES DA REPÚBLICA VELHA

<p>Prudente de Moraes (1894-1898) — fazendeiro e político paulista ligado ao Partido Republicano Paulista, o PRP.</p> 	<p>Campos Sales (1898-1902) — fazendeiro e político paulista, foi um dos fundadores do PRP.</p> 
<p>Rodrigues Alves (1902-1906) — fazendeiro e político paulista. Foi eleito pelo PRP.</p> 	<p>Afonso Pena (1906-1909) — político mineiro apoiado pelos fazendeiros.</p> 
<p>Nilo Peçanha (1909-1910) — fazendeiro e político fluminense.</p> 	<p>Hermes da Fonseca (1910-1914) — militar e político gaúcho apoiado pelos fazendeiros do Sul e do Nordeste.</p> 
<p>Venceslau Brás (1914-1918) — político mineiro, ligado ao Partido Republicano Mineiro, o PRM.</p> 	<p>Delfim Moreira (1918-1919) — político mineiro do PRM assumiu o governo em substituição a Rodrigues Alves.</p> 
<p>Epitácio Pessoa (1919-1922) — político paraibano, fez carreira no Nordeste.</p> 	<p>Artur Bernardes (1922-1926) — político mineiro, foi também um dos fundadores do PR.</p> 
<p>Washington Luís (1926-1930) — fluminense, fez carreira em São Paulo, onde liderou o PR.</p> 	

1 – A Revolução de 1930



Vargas na sacada do Palácio do Catete

A maioria da população estava descontente com o governo. Os salários eram baixos e as condições de trabalho, péssimas; trabalhava-se de dez a doze horas por dia. Os trabalhadores fizeram muitas greves e o governo reprimiu com a polícia. Muitos foram presos e expulsos do Brasil. Outros morreram na cadeia ou lutando por melhores condições de vida e trabalho.

A classe média e os industriais também estavam descontentes, já que o governo só dava atenção à produção agrícola, especialmente ao café, pouco ou nada estimulando o desenvolvimento industrial.

Muitos militares não escondiam sua insatisfação. Principalmente aqueles que tinham vindo de famílias de classe média baixa. Esses militares de modo especial os tenentes, estavam cansados de sustentar o governo que só ajudava os grandes fazendeiros e prejudicava a classe média, os pobres, os trabalhadores, enfim os grupos sociais dos quais esses próprios militares faziam parte. Por isso, os tenentes e outros militares se revoltaram e lutaram diversas vezes contra o governo, como vimos no capítulo anterior.

Até mesmo os grandes fazendeiros de outros Estados, fora de São Paulo e Minas, estavam descontentes. Eles também queriam tirar proveito do governo. Estavam cansados de só São Paulo e Minas mandarem no Brasil.

E, ao se aproximarem as eleições de 1930, até o presidente de Minas Gerais e os fazendeiros mineiros deixaram de apoiar o governo federal. Por que isso ocorreu? Isso ocorreu porque Washington Luís tinha sido indicado por São Paulo na eleição anterior para presidência da república e, de acordo com a política do café-com-leite, agora seria a vez de Minas Gerais indicar o candidato. Washington Luís, porém bateu o pé e insistiu: “O candidato vai ser Júlio Prestes, presidente do Estado de São Paulo” Os mineiros não gostaram. Assim em 1930, nas eleições presidenciais para a sucessão de Washington Luís, apoiaram a organização

da Aliança Liberal, que lançou uma chapa de oposição. Nessa chapa, o cargo de presidente da República era ocupado por Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul e o de vice-presidente, por João Pessoa, presidente do Estado da Paraíba.

Getúlio Vargas e João Pessoa queriam chegar ao governo na base do voto, das eleições. Mas você já sabe bem como eram as eleições na época; fraudulentas. E aconteceu o que estava previsto: Júlio Prestes venceu. Os opositoristas não se conformaram. Alguns queriam partir para a revolução armada. Outros não. Mas um fato levou todos a se unirem e pegarem em armas contra o governo: João Pessoa foi assassinado. Estourou a revolução. Em 24 de outubro de 1930 Washington Luís foi deposto pelos militares. Em 3 de novembro de 1930 Getúlio Vargas assumiu a presidência como chefe vitorioso da revolução que acabou com a República Velha (1889 – 1930). O povo foi às ruas. Parecia uma festa. A esperança em dias melhores renasceu.

2 – O governo provisório (1930 – 1934)

Getúlio Vargas assumiu a presidência em caráter provisório, até que fossem convocadas as eleições para a escolha dos novos governantes. Nesse período, Getúlio deteve todo o poder em suas mãos, fechando o Congresso e nomeando interventores para os Estados.

O novo governo começou atendendo às principais reivindicações dos trabalhadores: criou o salário mínimo, estabeleceu a jornada de oito horas de trabalho, estabeleceu o repouso semanal remunerado e obrigatório, as férias pagas, a indenização pelo tempo de serviço quando o trabalhador fosse demitido etc. As mulheres conseguiram o direito de votar. Mas, por outro lado, o governo também começou a exercer um controle muito grande sobre os trabalhadores, os sindicatos deveriam obedecer às regras determinadas pelo governo. Os trabalhadores continuavam, portanto, sem liberdade para se manifestar, para reclamar seus direitos. Em resumo, a situação do povo não melhorou muito, apesar da propaganda do governo que apresentava Getúlio como “pai dos pobres e dos trabalhadores”.

Os paulistas, de modo especial os fazendeiros do café, não se conformavam com derrota sofrida na Revolução de 1930 e queriam reconquistar o controle do governo. Não aceitavam o interventor que Getúlio tinha

nomeado para São Paulo, o tenente pernambucano João Alberto. Os paulistas queriam um interventor civil e paulista.

As manifestações de rua foram crescendo. Os manifestantes em sua maioria estudantes universitários, comerciários e profissionais liberais, para conseguir mais apoio para seu movimento, apresentavam como principal causa da revolta o fato de Getúlio Vargas não querer convocar eleições e dar uma nova Constituição ao Brasil. Isto é, o governo provisório estava se estendendo por muito tempo, com o presidente mandando e desmandando sem ter de prestar contas a ninguém.

Em maio de 1932 tornaram-se mais intensas as manifestações paulistas contra o governo provisório. Os oradores que falavam exaltados nos comícios criticavam violentamente os tenentes e os interventores nomeados pelo governo federal. Na noite do dia 23 de maio os conflitos de rua foram violentos. Primeiro os manifestantes contrários a Getúlio assaltaram uma casa de armas. Em seguida, atacaram as redações dos jornais tenentistas e a Legião Revolucionária, que era o clube político dos tenentes. As forças do governo federal reagiram e quatro estudantes foram mortos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. As iniciais de seus nomes – MMDC – tornaram-se o símbolo da Revolução Constitucionalista paulista, que estourou a 9 de julho de 1932.

Os revolucionários paulistas esperavam que os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul aderissem ao movimento. Mas isso não ocorreu. Somente a região sul do Mato Grosso, sob o comando do general Bertolo Klinger, acompanhou São Paulo.

Como o Estado de São Paulo não estava preparado para uma ação militar tão grande, todo seu parque industrial precisou se adaptar para fornecer material para a luta.

Apesar do grande esforço de residência e da cooperação do povo de São Paulo, a superioridade das forças federais era evidente. Assim, os paulistas renderam-se em 28 de setembro de 1932.

Dentre as várias causas que contribuíram para que São Paulo perdesse a luta, podemos apontar as seguintes:

- São Paulo ficou isolado, lutando sozinho contra todos os outros Estados, que apoiaram Getúlio Vargas.
- São Paulo, por isso mesmo, foi obrigado a lutar em três frentes ao mesmo tempo: Minas Gerais, Paraná e Vale do Paraíba, na divisa com o Rio de Janeiro.
- Os próprios paulistas que participavam da Revolução não se entendiam; militares e políticos de São Paulo nunca chegavam a um acordo.
- Os trabalhadores não estavam muito animados a lutar contra Getúlio Vargas, que tinha tomado várias medidas que os beneficiavam.
- O governo federal agiu rapidamente, reunindo as forças que tinha e fazendo-as marchar contra São Paulo.

3 – O governo constitucional (1934 – 1937)

Embora derrotados, os constitucionalistas de 1932 conseguiram em parte os seus objetivos, pois Getúlio Vargas apressou-se em convocar as eleições para a Assembléia Constituinte. Essas eleições aconteceram em maio de 1933. Foram as primeiras realizadas depois da Revolução de 1930 e apresentavam algumas novidades em relação às da República Velha. As possibilidades de fraude diminuíram, mas continuaram a existir.

As principais características dessas eleições foram:

- voto secreto e obrigatório;
- todos os brasileiros alfabetizados que tivessem mais que 18 anos puderam votar, inclusive as mulheres, que votaram pela primeira vez;
- a organização e a fiscalização das eleições foram pela Justiça Eleitoral que não existia durante a República velha, quando as votações eram organizadas pelo governo que, por isso mesmo, sempre saía vencedor;
- duzentos e cinquenta representantes foram eleitos pelo voto popular e cinquenta foram escolhidos pelas associações de trabalhadores, por meio de eleição entre os seus filiados.

A Assembléia Nacional Constituinte foi instalada no dia 15 de novembro de 1933. A nova Constituição, a Segunda do período republicano, foi promulgada no dia 16 de julho de 1934. Foi mantida a eleição direta para presidente da República, com exceção de Getúlio Vargas que foi eleito pela Assembléia Constituinte para exercer o mandato até o dia 3 de maio de 1938.

Na constituinte que elaborou a Constituição de 1934 eram numerosos os representantes da classe média e dos trabalhadores brasileiros. Por isso mesmo fizeram uma Constituição mais voltada para os interesses do povo. Pela primeira vez colocou-se um capítulo sobre a educação e a cultura, instituindo, entre outras coisas, o ensino primário gratuito e obrigatório. A Constituição previa que, com o tempo, o ensino secundário e o superior também deveriam ser gratuitos para todos, o que nunca aconteceu. Outro aspecto dos interesses dos trabalhadores, como podemos ver no quadro que segue abaixo.

A Constituição de 1934 foi a Segunda Constituição republicana. Uma Constituição bem mais preocupada com os problemas sociais, educação, trabalho etc. do que as anteriores (a de 1824 e a de 1891). Era uma época de intensos debates, de muitas manifestações. Todos militares, políticos, estudantes, trabalhadores, queriam influir nos novos rumos que o Brasil haveria de seguir.

A revolução de 1930 havia trazido a possibilidade de mudanças na vida de grande parte da população brasileira, sempre marginalizada. Havia a expectativa de melhoria salarial, melhor assistência médica e educação, enfim, mais justiça social e oportunidade de uma vida melhor para todos.

Por outro lado, havia fortes resistências às mudanças que a população esperava. Essas resistências vinham dos que se beneficiavam da situação que existia no Brasil: os latifundiários, os industriais e os grandes comerciantes.

Entre as correntes políticas existentes nessa época havia algumas que defendiam mudanças mais profundas e imediatas no Brasil. Destacavam-se, entre elas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922. Proibido de funcionar livremente, esse partido passou a agir na ilegalidade. Apesar disso, o PCB tinha então cerca de 10.000 filiados e simpatizantes, que eram chamados de “vermelhos” devido à cor da bandeira comunista.

4 – O Estado Novo (1937 – 1945)

Corria o segundo semestre de 1937. As eleições estavam de novo na ordem do dia. Deveriam ocorrer no dia 3 de janeiro de 1938, já que Getúlio deveria passar o governo ao novo presidente no dia 3 de maio do mesmo ano. Dois candidatos já estavam como campanha nas ruas. Do lado do governo, José Américo de Almeida, da Paraíba. Pela oposição, Aramando de Salles Oliveira, ex-governador de São Paulo.

Mas Getúlio Vargas tinha outros planos. Não lhe agradava muito a idéia de deixar o poder. Porém, como continuar no governo? A maneira encontrada foi forjar um plano, como se ele tivesse feito pelos comunistas, segundo o qual haveria greve, líderes políticos seriam assassinados, igrejas incendiadas. Seu autor foi o capitão Olímpio Mourão Filho e recebeu o nome de *Plano Cohen*, tendo sido entregue ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra.

Getúlio Vargas não teve dúvida. Com o plano nas mãos, convenceu as Forças Armadas de que só um governo forte, uma ditadura, poderia enfrentar a ameaça dos comunistas. Assim, as Forças Armadas apoiaram o golpe de Getúlio, preparado para o dia 10 de novembro de 1937, e que instalou o chamado *Estado Novo*.

Nesse dia, os brasileiros acordaram como em qualquer outro dia, mas o país já não era o mesmo: Getúlio continuaria no poder, agora com força total. Nada de eleições, nada de democracia. A nova Constituição, que já estava pronta; foi dada ao país no mesmo dia, concedendo grandes poderes ao ditador. Entre os quais os seguintes:

- poder de fechar o Congresso Nacional;
- poder de acabar com os partidos políticos;
- poder de acabar com a liberdade de imprensa, por meio da censura que era aprovado pelos censores do governo;
- poder de nomear interventores nos Estados;
- poder de governar até que fosse realizada uma consulta popular, um plebiscito para ver se os brasileiros aprovavam ou não o Estado Novo (isso nunca chegou a ser feito).

Portanto, todos os poderes estavam nas mãos do presidente, que era agora um verdadeiro ditador. Para fazer a propaganda de Getúlio Vargas e do Estado Novo, foi organizado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Grandes festas cívicas eram organizadas em homenagem a Vargas, de modo especial no Dia do Trabalho (1º de maio), no aniversário do Estado Novo (10 de novembro) e no aniversário do próprio Getúlio. O rádio foi muito utilizado por ele para falar aos “trabalhadores do Brasil”.

A economia também passou a estar diretamente subordinada ao presidente da República, que governava com o auxílio dos conselhos técnicos, cujos membros era nomeados da seguinte forma: uma metade pelo governo e a outra pela associação dos trabalhadores das diversas profissões. Dessa forma foram organizados, entre outros, o Conselho Nacional do Trabalho, o

Conselho Nacional de Serviço Público, o Conselho Nacional de Comércio Exterior etc.

O governo do Estado Novo deu muita importância à indústria nacional. Para ajudar a desenvolver a indústria, planejou a Hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, para o fornecimento de energia; fundou a Companhia do Vale do Rio Doce, para extrair e exportar ferro; criou o Conselho Nacional de Petróleo. Mas a obra mais importante foi a fundação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, em 1943. Sua importância foi muito grande, pois passou a fornecer aço à indústria nacional. Com isso, toda a indústria se desenvolveu.

Quem financiou a construção de Volta Redonda foram os Estados Unidos. Em troca desse financiamento, Getúlio Vargas entrou na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) ao lado dos aliados (Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos) contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A força Expedicionária Brasileira (FEB) levou 25.000 soldados; os “pracinhas” a combater na Itália. Lá morreram cerca de 2.000, sendo enterrados no cemitério de Pistóia. A volta dos pracinhas, com o fim da guerra, foi uma verdadeira festa. A guerra estava ganha. As ditaduras do Eixo tinham sido vencidas. Restava agora acabar com a ditadura brasileira do Estado Novo. Foi o que se fez.

5 – O fim da ditadura do Estado Novo

Sempre houve oposição à ditadura. Mas o controle do governo sobre a sociedade era muito forte, perseguindo e prendendo quem era contra. Com toda a repressão existente, a oposição quase não podia se manifestar. Uma das primeiras manifestações claras a favor da redemocratização do país foi o chamado Manifesto dos Mineiros, lançado em 1943 por políticos de Minas, do qual surgiu a União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição a Getúlio.

Já em 1945, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Escritores defendeu a posição de que a cultura só poderia existir num clima de liberdade, sendo portanto necessário o fim da ditadura.

No mesmo ano, José Américo de Almeida (homem de confiança de Getúlio que, em 1937, fora candidato a presidente) deu uma entrevista contra o Estado Novo que teve muita repercussão.

A população, principalmente os estudantes e os trabalhadores, sempre que podiam se manifestavam a favor da redemocratização. Foi o que aconteceu com a volta dos pracinhas brasileiros que lutaram na Itália. Na festa da vitória muitas faixas apareceram nas manifestações, pedindo democracia, Constituinte e anistia para os presos políticos.

Diante das pressões, Getúlio Vargas convocou eleições para dezembro de 1945. Além disso concedeu anistia aos presos políticos e deu liberdade para a organização dos partidos que pretendessem participar das eleições. Mas, ao mesmo tempo, estimulou seus partidários a realizarem manifestações públicas favoráveis a sua continuação no poder. Nessas manifestações a palavra de ordem era “Queremos

Getúlio”. Por isso o movimento foi chamado de *Queremismo*.

POPULISMO

Entende-se por populismo a ação; muitas vezes demagógica do governo de se aproximar das camadas populares e da burguesia nacional urbana. Favorece-se a burguesia e usa-se o povo como massa de manobra.

Vargas conseguiu as duas coisas. Não permitiu a presença, no Brasil, de empresas estrangeiras e atraiu o povo com a isca do salário mínimo e da CLT (1943).

É uma contradição, pois dificilmente um autoritário cai nas graças do povo como Vargas.

CONSTITUIÇÃO DE 1934

Art. 121 – A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições de trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país.

§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

b) salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador;

c) trabalho diário não excedente de oito horas (...);

d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 anos; e em indústria insalubres a menores de 18 anos e a mulheres;

e) repouso semanal, de preferencia aos domingos;

f) férias anuais remuneradas;

g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa;

h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurado a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego (...);

i) regulamentação do exercício de todas as profissões.

XXIII – O GOVERNO DO GENERAL DUTRA (1946 – 1951)



General Eurico Gaspar Dutra

LEITURA COMPLEMENTAR

AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO NOVO

A INTENTONA INTEGRALISTA

Menos de um mês após a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas desferiu um rude golpe a seus aliados de véspera, os integralistas.

Getúlio ordenou o fechamento da AIB (Ação Integralista Brasileira).

Inconformados os integralistas organizaram uma conspiração armada. Na madrugada de 11 de maio de 1938, forças integralistas atacaram o palácio da Guanabara, residência de Vargas. Os integralistas não conseguiram vencer a resistência empreendida pela guarda palaciana.

Muitos integralistas foram fuzilados nas imediações do palácio e seu líder Plínio Salgado foi banido do país sendo-lhe permitido exilar-se em Portugal.

1 - Constituição de 1946

Fruto de um período democratizante, a Quinta Constituição do Brasil, refletia os anseios **liberais-democráticos** da sociedade. A Constituição consagrou a forma federativa, autonomia dos poderes e direitos políticos e sociais.

- Congresso
- Sistema presidencialista (5 anos) e federativo
- Liberdade de organização partidária;
- Liberdade de manifestações de massa (reprimidas com violência);
- Direito de greve (dependendo do parecer da Justiça do Trabalho);
- Livre negociação sindical (mesmo os sindicatos estando subordinados ao Estado);

- Liberdade de imprensa.

É evidente que ela não corrigia profundas distorções sócio-econômica que criavam privilegiadas e desfavorecidos, o direito a educação, por exemplo, não garantia o acesso à escola, para a população pobre.

2- Político Econômico do Liberalismo Econômico

A partir da constituição de 1946, a política econômica de Dutra, orienta o país para novos caminhos. Baseando-se na não intervenção do estado na economia, congelamento de salários e total liberdade ao capital estrangeiro, estas medidas visavam conter o avanço inflacionário oriundo do Estado Novo. Esta política foi um fracasso.

Dutra abriu as portas para a importação de bens de consumo, foram importados produtos de luxo e supérfluos. A impressão é que Dutra pretendia torrar todas as divisas acumuladas por Vargas durante a 2ª Grande Guerra – 700 milhões de dólares, e ele conseguiu, até 1948, 708 milhões foram gastos.

3- Plano Salte (saúde – Alimentação – Transporte e Energia)

Segundo o plano, pavimentou-se a primeira estrada (Rio – São Paulo), construiu-se a hidrelétrica Paulo Afonso no Rio São Francisco e criou-se a merenda escolar.

O plano acabou fracassando devido a falta de recursos.

- O MUT E O PCB

- Propositadamente o governo confundia movimentos sindicais e greves com comunismo e anarquia. Esta confusão se renovou a partir de 1964.
- Em 1946 Dutra proibiu a existência do MUT (Movimento Unificador dos trabalhadores). Suspendeu eleições sindicais e interveio nos sindicatos.
- A adesão de Dutra à Guerra Fria fê-lo declarar ilegal o PCB, cassando, em consequência, seus deputados entre os quais, Luís Carlos Prestes.

3 – Política Externa

Em 1947, realizou-se em Petrópolis a “Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente”. Harry Truman, Presidente norte-americano visitou o Brasil na ocasião também para “agradecer” a participação brasileira na guerra.

- Guerra Fria

Truman conseguiu a adesão de Dutra à Guerra Fria (aprofundamento da rivalidade Russa-Americana). Em

vista disso extingue-se o PCB e Dutra rompe as relações diplomáticas com a Rússia.

XXIV – GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1951 – 1954)



Em 1951 Getúlio Vargas voltava à presidência da República, desta feita legitimado pelo voto popular. Consolida-se então o populismo. De Vargas a Goulart os governos tentariam administrar as contradições geradas pela mobilização de massas estimulada pelo próprio Estado e os limites impostos às suas reivindicações.

“Se for eleito a 3 de outubro, no ano de posse; o povo subirá comigo as escadas do Catete. E comigo ficará no governo.” Com um linguajar demagógico e algumas propostas nacionalistas, Getúlio pleiteou novamente a presidência, candidatando-se pelo PTB e apoiado pelo Partido Social Progressista (PSP). Nas eleições no final do governo Dutra, foi eleito com 48,7% dos votos, derrotando nas urnas Eduardo Gomes (UDN), Cristiano Machado (PSD) e João Mangabeira (PSB).

Getúlio, de volta ao poder, procurou direcionar a economia para uma linha intervencionista e nacionalista, preocupado principalmente com o desenvolvimento da indústria de base: siderurgia, petroquímica, energia, transporte etc.

Em dezembro de 1951, um projeto de Getúlio para estabelecer o monopólio estatal do petróleo desencadeou uma apaixonada campanha. Sob o *slogan* “O petróleo é nosso”, mobilizou-se a população brasileira em uma das mais importantes lutas nacionalistas de nossa história, resultando na criação da **PETROBRÁS**, empresa estatal monopolizadora da exportação e refinação do petróleo no Brasil.

A ampliação do setor industrial de base implicava o aumento de divisas, que entretanto, diminuíam devido à remessa ilegal de lucros por firmas estrangeiras ao exterior e, ainda, pelo declínio dos preços do café. Para prosseguir com o crescimento econômico da indústria, era preciso acabar com os privilégios do capital estrangeiro ao mesmo tempo em que se realizava uma redução relativa dos salários dos trabalhadores, evitando que os aumentos salariais fossem superiores à taxa de produtividade.

- O Nacionalismo de Vargas

- **BNDE** (Banco Nacional de Desenvolvimento) foi um banco voltado a financiar empresas nacionais.
- **SUMOC** (Superintendência da Moeda e do Crédito), substituído mais tarde pela SUNAB por João Goulart.
- **Lei dos Lucros Extraordinários**, que limitava a remessa de lucros; obtidos pelas empresas estrangeiras no Brasil (Lei barrada no Congresso).
- **Expansão da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda**, organizou a companhia Vale do Rio Doce, e tentativa de criação da **Eletronorte** obstaculizada pela UDN.
- O grande marco desta linha política foi a fixação do salário mínimo.
- “O petróleo é nosso”. Inspirado neste “slogan” **fundou-se a Petrobrás**. Especialistas americanos, ainda, insistiam com seus “estudos científicos” de que no Brasil não existia petróleo.

O governo Vargas foi duramente combatido pelos líderes da UDN, por setores militares e pela grande imprensa, especialmente a “**Tribuna da Imprensa**” de Carlos Lacerda.

Em agosto de 1954 Carlos Lacerda foi atacado na rua Toneleiros. Em vez dele, como desejava Gregório Fortunato (homem de confiança de Vargas e que tomou para si as dores do chefe) morreu o major Rubens Vaz.

O caso Toneleiros foi o estopim para que os militares exigissem a renúncia de Getúlio. Ele preferiu a morte.

- Reação Conservadora

O vice-presidente Café Filho substituiu Getúlio. Eram conhecidas suas atividades veladas de boicote ao governo Vargas. Mal assumiu o governo, facilitou a entrada de capital estrangeiro: “**o que é bom para os Estados Unidos, é ótimo para o Brasil**”.

A eleição de Juscelino Kubitschek que representava teoricamente os ideais varguistas, foi contestada pela UDN e setores militares. Através da “**cruzada democrática**” desejavam o golpe.

Café Filho adoeceu e renunciou ao poder. Carlos Luz, presidente da câmara e udenista, demitiu o Ministro da Guerra - nacionalista Teixeira Lott. Lott, apoiado pelos oficiais nacionalistas, depôs Carlos Luz. Assumiu, até a posse de Juscelino, Nereu Ramos; Presidente do Senado. Governou dois meses em estado de sítio, administrado por Teixeira Lott.

XXV – GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK (1956 – 1961)

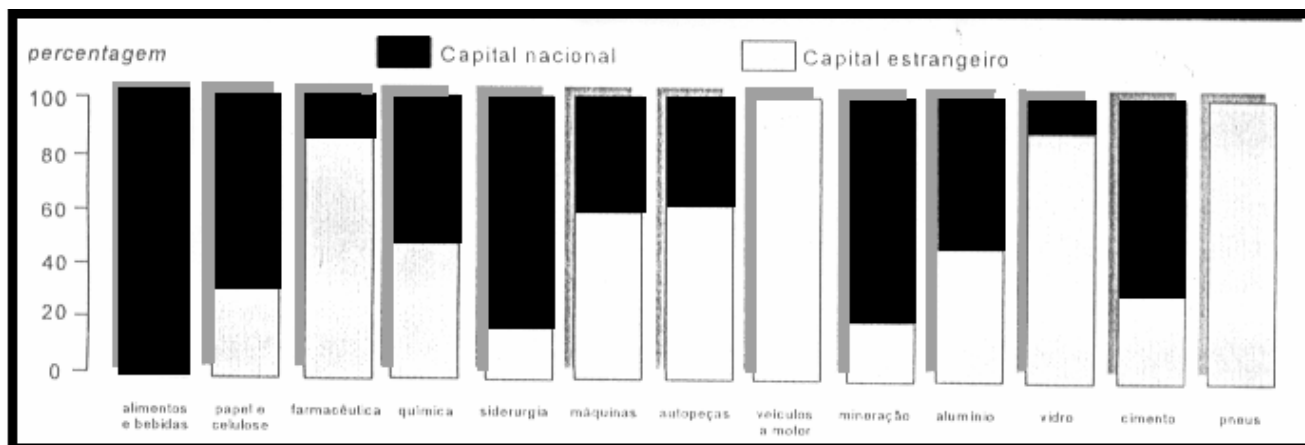
Nas eleições presidenciais de 1955, os vencedores foram os candidatos da coligação PTB-PSD, Juscelino para Presidente e João Goulart para vice. Este novo governo será marcado por uma série de medidas administrativas, seu lema era “**Avançar 50 anos em 5**”.



Juscelino acenando para seus eleitores

ANOTAÇÕES:

CAPITAL EMPREGADO NA INDÚSTRIA (1960)

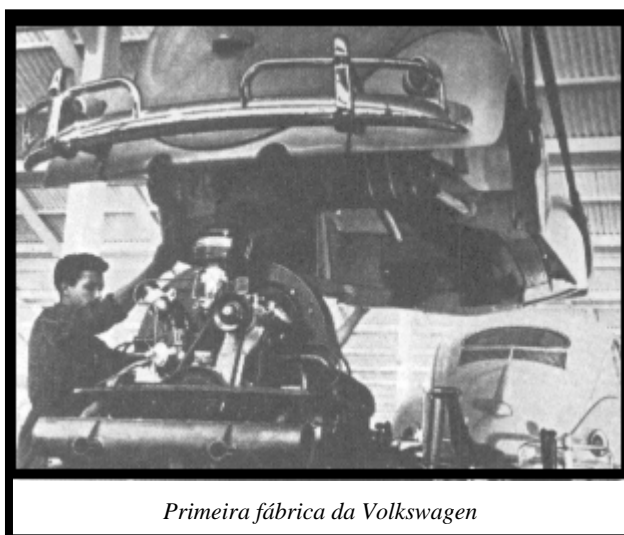


1 – Plano de metas

Para realizar as mudanças necessárias o governo idealizou um programa minucioso que priorizava setores:

- **Energia:** construção de usinas hidrelétricas (Furnas e Três Marias);
- **Indústria de base:** indústria automobilística entre outras;
- **Transporte:** abertura de rodovias (Belém x Brasília, Rio Branco x Brasília, Belo Horizonte x Brasília).

O plano se estruturava neste tripé, mas ainda tínhamos mais dois setores, a **alimentação e a saúde**.



Primeira fábrica da Volkswagen

2 – “Modernização” da administração e industrial

Sob a alegação da necessidade de se modernizar a administração pública, Juscelino criou uma série de órgãos públicos e ministérios, proporcionando a um enxame de funcionários “mamarem nas sempre gordas tetas do governo”.

A industrialização gerou, sobretudo, bens de capital e bens de consumo duráveis. Para isso criou:

- **GEICON:** grupo executivo da indústria de construção naval, modernizando a Marinha.
- **GEIA:** grupo executivo da indústria automobilística, atraindo vários grupos internacionais.
- **GEIMP:** grupo executivo da indústria de máquinas pesadas.

- Brasília

Sem dúvida, a menina dos olhos de Juscelino foi a construção de Brasília com dinheiro que o país nunca teve. Os volumosos empréstimos para gastos desta

natureza, aliados ao déficit público com a “modernização” administrativa, iniciaram um processo



Jânio condecorando “Che” Guevara

inflacionário desenfreável.

XXVI – GOVERNO DE JÂNIO QUADROS (1961)

Eleito Presidente da República, o mato-grossense Jânio da Silva Quadros, chega ao ápice de uma carreira meteórica, de Vereador. Prefeito e Governador de São Paulo em 13 anos. Apresentava-se ao público como um “moralista apolítico”. Caracterizado por:

- Apresentava-se a classe média, como um político e administrador honesto.
- As camadas humildes com padrões de vestuário e comportamento jamais vistos. (Temos rasgados, cabelos mal penteados e cheios de caspa, demonstrava sempre estar com fome em seus comícios e fumava cigarros dos mais baratos) .
- Criação em todo país dos “**comitês Jan-Jan**”.
- Adoção de marchinhas musicais e da simbologia da **vassoura**.

- Principais medidas internas de governo

Jânio durante seu curto mandato demonstrou ser um político conservador e autoritário e tomou algumas decisões que desagradaram a burguesia interna e, principalmente, a americana e assalariados:

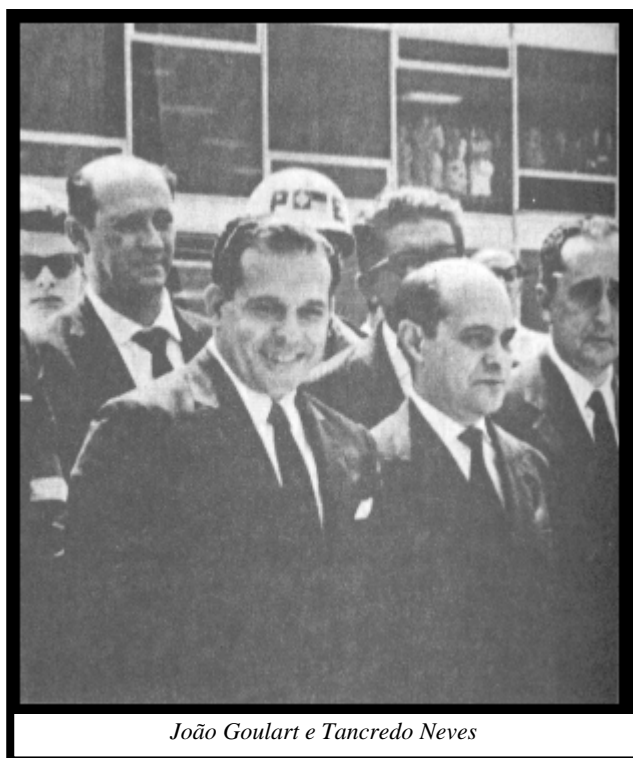
- Política antiinflacionária ortodoxa (Introdução 240 da **SUMOC**), decretando desvalorização de 100% do cruzeiro e retirada de subsídios cambiais para a importação e redução do crédito bancário, “verdade cambial”.
- Congelamento dos salários;
- Corte de investimentos;
- Impopulares medidas moralistas, a idéia de governar era punir e proibir (proibição do uso de biquínis nas praias, proibição do uso de lança-perfumes no Carnaval, proibição de brigas de galo, entre outras....);
- Saneamento do serviço público (10.000 funcionários públicos foram demitidos).

- Política externa

O fator mais positivo do governo, foi uma política externa independente, em uma linha próxima do bloco neutralista formado por vários países do Terceiro Mundo; dentre as principais medidas tivemos:

- Reatou relações comerciais com a URSS e o bloco comunista.
- Voto de solidariedade na ONU, favorável as colônias portuguesas na África para se libertarem do colonialismo salazarista.
- Condecoração do guerrilheiro **Ernesto “che” Guevara**, com a **Ordem do Cruzeiro do Sul**.
- Envio de uma missão diplomática e comercial à China comandada pelo Vice-presidente **João Goulart**.
- Política independente em relação aos Estados Unidos

XXVII – GOVERNO DE JOÃO



GOULART (1961 – 1964)

1 – Campanha da legalidade

Uma corrente política defendida pelo PTB, especialmente Leonel de Moura Brizola, queria o cumprimento da Constituição: “na ausência do Presidente, assume o vice-presidente”.

1.2 – Jango nunca

A Segunda corrente, liderada por Carlos Lacerda da UDN, se opunha à posse de João Goulart, pois temia-se o retorno à situação de Vargas: a implantação de um governo nacionalista.

2 – Solução para a instabilidade: “O Parlamentarismo”

Enquanto se debatiam opositores e defensores de João Goulart, Tancredo Neves costurava o meio de campo. Convenceu a todos, militares, políticos e ao

próprio Jango da conveniência do Sistema parlamentar de Governo. Tancredo foi eleito Primeiro Ministro.

João Goulart governará amarrado pela camisa-de-força parlamentar. A emenda constitucional foi apresentada pelo deputado federal **Plínio Salgado**, ex chefe integralista.

2.1 – O Plebiscito

Durante o período parlamentar, acelerou-se a crise econômica e social. Os movimentos de massas radicalizaram. Em 1961 foram 105 greves, em 1962, 128 greves.

Em 1962 as lutas entre camponeses “**Ligas Camponesas**” lideradas pelo deputado Francisco Julião e latifundiário no Nordeste foram intensas e violentas.

O Brasil não estava acostumado ao Sistema Parlamentar (na verdade faltou seriedade política, então, depois e hoje). Gabinetes ministeriais se organizavam a se desfaziam como castelinhos de areia à margem do mar...

Em janeiro de 1963, um plebiscito popular decidiu o retorno do Presidencialismo puro.

2.2 – Plano trienal

O ministro da fazenda; Celso Furtado, pretendia administrar o Plano Trienal, pelo qual se desejava reduzir a inflação e desenvolver a indústria. Era um plano sério e austero.

O plano chocou-se com a política de mobilização popular de apoio ao governo. Tal política é sempre inflacionária e não se coaduna com austeridade.

2.3 – Reformas de base

Já em 1963 Jango preparou um **Programa de Reformas de base**, que entre outras coisas visava:

- reforma agrária com a divisão de latifúndios não produzidos e indenização prévia em dinheiro;
- reforma eleitoral com o voto do analfabeto, e praças de pé;
- reforma universitária com mais vagas para os estudantes;
- limitação da remessa de lucros para fora do Brasil.

A reação foi ampla dos setores conservadores internos e externos.

2.4 - TFP

A organização ultraconservadora, tradição, família e propriedade, apoiada pela Igreja Católica e militares, promoveram a **marcha da família com Deus e pela liberdade**. A marcha se repetia em todas as grandes cidades do Brasil, conclamando o povo contra o perigo do comunismo.

2.5 – O comício

Em março de 1964, 300.000 trabalhadores aplaudiram Jango na estação da Central do Brasil quando ele anunciou:

- 100% de reajuste do salário mínimo
- nacionalização das refinarias de petróleo
- desapropriação de terras às margens de ferrovias e rodovias para a reforma agrária.

Era o fim. De 31 de março a 02 de abril (1964) ao militares perpetraram o golpe que deu início à república Militar.

O objetivo real: garantir o capitalismo alinhado aos EUA e evitar o socialismo.

XXVIII – OS MILITARES NO PODER (1964 – 1985)

O GOLPE DE 1964



1 – Ato Constitucional

Os militares do **Supremo Comando Revolucionário** para “salvar a democracia” impuseram o Ato Institucional (AI I), redigido pelo velho Chico Ciência (Francisco campos), O AI I:

- impôs ao congresso nacional a eleição do general castelo Branco como presidente do país;
- cassou o mandato de centenas de políticos e de militares que se opunham ao golpe;
- extinguiu órgãos de representação de massa (UNE, CGT, Liga dos camponeses).

2 – Presidência Castelo Branco (1964 – 1967)**- Modelo econômico do novo regime**

Para combater os problemas econômicos, principalmente a inflação, o principal estrategista econômico do governo, **Roberto Campos**, criou o

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco. Foi um verdadeiro “tratamento de choque”, baseado num tripé econômico:

- Concentração rendas no governo (com a elevação e criação de novos impostos como IPI, ICM, IR) e nas empresas (liberação de lucros, remessa para o exterior, congelamento de salários;
- Internacionalização da economia;
- Empresas estatais.

- A caminho do endurecimento

Atendendo o objetivo do PAEG e de acordo com a doutrina de segurança nacional, o governo de Castelo Branco criaram condições para atrair capital estrangeiro:

- Facilidade na obtenção de créditos internos
- Revogação da Lei de **Remessas de Lucros**
- Remessa de lucros sem limites
- Redução no imposto sobre o lucro: 30% para 15%
- Rigorosa legislação de controle de greves
- Criação do (FGTS) – Fundo de garantia por tempo de serviço.

- Modelo político**A repressão**

A repressão será característica deste período, repressão cultural, a censura impedia que os meios de comunicação se manifestassem contra o governo, o movimento de “**caça as bruxas**” se fez sentir.

- Controle político partidário

Nas eleições para governadores em 1965, mesmo com todo o clima repressivo, os oposicionistas venceram em dois Estados. Minas Gerais e Guanabara.

Castelo Branco garantiu a posse dos eleitos, mas criou condições para que isto não se repetisse mais, decretou em outubro de 1965 o **Ato Institucional nº 2**.

- Ato institucional II (AI-2)

- Eleições para presidente indefinidamente indiretas;
- Extinção de todos os partidos políticos;
- Competia ao Presidente decretar estado de sítio e recesso no Congresso;

- Atos do governo ficavam excluídos de apreciação judicial.

- Ato complementar nº 12

- Criação da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

- Ato institucional III (AI-3)

- Declarou eleição indireta para governador até 1978, onde as Assembléias Legislativas seriam os Colégios Eleitorais.

- Ato Institucional IV

Em 1967 o governo golpista pretendeu que o Congresso votasse a nova Constituição. A AI IV transformou o Congresso em Assembléia Constituinte. Antes, porém, Castelo Branco cassou os deputados que sabia votariam contra a Constituição. A partir daí o humor negro criou a expressão “**vacas de presépio**” para os deputados constituintes que só diziam “sim” aos pedidos do governo.

- Outras realizações

- Castelo Branco reuniu todos os Institutos Previdenciários num só, INPS (1966);
- Criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), responsável pelo financiamento de moradias (extinto por Collor);
- Instituiu a Lei de Segurança Nacional;
- Fundou a Telebrás

3 – Governo do Marechal Costa e Silva (1967 – 1969)

A “**Linha Dura**” se impões.

Novamente a farsa, por eleição indireta, o Congresso nacional elegeu Costa e Silva, pertencente ao grupo dos “**linha dura**”, que exigem maior vigor contra a subversão.

Antes de passar o poder, Castelo Branco cassou vários deputados, fechou o Congresso Nacional por 30 dias e fez aprovar a nova Constituição com uma nova Legislação da Imprensa (com censura e tudo) e a lei de Segurança Nacional (que reprimira as manifestações da oposição).

- Frente ampla

Em setembro de 1967 um forte grupo de políticos alijados pelos militares do processo do poder lideraram um movimento de oposição à ditadura. Dentre eles um movimento de oposição à ditadura. Dentre eles destacavam: Juscelino Kubitschek, João Goulart

(exilado no Uruguai) e Carlos Lacerda. Impunham uma tríplice bandeira:

- anistia ampla e irrestrita aos presos políticos e tidos como “criminosos” políticos, mesmo os foragidos;
- a eleição de uma assembléia constituinte para reinstitucionalizar a normalidade e a democracia;
- eleições diretas, livres e universais.

- Acordo Mec/ Usuaid e o movimento estudantil

Em 1967 o Ministério da Educação assinou com a Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USA II) um acordo mediante o qual, entre outras coisas, **os americanos interfeririam na estrutura educacional brasileira**. No Brasil inteiro os estudantes realizavam manifestações contra o acordo, sempre reprimidos com violência pela polícia militar. Numa das manifestações, no Rio de Janeiro, foi assassinado pela polícia o estudante secundarista Edson Luiz.

Em represália à morte do menor, os estudantes realizaram a passeata das **100 mil**, a maior demonstração de repúdio público ao regime militar, Invasão de Universidades e prisão de estudantes tornaram-se rotineiras.

Para calar a boca de estudantes e professores o governo editou o **Decreto Lei 477**. Proibia a quem lecionava e estudava a se manifestar contra autoridades constituídas em logradouros públicos. Quem fosse enquadrado no decreto seria proibido de lecionar ou de estudar por dez ou cinco anos, respectivamente, professor e aluno.

- O AI - 5

Em setembro de 1968 o Deputado Federal Márcio Moreira Alves fez um agressivo discurso com “ graves ofensas” aos militares. Além de acusá-los de entreguistas, exortou ao povo para que não comparecesse ao desfile do dia 7 de setembro. O governo tentou processar o deputado, mas o Congresso negou licença para tanto (o deputado é protegido com a imunidade parlamentar).

O governo inconformado, editou o Ato Institucional nº 5, concedendo ao Presidente da República inúmeros poderes:

- Cassar mandatos de parlamentares;
- Suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer pessoa;
- Demitir remover e colocar em disponibilidade funcionários públicos;
- Demitir ou remover juizes;
- Decretar estado de sítio;
- Confiscar bens

- Suspensão do **habeas-corpus**

Dentre outras realizações do governo ainda tivemos:

- Aprovação do Fundo de Assistência e Previdência do trabalhador Rural (**FUNRURAL**).
- Instituição da Fundação Nacional do Índio (**FUNAI**)

4 – Governo de Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974)

- São criações do governo Médici

- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- CEME – Central de Medicamentos
- Lei 5692 – programa de integração social, participação do operário nos lucros das empresas
- PASEP – programa de formação do patrimônio do servidor público
- Decreto 200 milhas nosso território marítimo
- TELEBRÁS – Telecomunicações S. A da qual a Embratel passou a ser subsidiada.

- A repressão

O governo Médici foi considerado o governo mais repressivo dos militares, atingiram o auge os atos terroristas, de direita e de esquerda a partir de 1968, ano em que os atentados de direita superaram largamente os da esquerda: 24 contra 10.

- A esquerda

A esquerda, inconformada com as medidas repressivas e não vislumbrando saída democrática para o país, **convenceu-se que só a guerrilha** (a exemplo de Cuba) **poderia por fim à ditadura**.

Surgiram três grupos de guerrilha urbana:

- a ALN (Aliança libertadora Nacional) chefiada por Carlos Marighela, um dissidente do PCB;
- o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) dia da morte de Che Guevara na Bolívia;
- VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária) liderada pelo ex-capitão do exército Carlos Lamarca.

- O falso milagre

O modelo Econômico do regime militar conseguiria estagnar a inflação. O crédito ao consumidor fez com que o “povo” tivesse acesso maior ao mercado de consumo. Os incentivos atraíram o capital estrangeiro. Tudo isso fez com que o **Brasil crescesse de 1969 a 1973 de 7% a 13% ao ano** (considere-se que em 1993 o Brasil cresceu 0,5%). O fantástico crescimento do PIB

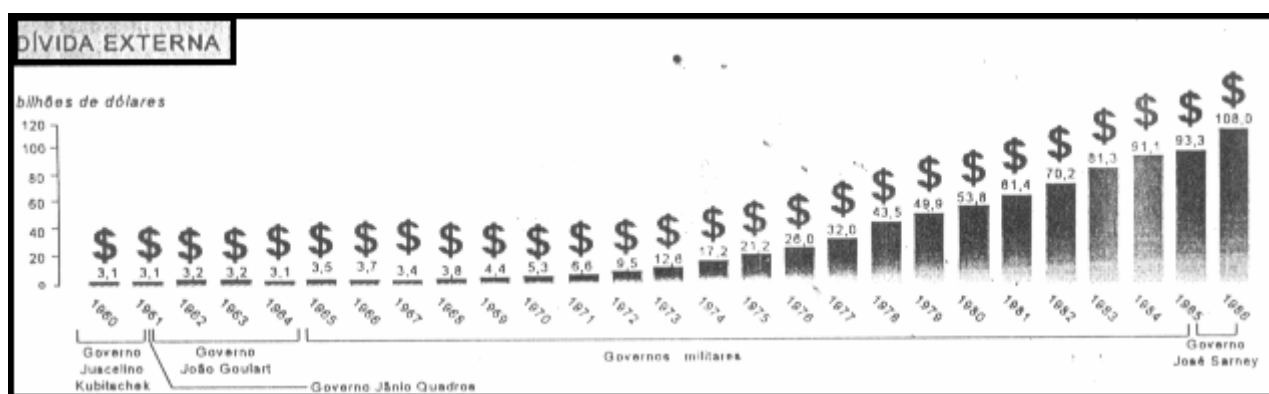
criou uma euforia generalizada. Só se **falava em Milagre**.

O governo se aproveitou do momento para animar psicologicamente o milagre com a adoção de “Slogans” (“Brasil ame-o ou deixe-o” ou “ninguém segura este - “GRANDES PROJETOS”

país”). O clima de euforia foi ainda mais reforçado, oficialmente, com a conquista do tricampeonato mundial de futebol no México em 1970.

Outro sonho tomou conta do Regime Militar, em especial do Governo Médici: **a construção de obras faraônicas, dentro do espírito do “desenvolvimento a qualquer preço”**. Eis alguns exemplos:

- Rodovia Transamazônica (implantada)
- Ponte Rio-Niterói (concluída)
- Ferrovia do Aço (obra paralisada)
- Programa Nuclear (instalada uma usina)
- Pólo Petroquímico da Bahia (implantado)
- Usina de Itaipú (em construção, operando parcialmente)
- Projeto Carajás (já produzindo)



- O tripé de sustentação do “MILAGRE”

O Brasil de 1970, já é a oitava economia do mundo, em termos de capacidade produtiva, os sonhos da classe média entravam definitivamente na era do **consumismo**, levando o Brasil, em direção a modernização industrial, o crescimento intenso e rápido da economia apoiou-se em três bases:

Em agosto de 1974 o governo havia restabelecido relações diplomáticas com a China comunista e reconheceu os governos socialistas das ex-colônias

5 – Governo Ernesto Geisel (1974 – 1979)

- Lei Falcão

Em 1974 realizaram-se eleições para a renovação do Senado e da Câmara Federal. Embora o MDB elegeu menos Senadores e Deputados do que a Arena teve o dobro dos votos em relação ao partido de sustentação do governo.

O ministro da justiça; Armando falcão, apresentou um projeto de lei (que a Arena aprovou), proibindo os candidatos futuros a cargos políticos se manifestarem pela imprensa. Só podiam exibir sua foto e apresentar o currículo. Foi a Lei Falcão. Ela teve o efeito de “anular” os candidatos de oposição.

- Política externa

portuguesas na África, geando sérias críticas da linha dura ao governo.

- Pacote de abril (1979)

No início de 1977 Geisel apresentou ao Congresso, uma emenda à Constituição para reformar o poder judiciário brasileiro. Juizes e advogados do Brasil inteiro se manifestaram contra. A Arena não possuía dois terços no Congresso para aprovar a medida. O MDB fechou questão em torno da rejeição da Emenda e ela não aprovada.

Irritado Geisel fechou o congresso por trinta dias (abril) e na sua reabertura anunciou um conjunto de

medidas legais, dentre elas a reforma do judiciário. O fato ficou conhecido como “pacote de abril”. Principais atos do “pacote”:

- para novas emendas à Constituição seria necessária apenas maioria simples de votos de congressistas (a Arena era maioria);
- extensão do mandato presidencial para seis anos;
- manutenção da eleição indireta para governador (em 1978 deveria ocorrer eleição direta);
- eleição indireta de um Senador em 1978 por Estado (depois denominado debochadamente de “Senador biônico”)

- O fracasso do milagre

Entre as realidades verificadas a economia brasileira deteriorava-se sendo impossível repetir o milagre econômico.

Em janeiro de 1974 o cartel dos países produtores de petróleo (a OPEP) elevou de uma só vez o preço do barril de petróleo de 2,80 para 9,46 dólares foi o primeiro grande choque, o segundo ocorreu em 1979 elevando de 15 para 38 dólares o barril.

As despesas com importação contribuíram para desequilibrar gravemente à balança comercial.

A crise gerou inflação, que desgastou o poder aquisitivo do povo (sobretudo assalariado). Greves foram conseqüências inevitáveis; principalmente no ABC paulista lideradas por Luís Inácio da Silva, o LULA; criou-se o pró-alcool projeto que visava utilizar o álcool no lugar da gasolina, irá sobrar gasolina, exportada a preço de banana.

- Acordo nuclear

Em 1976 Geisel assinou com a Alemanha um acordo para a instalação no Brasil (Angra dos Reis) de usinas nucleares para “**fins absolutamente pacíficos**”. O governo não consultou nenhum especialista no assunto. Resultado: importou-se mais sucata do que tecnologia de ponta.

Vários países contestaram o acordo. Houve até mesmo abalo das relações diplomáticas entre o Brasil (de Geisel) e os Estados unidos (de Carter). Em vista à críticas de Carter, Geisel rompeu um antigo acordo militar, mediante o qual os americanos forneciam armas e tecnologia ao Exército brasileiro.

No último dia de governo, Geisel por decreto aboliu o A .I. 5, o Decreto 477, a censura à imprensa, a pena de morte e a prisão perpétua.

- Governo do General João Batista Figueiredo (1979-1985)

O governo Figueiredo foi pressionado por uma articulação cada vez mais corajosa das forças oposicionistas da sociedade civil, que exigiam a volta de

estado de direito a convocação de uma assembléia nacional constituinte, anistia política e justiça social.

- Fatos ocorridos

Dentre os principais fatos ocorridos em seu governo podemos destacar:

- Concedeu anistia aos presos políticos e a volta ao país dos exilados, destacamos velhos inimigos dos militares que retornaram ao país. Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes.
- Ocorreram atentados terroristas de direita como os casos da OAB e da Bomba do RIO CENTRO- 1981
- Aumento da crise econômica, política de desenvolvimento baseado em empréstimos de capitais estrangeiros;
- Política externa colocando o Brasil como porta-vozes do terceiro mundo.
- Promoveu eleições diretas para governadores de estado.
- Promoveu a reforma partidária.

- Reforma partidária

No final de 1979 extinguiu-se o bi-partidarismo e procedeu-se à reforma partidária, de caráter nacional (proibindo-se partidos regionais). Para legalizar-se o partido deveria possuir organização partidária em um terço dos Estados e dentro deles em um quinto de seus municípios.

Surgiram os seguintes partidos:

- PDS (Partido Social Democrata), originário da Arena
- PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) herdeiro do MDB.
- PP (Partido Popular) fundado por Tancredo Neves.
- PTB (Partido trabalhista Brasileiro) fundado às pressas, com auxílio do governo, para tirar esta sigla de Brizola.
- PT (Partido dos trabalhadores) fundado por Lula e os trabalhadores ligados aos sindicatos do ABCD.
- PDT (Partido Democrata Trabalhista) fundado por Brizola.

Em 1984 foi legalizado o Partido Comunista, depois de ilegal desde 1947.

- Diretas Já

Em 1984 seria eleito o sucessor de Figueiredo. Uma organização supra-partidária promoveu uma ampla campanha por eleições diretas. O deputado Dante de Oliveira apresentou uma emenda à Constituição propondo eleições diretas para presidente. Em clima tenso, com a convocação das Forças Armadas para “cuidar” da segurança do Congresso e com a invocação de “medidas de emergência” a emenda foi rejeitada.

XIX – BRASIL CONTEMPORÂNEO**1 – Governo de José Sarney (1985-1990)****- O plano cruzado**

A política econômica de salvação, na tentativa de equilibrar a economia interna e combater a **híper inflação**, diminuir a insatisfação popular e calar a oposição; lançou mão em fevereiro de 1986, do plano cruzado, criado pela equipe econômica comandada por Dílson Funaro.

O plano de estabilização econômica, conhecido por plano cruzado estabeleceu:

- criação de uma nova moeda o “Cruzado”(cada 1.000 cruzeiros passaram a valer 1 cruzado);
- preços e salários foram congelados (salário acrescidos de 8%);
- foi criado o “gatilho salarial”(inflação superior a 20%, reajuste salarial);
- o fim da correção monetária como indexador (surgimento da tablita – índice de correção diária que objetivava deflacionar os valores);
- livre negociação salarial entre patrões e empregados;
- surgimento dos “Fiscais do Sarney”.

- Queda do plano cruzado

Em novembro de 1986 novo plano – cruzado II sem a obtenção de resultados práticos.

Em julho de 1987, já com um novo ministro da fazenda Bresser Pereira, tiveram um novo plano o “**Plano Bresser**” (novo congelamento de salários, preços e aluguéis por 3 meses e combate ao déficit

público) as medidas de combate eram austeras demais, sem apoio, Bresser renuncia, o novo ministro Maílson da Nóbrega em janeiro de 1989 criou o **plano verão** que procedeu uma nova troca de moeda para o cruzado novo.

O governo Sarney limitou-se a impedir que a economia e os preços explodissem até a posse do novo presidente.

- A política

- nas eleições para prefeito das capitais, em 1985, o eleitorado demonstrou seu descontentamento.
- Com o plano cruzado o sucesso político foi marcante nas eleições, de novembro de 1986 para a escolha governadores e representantes no congresso e nas assembleias estaduais.
- Com o retorno da inflação, a credibilidade do governo despencou, como se revela a frase popular “o povo não esquece Sarney é PDS.

- Eleições diretas

Em 1989, realizou-se a mais esperada eleição da história do país, a eleição direta para presidente. Eleições em dois turnos.

CONSTITUIÇÃO DE 1988

Vejamos alguns dos pontos principais da atual Constituição Federal:

Principais fundamentos

O Brasil confirmou como regime político o **estado democrático de direito**. O povo (governados) pode participar da formação da vontade pública (governo) diretamente ou por meio de representantes eleitos.

A forma de governo do país é a **República**. A forma de Estado é a **federação**, formada com as seguintes entidades autônomas: a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

São poderes da União o legislativo, o Executivo e o Judiciário, cada qual responsável pelas seguintes funções típicas: função legislativa, função administrativa e função jurisdicional.

Crimes inafiançáveis e imprescritíveis

A Constituição determina que o **racismo** e a **ação de grupos armados contra o estado democrático** são crimes inafiançáveis (não admitem o pagamento de fiança) e imprescritíveis (não estão sujeitos à prescrição).

Direitos políticos

A Constituição estabeleceu que o alistamento eleitoral e o voto são :

- **Obrigatório** para os brasileiros maiores de 18 anos
- **Facultativos** para os analfabetos, para os maiores de 70 anos e para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos.

Os analfabetos e os jovens com 16 ou 17 anos, embora possam votar, não podem ser eleitos para nenhum cargo político.

Direitos do trabalhador

A Constituição trouxe como novas conquistas para o trabalhador direitos como:

- Jornada de 44 horas semanais e pagamento de horas extras no valor de 50% a mais que a hora normal
- Férias remuneradas correspondentes a 1/3 a mais do que o salário normal.
- Se o trabalhador for vítima de dispensa arbitrária (ou sem justa causa), deverá receber indenização compensatória. Além de outros direitos.
- Direito de greve estendido a, praticamente, todas as atividades e serviços.
- Licença-gestante com duração de 120 dias, para a mulher. Ao pai, foi conferida a licença-paternidade de 5 dias.
- Ao trabalhador doméstico (cozinheiro, babás, arrumadeiras, caseiros etc.) foram assegurados vários direitos, como: salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias remuneradas com 1/3 a mais que o salário normal, licença-gestante remunerada de 120 dias, aviso prévio e aposentadoria.
- Aposentadoria para preservar seu valor real. Nenhum



Aposentado não pode receber menos que um salário mínimo.

2 – Governo Fernando Collor (1990 – 1992)

- Governo Collor – “O maior calote da história do Brasil”

Com uma equipe ministerial fraca e inexperiente o presidente desportista cometeu os maiores destinos. Ele e seu grupo político haviam no passado servido o regime militar em papéis secundários.

- Impacto econômico

Collor baixou um pacote de medidas econômicas, financeiras e administrativas, o governo chamou de **Plano Brasil ou Plano Collor**.

Os eixos básicos do plano foram os seguintes:

- nova moeda “cruzeiro”;
- retenção por 18 meses (confisco-furto) de valores estipulados pelo governo em contas correntes, poupanças, OVER e fundos de curto prazo.;
- congelamento parcial e controlado pelo estado;
- contenção de gastos públicos;
- abertura para o capital estrangeiro.

A forma autoritária de sua preposição e execução e a inconstitucionalidade de algumas medidas levaram o país ao caos.

- Os escândalos

Logo no primeiro ano de seu mandato começaram os **ESCÂNDALOS** envolvendo ministros e outros escalões do governo. O “caçador de marajás” acabou caçado. Denúncias, da existência de um verdadeiro esquema de corrupção, chefiado por Paulo César Farias, o “PC” (amigo e coordenador da campanha de Collor), fez eclodir uma irreversível crise de relacionamento entre o governo e a sociedade.

Nas ruas “**os caras pintadas**” estudantes e o povo em geral exigiram e os políticos (muitos com relutância) votaram o **impeachment** do presidente.

O governo do vice, **Itamar Franco**, fraco e hesitante, fez da estabilização da economia sua única bandeira.

- Impeachment

A gravidade das denúncias levou a Câmara dos Deputados a instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a apurar as irregularidades. Aos poucos, foi sendo desmontada e exposta toda a rede de corrupção, sonegação fiscal e contas-fantasma do **esquema PC**, causando grande indignação popular.

Enquanto prosseguiam as investigações, as principais ruas e praças do país foram tomadas por multidões que exigiam o *impeachment* (“impedimento”, “afastamento”) de Collor. Nesse movimento popular, destacou-se a presença dos estudantes (posteriormente chamados de **caras-pintadas**, por terem seus rostos pintados de verde e amarelo) clamando por ética e dignidade na via pública.

Ao final dos trabalhos, a CPI votou pela incriminação do presidente Collor, por esmagadora

maioria de votos (16 a favor e 5 contra). Estava aberto o caminho legal para o processo de *impeachment*. Por fim, em 29 de setembro de 1992, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de afastamento do presidente, com 441 deputados votando contra sua permanência no governo. Assim, Fernando Collor, foi impedido de exercer a função de presidente da República para se julgado pelo Senado Federal.

No dia 2 de outubro de 1992, o vice-presidente, **Itamar Franco**, assumiu a presidência da República, governando interinamente até 29 de dezembro, quando durante julgamento no Senado Federal, Collor enviou sua carta-renúncia.

Mesmo após a apresentação da renúncia presidencial, o Senado prosseguiu o julgamento de Fernando Collor, cassando seus direitos políticos por oito anos.

- Governo Itamar Franco (1992 – 1994)

Plano Real traz de volta a estabilidade econômica

Por três meses, enquanto aguardava o desfecho do *impeachment* de Collor, Itamar Franco governou temporariamente o país. Em 29 de dezembro de 1992, após a renúncia de Collor, assumiu, no plano jurídico, o comando pleno da nação.

Com reputação de homem honesto e nacionalista, Itamar Franco procurou montar um governo de entendimento nacional. Um governo que agradasse ao mais amplo espectro de correntes políticas. Assim, convidou para compor seu ministério figuras das mais variadas tendências ideológicas, vindas de diversos partidos políticos, como Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Frente Liberal (PFL).

O presidente Itamar Franco recebeu o governo com uma pesada herança de graves problemas socio-econômicos. Citando alguns exemplos: a persistência da inflação, com índices mensais de 26%; a altíssima concentração de renda; a recessão econômica e o desemprego; o agravamento do problema da fome, afetando metade da população do país, e da indigência, que atinge milhões de brasileiros.

A nomeação do senador Fernando Henrique Cardoso para o ministério da Fazenda deu novo fôlego ao governo Itamar. Através de conversas conciliatórias com políticos, empresários e sindicatos. Fernando Henrique foi ganhando a confiança da sociedade. E seu nome começou a ser cogitado para disputar as eleições presidenciais de 1994.

Alguns meses após assumir o ministério, Fernando Henrique anunciou o **Plano Real**, que tinha como objetivo acabar com a inflação e estabilizar a economia. A partir de 1º de julho de 1994, entrou em vigor no país uma nova moeda, o **real**, em substituição ao cruzeiro real. Diferentes dos planos anteriores, não houve congelamento de preços ou de salários, nem confisco da poupança.

Um dos principais instrumentos de combate à inflação estabelecido pelo plano governamental foi

implantado, a partir de março de 1994, com a Unidade Real de Valor (URV), um engenhoso mecanismo de **desindexação da economia**. A equipe econômica do governo trabalhava com o seguinte diagnóstico: a indexação generalizada (correção monetária de todos os valores) era correia de transmissão do processo inflacionário. *Pois, se todos os valores da economia forem reajustados pela inflação passada, a inflação futura jamais ficará abaixo da inflação passada.*

Acolhido com desconfiança pelas oposições políticas, o Plano Real, porém, foi ganhando o apoio da população. A inflação desabou de 50%, em junho de 1994, para índices próximos de 4%, no final de julho do mesmo ano. O ano terminou com inflação semestral de menos de 20%.

Impulsionada pelo Plano real, a candidatura de Fernando Henrique a presidente da República cresceu sem parar. Seu principal adversário, Luís Inácio da Silva, experimentava quedas cada vez maiores no índices de pesquisa. Resultado: **Fernando Henrique** venceu no primeiro turno, realizado em 3 de outubro, com quase 55% dos votos.

Itamar Franco deixou o governo com popularidade altíssima, aprovado pela maioria.

- Governo Fernando Henrique

Os desafios para manter a estabilidade

O presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse no dia 1º de janeiro de 1995. Um mês depois, foi a vez dos recém-eleitos governadores, deputados e senadores.

Levando para seu governo nomes respeitados no meio político, Fernando Henrique anunciou sua disposição em manter a estabilidade econômica a qualquer preço e modernizar a administração pública.

Com taxas inflacionárias na casa de 1,5% ao mês, Fernando Henrique tem uma arma poderosa para negociar com o Congresso renovando os ajustes que ainda faltam na economia. Os desafios são grandes, entre eles o do salário mínimo, um dos mais baixos do mundo.

O Brasil apenas começou sua caminhada em direção a dias melhores, já que as desigualdades sociais ainda são imensas.

Fatos marcantes de nossa história 1439 - 1999

1839 – início da dinastia de Avis, com D. João I, iniciando-se a história da expansão marítima portuguesa.

1415 – Os portugueses conquistam Ceuta (norte da África). É o marco inaugural da expansão marítima.

1453 – tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos. Dificuldades no comércio cristão com o Oriente através do mar Mediterrâneo dão novo impulso à busca de novos caminhos para as Índias.

1494 – Tratado de Tordesilhas; Espanha e Portugal dividem o novo Mundo entre si.

1500 – Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil, tomando posse da terra em nome da Coroa portuguesa.

1509 – Diogo Álvares Correia (o Caramuru) funda o primeiro estabelecimento português no Brasil.

1530 – Expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza ao Brasil.

1532 – Fundação de São Vicente, a primeira vila do Brasil, por Martin Afonso.

1534 – O Brasil é dividido em capitania hereditárias.

1548 – Cria-se o Governo-Geral no Brasil, com o intuito de centralizar a administração colonial.

1550 – Chega a Salvador a primeira leva de escravos africanos.

1555 – Fundação da França Antártica, no Rio de Janeiro, Primeira invasão francesa.

1556 – proibição oficial da Coroa espanhola quanto ao emprego das palavras **conquista e conquistador**.

1567 – Os franceses são expulsos do Rio de Janeiro.

1570 – Carta régia de D. Sebastião garantindo a liberdade dos índios no Brasil. Mas as leis não são suficientes para conter os ataques e violências contra os índios.

1571 – D. Sebastião decreta que somente navios portugueses transportem mercadorias para o Brasil.

1612 – Fundação da França Equinocial, no Maranhão. Segunda invasão francesa.

1615 – Os franceses são expulsos do Maranhão.

1624 – Os holandeses invadem a capital da Colônia, Salvador.

1625 – Os holandeses são expulsos da Bahia.

1630 – Os holandeses iniciam a invasão de Pernambuco, de onde são expulsos somente em 1654.

1635 – os holandeses liquidam a resistência luso-brasileira comandada por Matias de Albuquerque.

1637 – Chega ao Brasil o holandês Maurício de Nassau e inicia sua habilidosa administração.

1644 – Desentendendo-se com a Companhia das Índias ocidentais, Maurício de Nassau deixa o cargo de governador das áreas nordestinas conquistadas pelos holandeses.

1648 – Vitória dos luso-brasileiros contra os holandeses na primeira batalha dos Guararapes (a Segunda foi em 1649).

1654 – Os holandeses rendem-se aos luso-brasileiros na Companhia da Taborda.

1661 – Os holandeses reconhecem oficialmente a perda do nordeste brasileiro e assinam o tratado de paz de Haia.

1674 – bandeira de Fernão Dias Pais Leme parte em direção ao sertão de Minas Gerais.

1684 – Explode no Maranhão, a revolta liderada pelo senhor de engenho Manuel Beckman.

1690-1695 – São encontradas as primeiras jazidas de ouro no Brasil.

1694 – O bandeirante Domingos Jorge Velho (sertanista de contrato) destrói o quilombo de Palmares.

1701 – É proibida a criação de gado numa faixa de dez léguas a partir do litoral até o interior brasileiro.

1702 – É criada a Intendência das Minas, tendo como função básica distribuir terras para a exploração do ouro brasileiro e cobrar tributos para a Fazenda Real.

1708 – Tem início a Guerra dos Emboabas entre mineradores paulistas e forasteiros.

1710 – Explode a Guerra dos Mascates, conflito entre senhores de engenho de Olinda e comerciantes portugueses de Recife.

1713 – Tratado de Utrecht. A França aceita o rio Oiapoque como limite entre a Guiana e o Brasil.

1715 – Tratado de Utrecht. A Espanha concorda em devolver a Colônia do Sacramento a Portugal.

1720 – São criadas, no Brasil, as Casas de Fundição, onde todo o ouro deveria ser levado para transformação em barras. Ao receber o ouro, as casas retiravam a parte correspondente ao imposto (quinto). Explode a Revolta de Vila Rica, em protesto contra a criação das Casas de Fundição.

1729 – Tem início a exploração de diamantes no arraial da Tijuca, atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais.

1750 – É determinado que a arrecadação do quinto não poderia ser inferior a 100 arrobas de ouro por ano. Tratado de Madri estabelece a posse portuguesa além da linha de Tordesilhas. Além disso, determinava que a Colônia do Sacramento pertencia aos espanhóis, e a região dos Sete Povos das Missões (Brasil), aos portugueses.

1759 – Expulsão dos jesuítas do Brasil, por determinação do marquês de Pombal.

1761 – Acordo do Pardo, entre Espanha e Portugal, anulando o Tratado de Madri.

1763 – A capital do Brasil é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

1765 – Decretação da derrama, no Brasil. Obrigava-se a população mineradora a completar a soma acumulada do imposto devido.

1771 – Início da atuação da Intendência dos Diamantes, em Minas Gerais.

1772 – Fundação da Academia Científica no Rio de Janeiro.

1777 – Tratado de Santo Ildefonso. A Espanha ficaria com a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões, mas devolveria terras que havia ocupado nas regiões que atualmente correspondem aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

1785 – Portugal proíbe atividades artesanais e fabris no Brasil.

1789 – Organiza-se a Conjuração Mineira, que teve como desfecho a condenação de Tiradentes à morte (21 de abril de 1792).

Prepara-se a Conjuração baiana, que contou com significativa participação popular. Teve como desfecho a pena de morte aplicada a seus líderes.

1799 – Criação do Correio Geral da Cidade do Rio de Janeiro, primeiro do Brasil.

1801 – Tratado de Badajós. A Espanha renuncia a posse dos Sete Povos das Missões, e Portugal confirma o direito espanhol à Colônia do Sacramento.

1806 – Napoleão Bonaparte decreta o Bloqueio Continental contra a Inglaterra.

1807 – Recusando-se a aderir ao Bloqueio Continental, Portugal é invadido por tropas franco-espanholas. A família real abandona o território português, transferindo a sede do reino para o Brasil.

1808 – D. João chega ao Brasil. Pressionado pela Inglaterra, assina o decreto da abertura dos portos, rompendo com o monopólio do comércio colonial.

1810 – Portugal e Inglaterra assinam um tratado de comércio, que fixa em 15% a taxa alfandegária (ad volarem) sobre produtos ingleses vendidos no Brasil. Os demais países pagavam 24%, e Portugal, 16%. Abertura da primeira biblioteca pública no Rio de Janeiro. Fundação da Academia Militar no Rio de Janeiro.

1815 – elevação do Brasil à categoria de reino Unido a Portugal e Algarves.

1816 – Criação da Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro.

1817 – Explode a Revolução Pernambucana, tendo como meta a proclamação da república e a elaboração de uma Constituição liberal. Os revoltosos ocupam o poder por pouco tempo. A revolução foi violentamente reprimida.

1820 – Eclode em Portugal a Revolução do Porto, liderada pela burguesia lusitana. Os revoltosos exigem a volta de D. João VI ao país.

1821 – D. João VI é obrigado a deixar o Brasil, depois de tê-lo governado por mais de 12 anos. Em seu lugar fica o príncipe-regente D. Pedro. Fundação do primeiro jornal informativo brasileiro; Diário do Rio de Janeiro.

1822 – No dia 7 de setembro, D. Pedro proclama a independência do Brasil. Inicia-se o período monárquico, que durou 67 anos.

1823 – Instala-se em maio, a Assembléia Constituinte, encarregada de elaborar a primeira Constituição do Brasil. Sistema eleitoral baseado na renda em farinha de mandioca, o anteprojeto ficou conhecido como a Constituição da mandioca. Em novembro, D. Pedro I dissolve a Assembléia.

1824 – É outorgado, por decreto imperial, a primeira Constituição brasileira. Explode a Confederação do Equador, movimento separatista de províncias do nordeste brasileiro.

1825 – os revolucionários cisplatinos assumem o controle militar da província Cisplatina.

1826 – Morre, em Portugal, D. João VI. Aberta a sucessão do trono, D. Pedro I torna-se legítimo pretendente, porém abdica seu direito em favor da filha Dona Maria da Glória.

1827 – Instalação das primeiras escolas de Direito do Brasil, em Olinda e São Paulo.

1828 – É assinado um acordo de paz entre Brasil e Argentina, pelo qual ambos os países aceitavam a fundação da república Oriental do Uruguai.

1831 – D. Pedro I abdica o trono brasileiro em favor de seu filho Pedro de Alcântara. A Regência Trina Provisória assume o poder até junho desse ano. A partir dessa data, o governo é transferido à Regência trina Permanente. O período regencial vai até 1840.

1832 – O ministro da justiça, padre Feijó, renuncia ao cargo. Criação das faculdades nacionais de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia.

1834 – D. Pedro I morre em Portugal. É aprovado o Ato Adicional, induzindo modificações na Constituição do Império.

1835 – Início da Regência Una do padre Feijó. No Pará, explode a cabanagem; no sul, a Farroupilha.

1837 – O regente renuncia ao cargo. Tem início a Regência Una de Araújo Lima. Na Bahia, explode a Sabinada.

1838 – No Maranhão explode a Balaiada.

1840 – Termina o período regencial, com a decretação da maioria de D. Pedro II. Início do Segundo Reinado. É aprovada a lei interpretativa do Ato Adicional, limitando a autonomia das províncias. O selo olho-de-boi do Brasil, é o terceiro selo emitido no mundo.

1842 – revolta dos liberais em São Paulo e em Minas Gerais.

1847 – É criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, no Brasil. Introdução dos primeiros imigrantes na fazenda de café Ibicaba em São Paulo.

1848 – Explode a Revolução Praieira, a última grande revolta liberal do império.

1850 – É extinto o tráfico de escravos no Brasil.

1865 – Início da Guerra do Paraguai.

1870 – Fim da Guerra do Paraguai. Publicação do Manifesto Republicano, no Rio de Janeiro.

1888 – Promulgação da lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil.

1889 – Fim do império. Proclamação da República, instalando-se um governo provisório.

1891 – É promulgada a primeira Constituição da República brasileira. Deodoro da Fonseca é eleito, pelo Congresso Nacional, o primeiro presidente brasileiro. Em novembro desse ano, renuncia ao cargo, e Floriano Peixoto assume o poder.

1892 – Explode a Primeira Revolta da Armada. Manifesto dos treze generais, exigindo a convocação de novas eleições presidenciais.

1893 – Explode a Segunda Revolta da Armada. Início da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul.

1894 – Tem início o governo de Prudente de Morais. Antônio Conselheiro começa a organizar o arraial de Canudos, que é destruído em 1897 por tropas federais.

1898 – Início do governo de Campos Sales e da montagem da política dos governadores.

1903 – O Acre é incorporado ao Brasil, pelo Tratado de Petrópolis, encerrando-se disputas com a Bolívia.

1904 – Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro.

1906 – Convênio de Taubaté: soluções para a crise de superprodução de café. Os governos estaduais deveriam comprar e estocar a produção excedente.

1910 – Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro. Criação do Serviço de Proteção ao Índio, patrocinado por Rondon.

1912 – Início da Guerra do Contestado, movimento messiânico que perdurou até 1916.

1922 – Revolta do Forte de Copacabana (Os 18 do Forte), sendo a primeira revolta do movimento tenentista.

Fundação do Partido Comunista Brasileiro.

Desenvolve-se em São Paulo outra revolta tenentista. Tem início a Coluna Prestes.

1930 – Estoura no Rio Grande do Sul, a Revolução de 1930, que forçou a deposição de Washington Luís, findando a República Velha. Instala-se o governo revolucionário de Getúlio Vargas.

1932 – Eclode a Revolução Constitucionalista, em São Paulo.

Fundação do Integralismo (AIB) que apresenta tendências nazi-facistas.

1933 – Realizam-se eleições para a escolha dos membros da Assembléia Nacional Constituinte brasileira.

1934 – É promulgada a Segunda Constituição brasileira.

1935 – O governo decreta o fechamento da Aliança Nacional Libertadora. Eclodem rebeliões militares em batalhões do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Rio de Janeiro (Intentona Comunista).

1937 – Início do Estado Novo. Uma nova Constituição é imposta ao Brasil.

1942 – O Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados.

1944 – A FEB (Força Expedicionária Brasileira) vai para a Itália.

1945 – As forças Armadas obrigam a renúncia de Getúlio Vargas.

1946 – É promulgada a Quarta Constituição brasileira. Início do governo Dutra.

1947 – O governo Dutra decreta a extinção do partido Comunista.

1951 – Getúlio Vargas, por eleições populares, retorna à presidência da república.

1953 – O governo Vargas cria a Petrobrás.

1954 – Em 24 de agosto, Vargas se suicida-se.

1955 – Juscelino Kubitschek é eleito presidente da república.

1956 – O governo Juscelino, com base em seu Plano de Metas, empreende diversas realizações desenvolvimentistas.

1960 – inauguração de Brasília, nova capital do Brasil, planejada por Oscar Niemeyer. Jânio Quadros é eleito presidente da república.

1961 – Jânio Quadros renuncia à presidência . O vice-presidente João Goulart, assume o governo sob o sistema parlamentarista.

1963 – Um plebiscito popular revela a preferência dos brasileiros pela volta do sistema presidencialista.

1964 – Golpe militar derruba o presidente João Goulart. O marechal Castelo Branco assume a presidência em nome do movimento militar.

1965 – Extingue-se todos os partidos políticos brasileiros, instuindo-se o bipartidarismo (ARENA e MDB).

1967 - É promulgada uma nova Constituição brasileira. Costa e Silva assume a presidência da república.

1968 – É editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5)

1969 – Em razão da doença de Costa e Silva, uma junta Militar assume o poder, impedindo a posse do vice-presidente Pedro Aleixo. A junta militar entrega o poder ao general Médici.

1973 – Crise do petróleo provocado pelo aumento dos preços controlados pela Opep. Período do “milagre brasileiro”.

1974 – Início do governo do general Geisel.

1979 – Início do governo do general João Figueiredo. Promove-se a abertura política.

1982 – Realizaram-se, em todo o Brasil, eleições diretas para governador de estado.

1983 – A crise econômica agrava as tensões populares. Diversos supermercados são saqueados.

1985 – Fim do regime militar. Tancredo Neves é eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, mas falece antes de tomar posse. Assume o governo o vice-presidente, José Sarney.

1986 – Implantação do Plano Cruzado I e II, tentativa de recuperar a economia.

1988 – Promulgação da oitava Constituição brasileira.

1989 – Realização da primeira eleição direta para presidente da república, no Brasil, após quase 30 anos.

1990 – Posse do presidente eleito, Fernando Collor de Melo, implantação do Plano Collor I.

1991 – Implantação do Plano Collor II.

1992 – Impeachment do presidente Collor, acusado de corrupção. Assume o governo o vice-presidente, Itamar Franco.

1993 – Plebiscito nacional para a escolha da forma e do sistema de governo para o Brasil. Vitória da forma republicana e do sistema presidencialista.

1994 – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam um acordo para a criação do Mercosul *união aduaneira). Implantação do Plano real.

1995 – Início do governo Fernando Henrique Cardoso.

1999 – Início do 2º governo de Fernando Henrique Cardoso.

Anotações:
